

MARKUS ERWIN BROSE

**INTELECTUAIS
PERIFÉRICOS:
CONTRIBUIÇÕES
AO ESTUDO DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

**INTELECTUAIS PERIFÉRICOS: CONTRIBUIÇÕES AO
ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

Chanceler

Dom Jaime Spengler

Reitor

Evilázio Teixeira

Vice-Reitor

Jaderson Costa da Costa

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Carla Denise Bonan

Editor-Chefe

Luciano Aronne de Abreu

Adelar Fochezatto
Antonio Carlos Hohlfeldt
Cláudia Musa Fay
Gleny T. Duro Guimarães
Helder Gordim da Silveira
Lívia Haygert Pithan
Lucia Maria Martins Giraffa
Maria Eunice Moreira
Maria Martha Campos
Norman Roland Madarasz
Walter F. de Azevedo Jr.

Markus Erwin Brose

**INTELECTUAIS PERIFÉRICOS: CONTRIBUIÇÕES AO
ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**



PORTO ALEGRE

2020

© EDIPUCRS 2020

CAPA Thiara Speth

DIAGRAMAÇÃO EDIPUCRS

REVISÃO DE TEXTO Denise Vallerius

Edição revisada segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.



Este livro conta com um ambiente virtual, em que você terá acesso gratuito a conteúdos exclusivos.

Acesse o *QR Code* e confira!



Editora Universitária da PUCRS

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33
Caixa Postal 1429 – CEP 90619-900
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone/fax: (51) 3320 3711
E-mail: edipucrs@pucrs.br
Site: www.pucrs.br/edipucrs

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B874i Brose, Markus Erwin

Intelectuais periféricos : contribuições ao estudo do desenvolvimento regional / Markus Erwin Brose. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.
155 p.

ISBN 978-65-5623-051-1

1. Planejamento regional. 2. Comunidades – Desenvolvimento.
3. Economia regional. I. Título.

CDD 23. ed. 338

Loiva Duarte Novak CRB 10/2079

Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS.

A obra é de responsabilidade do autor, não refletindo, necessariamente, posição ou opinião do PPGDR/Unisc.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do *Código Penal*), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 7

ESTRUTURA AGRÁRIA E O MEZZOGIORNO EM GRAMSCI | 29

INNIS E A INOVAÇÃO NA PERIFERIA DOS IMPÉRIOS | 37

DE ROQUETTE-PINTO A CHICO MENDES:
O SERTÃO HABITADO E PRODUTIVO | 47

MARIÁTEGUI: PERUANICEMOS AL PERÚ | 61

PLANEJAMENTO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DE
MORGAN A SINGER | 69

FLUXOS E REFLUXOS EM REGIÕES LÍQUIDAS:
BRAUDEL E VERGER | 81

NAMBOODIRIPAD E AS REFORMAS EM KERALA | 95

AS PEQUENAS DEMOCRACIAS DE
ROKKAN A SENGHAAS | 103

HIRSCHMAN E O SURTO DE INSTITUIÇÕES
NO NORDESTE | 115

REGIONALISMOS EM CONFLITO NOS EUA | 123

SUBCULTURAS POLÍTICAS E DISTRITOS
INDUSTRIAIS ITALIANOS | 135

A TESE DE ZOMIA ENTRE MONARQUIA E ANARQUISMO | 147

INTRODUÇÃO

Palavras têm poder. A retórica sobre Desenvolvimento Regional constrói e delimita campos em disputa na sociedade, tanto nos discursos que visam arrebatam corações e mentes para acessar políticas públicas como na concorrência acadêmica por reconhecimento, publicações e financiamento para a pesquisa. O avanço das ciências sociais ocorre a partir de controvérsias. Os conceitos de desenvolvimento e de região estão em contínua reconstrução, e essa publicação busca aproximar o leitor de interpretações diversas. Trata-se de uma caixa de ferramentas para interpretar e participar das controvérsias que demarcam o campo de estudo do desenvolvimento de base territorial.

O objetivo deste trabalho consiste em contribuir com estudantes da pós-graduação em Desenvolvimento Regional, especialmente em fase inicial das suas leituras de marcos teóricos, na interpretação da diversidade da retórica, na arte da persuasão e do convencimento. Para tanto, apresenta uma seleção de pensadores, caracterizados como intelectuais periféricos, que, de forma única em seu tempo, contribuíram para a interpretação de processos de desenvolvimento, questionando paradigmas e propondo novas visões. A escolha dos termos intelectual e periférico ocorreu como opção reflexiva face a conceitos mais consensuais, como pensadores ou intérpretes, termos utilizados na bibliografia especializada (VIANNA, 1994; MICELI, 1999; SANTIAGO, 2000) e, até mesmo, no título de disciplinas.

A escolha por intelectual busca estimular a reflexão sobre o termo, assim como ressaltar que os personagens aqui apresentados inovaram na interpretação do território, contribuindo para Teorias de Médio Alcance, e, em alguns casos, participando da intervenção nos rumos do desenvolvimento. O adjetivo periférico visa caracterizar autores que, para além dos clássicos, são reconhecidos como “intérpretes relegados ao esquecimento” (BOTELHO; SCHWARCZ, 2009), “literários rebeldes” (DUTRA, 2005) ou “pensadores rebeldes e renegados” (PERICÁS; SECCO, 2014).

Em 1922, intelectuais paulistas, classificados como pioneiros, vanguardistas ou rebeldes, questionaram a influência cultural europeia sobre identidade e nacionalidade, organizando a Semana Modernista. Esse movimento motivou intelectuais baianos a fundarem, em Salvador, em 1928, a Academia Rebelde, que questionava a expansão do Modernismo de feição paulista. A riqueza interpretativa e a capacidade explicativa das ciências sociais decorrem das controvérsias que as diferenciam das ciências naturais. Intelectuais periféricos revisam e questionam limites estabelecidos pelo poder da retórica em uma área de estudo, renovando controvérsias.

Apresentando um mosaico de intelectuais e seus referenciais teóricos, esse trabalho busca contribuir para a revisão bibliográfica de pesquisadores para os quais os conceitos de desenvolvimento ou de região não foram objeto de estudo na graduação, pois a pós-graduação em Desenvolvimento Regional abriga alunos oriundos das mais diversas áreas. “Não consideramos a teoria social propriedade de nenhuma disciplina, pois as questões referentes à vida social e aos produtos culturais da atividade humana permeiam as humanidades” (GIDDENS; TURNER, 1999, p. 7).

A interdisciplinaridade é elemento central para o estudo em Desenvolvimento Regional. Não por acaso, a Tabela de Áreas de Conhecimento, utilizada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), distribui o campo do estudo do Desenvolvimento Regional entre três áreas distintas: Economia, Geografia, Arquitetura e Urbanismo.

Nas palavras do sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein, “sabemos *politicamente* que existem diferentes disciplinas; elas têm organizações com fronteiras, estruturas e corpos de funcionários para defender seus interesses coletivos e assegurar a sua reprodução coletiva” (WALLERSTEIN, 1999, p. 450). Mas isso não esclarece qual a validade das reivindicações para fragmentação do campo de estudo. Alexander (1999) argumenta que, para que seja possível a discordância nas ciências sociais, há a necessidade do reconhecimento dos autores clássicos e da “manutenção dos limites, ou compartimentação, que facultam a existência dos sistemas; é essa exigência funcional que explica a formação dos limites disciplinares” (p. 46).

Parafraseando Wallerstein, a contínua afirmação de que as diferentes disciplinas devem cooperar no campo do Desenvolvimento Regional pode acentuar as fronteiras interdepartamentais. “O louvor aos méritos do trabalho interdisciplinar [...] ainda não solapou de forma significativa as forças dos aparatos organizacionais que defendem as disciplinas separadas” (WALLERSTEIN, 1999, p. 450), seja estimulando disputas entre áreas, seja demandando diálogo interdisciplinar por parte do corpo docente nos programas de pós-graduação.

Processos de desenvolvimento de base territorial constituem mudanças de caráter eminentemente multidisciplinar, enraizadas na sociedade. Diferentes territórios percorrem trajetórias diversificadas de desenvolvimento, pois sociedades são diversas entre si na construção social do espaço e na apropriação dos bens naturais – sendo o termo desenvolvimento, aqui, entendido como processo, e não como situação final ou objetivo. Nesse sentido, desenvolvimento implica impactos, tanto positivos como negativos, não construindo, necessariamente, apenas bem-estar. Essa concepção não pertence a um único governo ou partido, pois representa um projeto coletivo, gestado durante longas – e tortuosas – transições para a democracia.

A concepção do enraizamento – *embeddedness*, em inglês – recebeu divulgação por meio da obra do pensador austro-húngaro Karl Polanyi. Em *A grande transformação*, o autor argumenta que, ao longo do Século XIX, o capitalismo liberal buscou desenraizar-se da sociedade (MACHADO, 2010),

gerando crises estruturais, como a recessão de 1929 e as Guerras Mundiais. Mais tarde, Granovetter (1985) enfatizou que a ação econômica individual está imersa em relações sociais que condicionam o comportamento econômico. Os indivíduos e suas relações encontram-se imersos em instituições historicamente constituídas, as quais não as determinam, mas condicionam-nas.

Subjacente a essa publicação reside a ideia de que a reflexão sobre Desenvolvimento Regional encontra-se não apenas dispersa historicamente, mas enraizada territorialmente, traduzindo-se em retóricas que delimitam e sustentam disciplinas. Após longa carreira na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), o economista chileno Sergio Boisier concluiu que a ação do Estado tem sido elusiva, pois “cinquenta anos de políticas públicas em favor do desenvolvimento territorial na América Latina produziram uma rica experiência para estudos acadêmicos, mas escassos resultados práticos” (BOISIER, 1999, p. 307).

As ciências sociais conhecem tradição em referências de que os clássicos devem ser lidos e interpretados em seu contexto, seu tempo e seu espaço. Nas palavras do economista Pêrsio Arida, “tornou-se chavão dizer que o texto deve ser analisado à luz de seu contexto” (ARIDA, 1983, p. 9). Podemos chegar ao ponto de resgatar registro, em 1640, por Thomas Hobbes:

É preciso, portanto, ser extremamente firme para encontrar as opiniões e o significado daqueles homens que há muito tempo se foram e não nos deixaram nenhuma outra significação além dos seus livros, que possivelmente não têm como ser compreendidos sem a história. (HOBBES, 2002, p. 91).

Entre os trabalhos mais recentes, o economista britânico Dudley Seers, ao encerrar seu trabalho no âmbito da Cepal, alerta para os limites da tentativa de replicação em políticas de desenvolvimento de um caso especial – as economias industrializadas dos países centrais – e recomen-

da: “antes de estudar economia, estude o economista; antes de estudar o economista, estude seu contexto histórico e social” (SEERS, 1963, p.5).¹

Todo o [estudo do desenvolvimento] tornou-se muito mais difícil pela prática usual entre autores e professores que não se concentram na economia de alguns poucos países industrializados centrais, mas apresentam essas como sendo universais. Livros-texto e manuais de economia, com títulos genéricos, do tipo ‘Princípios da economia’, ‘Setor bancário’ ou ‘Finanças públicas’, na realidade constituem tratados sobre os princípios da economia, o setor bancário ou as finanças públicas nos EUA, no Reino Unido ou em um típico país central [...] confuso, pois de modo algum a economia industrializada dos países centrais é corriqueira ou típica, seja do ponto de vista histórico, seja do ponto de vista geográfico; trata-se de casos raros. (SEERS, 1963, p. 6).

Referenciando ideias do economista John Maynard Keynes, Seers enfatiza a importância da temporalidade, das pressões demográficas e políticas sobre a economia nos países periféricos. Ressalta as disparidades regionais como obstáculo à aplicação estática de teorias de modernização, “tão genéricas, que falham em analisar elementos centrais do desenvolvimento” (SEERS, 1963, p. 12). Antecipando o esforço que dedicou à estruturação do Centro de Pós-graduação em Estudos do Desenvolvimento, na Universidade de Sussex/Reino Unido, comenta:

Como a graduação raramente supera o enfoque paroquial ou integra o realismo da economia moderna no ensino, o candidato à pós-graduação facilmente é pego na armadilha de admirar teorias como tendo um fim em si mesmas. Se o conteúdo é cansativo, o aluno dedica-se à forma, sendo ainda

¹ Citações provenientes de textos em língua inglesa constituem tradução livre do autor.

encorajado para tanto. Longe de tornar-se mais aplicado conforme avança o ensino (como, por exemplo, no caso da medicina), o ensino da economia torna-se cada vez mais abstrato ao longo da pós-graduação [...], as melhores notas são reservadas a artigos ‘elegantes’ na argumentação teórica, e não àqueles que são ‘úteis’ . (SEERS, 1963, p. 13/14).

Seers enfatiza a importância de conhecer, além dos clássicos, modelos explicativos para economias individuais, que podem evoluir para modelos mais complexos. Argumento reforçado, duas décadas mais tarde, por Hirschman (1981), para quem “certas características específicas da estrutura econômica dos países subdesenvolvidos tornam parcela relevante da análise ortodoxa inaplicável, ou mesmo, errônea” (p. 375). Em outras palavras, tem-se a relevância da concepção de *embeddedness*, ou enraizamento, para interpretação e estudo dos processos de desenvolvimento de base territorial.

Intelectuais e o debate na opinião pública

As ciências sociais conhecem a tradição da significação e reinterpretação do conceito de intelectual, do seu papel na construção de retóricas que marcam a opinião pública. Em tom quase que resignado, o pensador Norberto Bobbio introduz ensaio sobre os intelectuais constatando que “o debate entre intelectuais a respeito dos intelectuais, isto é, a respeito de si próprio, não tem trégua” (BOBBIO, 1997, p. 7). Mais à frente, o autor registra: “pus-me a pensar que o título mais adequado seria aquele que o amigo Giacomo Noventa havia ironicamente dado a uma sua [*sic*] coletânea de textos: *Niente di nuovo*” (BOBBIO, 1997, p. 67). Para alunos de pós-graduação que não são oriundos das ciências sociais, apresentamos, nesta seção, breve registro da popularização do uso do termo intelectual, ressaltando a diversidade de interpretações.

O termo *intelligentsia* foi registrado originalmente em publicação pelo jornalista nacionalista Karol Libelt, nos anos 1840, buscando engajar homens letrados na causa da independência da Polônia. Nos anos 1860, tornou-se um termo popular na Rússia, entre outros, por artigos do jornalista Pjotr Boborykin, descrevendo a crescente camada social formada por pessoas com acesso à educação que moldavam a cultura e a ação do Estado e que passaram a ter percepção de si mesmas como um grupo social particular. Para outros autores, descrevia o grupo social que contribuía para a produção da alta cultura. Segundo Sdvizkov (2006), de acordo com o período histórico, o termo *intelligentsia* podia implicar discriminação e perseguição, ou então privilégios. Após a Revolução Russa, em 1917, por exemplo, o termo passou a ter conotação pejorativa em comparação ao termo intelectual, cujo entendimento oscilava ao longo do tempo.

Para Johnston (1974), a transformação do adjetivo intelectual em um substantivo pode ser localizada na década de 1890, na França. O termo era utilizado em textos, inicialmente, de modo pejorativo, descrevendo uma aristocracia letrada, arrogante, distante da realidade do povo. Posteriormente, descrevia uma elite pensadora que poderia contribuir para solucionar os problemas que acometiam o império francês.

Johnston argumenta que o escritor Henry Bérenger inovou utilizando esse termo em romances políticos com os quais buscava mobilizar o leitor pelo desenvolvimento da França. De acordo com essa visão, a expansão da alfabetização e da leitura, bem como da educação formal e do ensino universitário, possibilitaram a formação de um novo agente social, o intelectual, que deveria intervir no debate público de forma apartidária. A política profissionalizada exercida em Paris era retratada como sendo corrupta, decadente, e os intelectuais deveriam se unir para repensar e renovar a vida pública.

Até então o grupo social formado por estudantes, professores universitários, escritores e jornalistas – os formadores de opinião da modernidade – era descrito por termos como “pensadores”, “letrados”, “universitários” ou “homens do pensamento”. Segundo Johnston, Bérenger introduz o substantivo intelectual buscando descrever nova realidade, oferecendo

um meio termo entre os extremos que dominavam o debate político: por um lado, o apoio ao catolicismo; por outro, o anticlericalismo.

Foram a xenofobia e o antisemitismo do caso Dreyfus os quais abalaram a opinião pública da França na virada do século, que contribuíram para popularizar o uso do substantivo intelectual. Em 1894, com base em provas frágeis, o capitão Alfred Dreyfus, de família judaica oriunda da Alsácia, região na fronteira da Alemanha, foi acusado de espionagem e traição à pátria, sendo expulso do exército em cerimônia pública e submetido ao pior tratamento do sistema prisional: o trabalho forçado em meio à floresta na Guiana Francesa.

A polêmica sobre o caso dividiu a sociedade francesa. Os que sustentavam a culpa de Dreyfus promoviam uma teoria conspiratória por meio de palavras de ordem e manchetes chamativas, buscando preservar a honra das forças armadas. Já os partidários de Dreyfus argumentavam que princípios do direito eram superiores a alegações de cunho patriótico, importando se o acusado era ou não culpado, pois o Estado republicano tinha a obrigação de tratar todo cidadão de forma equânime, independentemente da religião.

Em janeiro de 1898, o jornal parisiense *L' Aurore* publica carta aberta do escritor Émile Zola, endereçada ao presidente da república, sob a manchete *J' Accuse...*, denunciando o conluio entre funcionários públicos e militares no processo do qual Dreyfus fora vítima. Dias depois, o mesmo jornal publica o “Manifesto dos intelectuais” – abaixo-assinado que incluía escritores, pensadores e professores universitários apoiando a revisão das acusações. Em oposição, o escritor e deputado nacionalista Auguste-Maurice Barrès publicou crônicas, editoriais e artigos detratando os signatários do manifesto, chamando-os pejorativamente de intelectuais no sentido de “tolos” ou “traidores”.

O debate quanto ao caráter nacional da França espalhou-se por jornais, cafés e universidades durante mais de uma década, dividindo os políticos e a opinião pública sobre como definir – e governar – uma nação. Contrariando a utopia de Bérenger, o debate público influenciado pelos intelectuais não unificou o país. O uso popular do substantivo intelectual,

na França, portanto, não teve origem em precisão científica, pois foi uma palavra de ordem popularizada no calor do embate político. Winock (1999) cunhou o termo “o século dos intelectuais”, o qual acabou tornando-se um símbolo, tanto para progressistas quanto para os conservadores, cada qual com intenções opostas para intelectuais e anti-intelectuais.

O substantivo intelectual também integrava controvérsias no debate político da Alemanha. Nos anos 1920, políticos de alinhamento marxista utilizavam o termo de forma pejorativa, desclassificando pensadores, escritores e professores que não comungavam de um pensamento de “orientação proletária”. Nos anos 1930, os nazistas utilizaram o termo como ofensa contra opositores por não representarem o “verdadeiro espírito da nação”, e a mera acusação de intelectual era suficiente para o emprego da violência física ou mesmo para a prisão.

Na contramão dessas interpretações, em 1929, o jovem sociólogo Karl Mannheim propôs uma nova disciplina, a Sociologia do Conhecimento. Afirma que o conhecimento não resulta apenas da consciência teórica, da lógica formal, mas também de elementos não teóricos, oriundos da vida social e das influências às quais o indivíduo está sujeito. Analisa o fenômeno da existência dos intelectuais na sociedade, descrevendo-os positivamente como um estrato da sociedade “desamarrado, relativamente sem classe”, classificando-os como “*intelligentsia* socialmente desvinculada” (MANNHEIM, 1976).

O grau de diferenciação interna impediria a categorização como uma classe; porém, o acesso à educação funcionaria como vínculo sociológico de unificação do grupo. O compartilhamento de uma herança cultural comum, pelo processo da educação formal, tende a unir os indivíduos de origem diversa no grupo de intelectuais. Mannheim ressalta, no entanto, que a educação formal não apaga as origens individuais – apenas as atenua –, enfatizando o enraizamento, temporal e territorial, do intelectual como um dos fatores marcantes da sociedade moderna.

O sociólogo deve ser capaz de fazer mais do que atribuir a emergência e a solução de problemas à mera existência de certos indivíduos talentosos. A existência e a complexa inter-relação dos problemas de uma dada época e de um dado lugar devem ser vistos e compreendidos em confronto com a estrutura da sociedade em que ocorram [...]. O pensador isolado pode ter a impressão de que suas ideias cruciais lhe ocorreram pessoalmente, independentemente de seu contexto social. (MANNHEIM, 1976, p. 135).

Previamente à expansão do capitalismo e da racionalização da sociedade, a atividade intelectual era reservada a grupos sociais fechados, como os sacerdotes ou a nobreza. Com a ascendência burguesa na Europa, a intelectualidade é recrutada crescentemente, sem distinção entre as classes e os territórios, sendo constituída por indivíduos cujo único capital consiste de sua instrução, resumindo em si mesmos “todos os interesses que permeiam a vida social [...] em conflito mútuo” (MANNHEIM, 1976, p. 182). Nesse sentido, argumenta ser possível sintetizar a história como sendo uma série de experimentos de tentativa e erro em promover o desenvolvimento, nos quais os intelectuais estiveram frequentemente expostos aos fracassos.

Em texto tardio, Mannheim responde aos críticos enfatizando o contexto de sua reflexão quanto ao grau de autonomia dos intelectuais:

Frisemos novamente que os intelectuais não constituem uma camada elevada acima das classes e de maneira alguma estão melhor dotados que outros grupos da capacidade de superar seus próprios vínculos de classe [...] usei a expressão ‘grupo intelectual relativamente descomprometido’, que aceitei de Alfred Weber, sem qualquer ideia de um grupo inteiramente desligado e livre das relações de classe [...]. A expressão simplesmente aludia ao fato muito bem caracterizado de que a certos problemas os intelectuais não reagem com tanta coesão quanto os empregados e os operários, por exemplo. (MANNHEIM, 1982, p. 106).

Em paralelo, na Itália, o pensador Antonio Gramsci reinterpretou essa conceituação, argumentando que todos os indivíduos são capazes da atividade intelectual, embora nem todos exerçam a função de intelectual. Gramsci é categórico ao afirmar que os intelectuais não formam um grupo social à parte e que, mesmo tendo uma independência relativa, integram as classes constituintes da sociedade, sendo indispensáveis à sua organização e expressão.

Para Gramsci, a história pessoal, as tradições e o passado regional influenciam na forma como pensa e age o intelectual:

Por sua própria natureza e função histórica, os intelectuais se desenvolvem lentamente, muito mais lentamente do que qualquer outro grupo social. Eles representam toda a tradição cultural de um povo cuja história inteira desejam resumir e sintetizar: e isto deve ser dito especialmente do velho tipo de intelectual, do intelectual nascido no terreno camponês. Considerar como possível que ele possa, em massa, romper com todo o passado para se colocar completamente no terreno de uma nova ideologia é absurdo [...] a nós interessam os intelectuais em massa, e não apenas como indivíduos. (GRAMSCI, 1987, p. 164).

Gramsci, essencialmente, faz distinção entre dois intelectuais: o tradicional e o moderno. O primeiro, “o velho tipo de intelectual”, constitui o elemento organizador da sociedade rural e artesanal, o bacharel culto, certo de que está acima dos interesses das classes. Escritores, profissionais liberais, funcionários públicos, professores e, especialmente, os padres contribuíam, na Itália, para a manutenção do *status quo*. Com a industrialização, surge o segundo tipo, o “novo intelectual”, o organizador técnico, o especialista da ciência aplicada frente à opinião pública nacional.

A análise de Gramsci detém-se em demonstrar o papel – seja conservador, seja transformador – do intelectual como ator social que organiza o tecido social, a cultura e as demais dimensões da sociedade, que articula

o centro de poder do Estado com a sociedade e que, ao produzir ideologia, fornece consciência e homogeneidade à classe que representa. Os intelectuais constituem uma elite – embora dividida entre si, segundo a respectiva relação com as classes sociais – essencial para a reprodução da ordem vigente e para a manutenção – ou transformação – da hegemonia.

Frente a essa breve contextualização, ressaltamos que o presente trabalho utiliza um consenso atual registrado, entre outros, por Morat (2011). O termo intelectual refere-se a uma pessoa com conhecimento e experiência reconhecidos em uma área específica – ciência, arte, filosofia, religião, literatura, jornalismo etc – , que manifesta suas opiniões políticas de forma aberta e encontra ressonância, contribuindo para influenciar e formar a opinião pública. Em outras palavras, um especialista sem mandato formal, um observador engajado.

Essa definição ampla do termo intelectual, contribui para dúvida acerca de conceitos como “grandes intelectuais” ou “intelectuais médios”, usuais no debate especializado. Como mensurar grandes ou médios intelectuais? Outra adjetivação usual na bibliografia refere-se à seleção de “intelectuais mais famosos”. Medimos a fama pelo número de livros publicados ou reeditados? E como proceder no caso de intelectuais que pouco publicaram?

A fama pode decorrer tanto da capacidade intelectual como da habilidade em manejar as estruturas de poder na academia. Como exemplos, McLaughlin (1998) analisa a trajetória do filósofo Erich Fromm como estudo de caso de um intelectual que desapareceu da bibliografia especializada, e Sokolov (2017) recupera a trajetória de intelectuais cuja memória foi apagada pelo regime soviético. Para o Brasil, Pedrosa (2003) registra a Academia Brasílica dos Esquecidos, fundada em 1724, em Salvador, que buscava valorizar o pensamento desenvolvido na colônia frente ao paradigma oriundo de Portugal. A reputação é moldada tanto por suas ideias como por fatos históricos e sociais, como os intelectuais esquecidos da oposição à cultura soviética (SOKOLOV, 2017).

O presente trabalho registra que, por sua atuação, o intelectual pode tanto apoiar como entrar em conflito com políticos, governos e Estado,

podendo ser tanto produtor como crítico de ideologias. Morat (2011) resalta que ser considerado intelectual, portanto, não depende de atributos pessoais ou do grau de especialização na carreira, mas do engajamento qualificado no debate político. Apresenta-se, então, o intelectual, antes de tudo, como indivíduo engajado, que encontra apoiadores e seguidores.

Centros e periferias no comando do território

Estudos sobre intelectuais têm longa tradição no campo da Sociologia. Morat (2011) enfatiza que diversas variáveis foram exploradas para interpretar a ação social desses atores: classe social, gênero, cultura nacional, gerações, redes de sociabilidade e ideologias. Entretanto, as abordagens teóricas mais reconhecidas pouco enfatizam as condições particulares de formação do intelectual quanto à sua trajetória no contexto das relações de dominação, quanto às relações de poder entre centro e periferia que permeiam cada sociedade.

O cientista social norueguês Stein Rokkan argumenta que o estudo quanto à variação entre sistemas políticos deve iniciar pelo conceito de território. A análise comparativa entre sociedades deve partir da estruturação do espaço sobre o qual estas exercem controle. Três elementos constitutivos são centrais para essa definição: um espaço geograficamente delimitado; um grupo social que ocupa esse espaço e detém a exclusividade de acesso aos recursos naturais ali existentes; um conjunto de estratégias exitosas para delimitação e proteção contra outros grupos sociais que buscam exercer controle sobre esse mesmo espaço.

Rokkan reforça seu argumento com a clássica definição de Max Weber de que uma associação política específica, o Estado, constitui uma organização estruturada de modo hierárquico para manutenção da ordem no âmbito de um determinado território, por meio do monopólio no emprego de força física naquele espaço:

Todo estudo sobre as transformações na estrutura do território deve analisar as interações entre dois tipos de espaço, de distâncias: por um lado, o espaço físico, e, por outro lado, o espaço social e cultural. Podemos denominar o primeiro como espaço geográfico, o segundo como espaço de pertencimento. (ROKKAN, 2000, p. 135).

A noção do espaço geográfico pode contribuir para o entendimento da periferia enquanto países que surgiram em decorrência do colonialismo europeu, ocupando posição subordinada na divisão internacional do trabalho. Argumento proposto, entre outros, é o de que a divisão do trabalho intelectual pode ser expressa geograficamente nos binômios centro/periferia e norte/sul global. No centro/norte global seriam elaboradas as teorias, essencialmente em língua inglesa, depois aplicadas à/ao periferia/sul.

Essa conceituação pode implicar dificuldades metodológicas, igualando o que é desigual. Esse é o caso do Canadá e da Nova Zelândia, sociedades que, embora surgidas do colonialismo europeu, não ocupam posição subordinada de periferia no Sistema Mundo. Ou, ainda, dos intelectuais que atuam na Dinamarca, os quais, apesar de terem restrita relevância no debate internacional, seriam considerados pertencentes ao centro, enquanto autores que publicam na China, sociedade de dimensão continental, país milenar que não surgiu do colonialismo europeu, seriam considerados periféricos. Tal argumento possivelmente seja questionado por intelectuais como o Dalai Lama, refugiado do imperialismo chinês, que, provavelmente, considera a China o centro, enquanto considera sua pátria, o Tibete, como periferia.

A conceituação ideológica do exercício de poder entre centro e periferia, realizada por Rokkan, contribui para desvincular essa classificação da geografia física ou da concepção de Estado-nação. Para a perspectiva diacrônica proposta pelo autor, o território apresenta, ao longo de sua formação, fluxos e refluxos de uma tendência de centralização econômi-

ca, cultural e política em pontos estratégicos. Esses centros, por sua vez, tendem a ser periferia de outros centros, em processos continuados de concentração e desconcentração ao longo do tempo. Esse é o argumento adotado aqui para caracterizar teorias periféricas.

A proposta da obra: mentes que criam

A pós-graduação propõe expandir e alargar os horizontes da pesquisa em Desenvolvimento Regional, a fronteira do pensamento – daí a relevância da criatividade e de mentes que criam. A preocupação com a expansão da fronteira do pensamento, porém, não deve originar o descuido, ou mesmo o desconhecimento, dos precursores. Arida (1983, p. 4) alerta que, “se a fronteira do conhecimento tem pequena espessura temporal, o economista corre o risco de decaimento intelectual rápido [...], o economista que está permanentemente atualizado não adquire sabedoria”. Argumentamos, nesse trabalho, que a familiarização com a história de ideias que formam o campo de estudo do Desenvolvimento Regional contribui com o processo cumulativo de conhecimento e reflexão.

A história do pensamento sobre Desenvolvimento Regional conhece matrizes irreconciliáveis, como a teoria da modernização e a teoria crítica, que mantêm seu vigor original ao longo do tempo. Importa igualmente, porém, conhecer o contexto dessas ideias, não como mandato, mas como oportunidade para o enriquecimento e a criatividade além dos limites das disciplinas em disputa entre si. “A apreensão do significado do texto clássico do passado fica, no entanto, em geral prejudicada pelo processo de desenraizamento” (ARIDA, 1983, p. 7).

O presente trabalho busca estimular, nos estudantes do Desenvolvimento Regional, a diversidade do olhar, priorizando a diversidade sobre a uniformidade, valorizando exceções, pois, conforme Flyvbjerg (2001), pequenas questões podem levar a grandes respostas. Apresenta-se, aqui, um conjunto de intelectuais e referenciais teóricos inovadores que, em seu tempo, não integravam o *mainstream* dos cânones,

colocando em questão os conceitos de desenvolvimento e de região. Para tanto, cada capítulo apresenta um ou mais autores e uma síntese dos seus argumentos quanto ao desenvolvimento de base territorial.

Cada capítulo traz um enfoque, uma lente de análise. Nenhum deles se propõe à exegese ou interpretação da obra completa do autor, mas todos apresentam um argumento específico, considerando, quando pareceu apropriado, a relevância da trajetória do autor no intuito de ressaltar o enraizamento do pensamento que contribui para a formulação de novas hipóteses de interpretação – e de formulação de propostas – para territórios específicos. Entre os critérios utilizados para a seleção dos casos, citamos:

- o intelectual retratado percorreu uma trajetória interdisciplinar e não possui, necessariamente, uma carreira acadêmica;
- a análise proposta apresenta *embeddedness*, enraizamento territorial, extrapolando a tradição universitária que reserva a certas disciplinas o diagnóstico e o planejamento regional;
- a construção teórica tem origem na periferia, entendida esta como sendo ideológica, ou seja, o enfoque teórico não tem origem no *mainstream* do seu tempo, questionando e inovando;
- o referencial teórico em questão prioriza a análise de mecanismos de inclusão social, interpretando mercados como enraizados na sociedade;
- a respectiva abordagem teórica não integra os cânones dos programas de pós-graduação em Desenvolvimento Regional.

Ressaltamos que os critérios citados acima foram necessários, porém, possivelmente, não são suficientes para explicar a seleção aqui apresentada. Podemos elencar como critérios adicionais o fato de que foram considerados apenas autores do longo Século XX, de fácil acesso em língua portuguesa ou inglesa, e de que a seleção está delimitada por escolhas pessoais do autor, suas preferências e sua capacidade de leitura, entre outros. Seguindo obra

de referência, “a teoria social se encontra em estado de fermentação intelectual [...] para nossos propósitos, o objetivo foi representar a diversidade de posturas existentes e criar um fórum” (GIDDENS; TURNER, 1999, p. 21).

Abrindo a seleção, o primeiro capítulo apresenta argumento de Antonio Gramsci, que, em 1916, questionava a ideia de que a metade sul da Itália seria “atrasada” e constituía um “problema ao desenvolvimento”. Propôs a interpretação de que a unificação do país havia integrado regiões desiguais, beneficiando o capital industrial da metade norte, a elite nacional. O argumento continua candente na medida em que, em 2019, por pequena margem de votos, a *Lega Norte* buscou cooptar o governo nacional com discurso baseado na oposição à metade sul, que seria “parasita” dos trabalhadores nortistas.

Concluindo o arco de análise, o último capítulo é dedicado à proposta recente do pesquisador James C. Scott, que viveu no norte de Mianmar. Segundo ele, os planaltos montanhosos da Ásia Central abrigavam estratégias de desenvolvimento de concepção anarquista – uma região recentemente nominada como Zomia, onde as nações consideradas primitivas, ou “folclóricas”, adotaram distância das grandes civilizações para escaparem da cobrança de impostos, das epidemias e do trabalho forçado dos grandes reinos nas planícies do arroz irrigado. Nas franjas de Zomia, o reino do Butão foi o primeiro país a adotar o Índice de Felicidade Bruta, enquanto indicador de desenvolvimento, como alternativa ao PIB.

No leque de ideias entre esses extremos, apresentamos sequências com continuidade temporal de interpretação realizadas por intelectuais que participaram ativamente da formação de utopias renovadoras de territórios. Nos anos 1910/20, o Marechal Rondon atravessava os sertões do Mato Grosso e divulgava a concepção inovadora de que indígenas e sertanejos eram trabalhadores, cidadãos da república e portadores de direitos. Enquanto suas ideias eram sistematizadas e divulgadas por Edgard Roquette-Pinto junto à elite brasileira, o jornalista peruano José Carlos Mariátegui, do outro lado dos Andes, denunciava a condição de trabalho análoga à escravidão, o *Enganche*, que mantinha a população rural na pobreza. Tratava-se da

escravidão por dívida, conhecida, na Amazônia brasileira, como Sistema de Barracão. Pouco tempo depois, os irmãos Villas-Boas lideraram uma aliança de intelectuais para proteção a indígenas, mediante criação do Parque Indígena do Xingu. Inovação adaptada, anos mais tarde, pelos Povos da Floresta – aliança sob liderança de Chico Mendes, no Acre, para criação das Reservas Extrativistas. No mesmo período, o intelectual EMS Namboodiripad, único governador comunista eleito na recém-independente Índia, promovia a reforma agrária, o combate ao analfabetismo e o empoderamento feminino, fazendo com que o estado de Kerala alcançasse indicadores de qualidade de vida excepcionais.

Outra continuidade de interpretações aqui apontada reside na bacia hidrográfica como unidade de análise e no otimismo quanto ao planejamento territorial. Entre 1918/22, o engenheiro Arthur Morgan coordenou, na bacia do rio Great Miami (EUA), o maior projeto de obras públicas de prevenção de enchentes até então realizado no país. Seu enfoque social o habilitou, em 1933, a dirigir a Tennessee Valley Authority, a autarquia federal de desenvolvimento regional que inspirou a criação, no Brasil, da Comissão de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e organizações correlatas. Tratava-se de autarquias que, posteriormente, foram objeto de análise crítica pelo economista Albert Hirschman, enquanto no sul do país o enfoque de bacias hidrográficas foi retomado pela análise do economista Paul Singer, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento da Bacia do Paraná-Paraguai.

Enquanto Rondon percorria os sertões e conhecia a miséria humana do extrativismo nos seringais do rio Madeira, o economista Harold Innis remava em canoa pelos rios do Canadá, conhecendo a população que vivia do extrativismo, da caça de castores, da pesca do bacalhau ou do corte das matas nativas. Após anos de coleta de dados, nos anos 1930, Innis formulou a Tese das Matérias Primas, reforçando as peculiaridades da formação canadense e o papel relevante da cultura própria, em oposição aos paradigmas de interpretação oriundos dos EUA. Nos anos 1970, por sua vez, o geógrafo Wilbur Zelinsky apresentou proposta para

interpretação dos EUA não como uma cultura monolítica, mas como diversidade de culturas regionais – enfoque ampliado pelo historiador Colin Woodard, nos anos 2010, propôs o argumento de onze culturas regionais em conflito entre si na América do Norte. Na Itália, as pesquisas realizadas por Carlo Trigilia, a partir dos anos 1970, enfatizaram a origem dos aglomerados produtivos da *La terza Italia* nas subculturas políticas – católica e comunista – predominantes naquela região.

Os intelectuais franceses Fernand Braudel e Pierre Verger receberam seus títulos de doutorado pela inovação teórica que suas pesquisas introduziram em seu tempo. Braudel interpretou o Mediterrâneo como região, propondo o conceito de *Longue Durée*, a história de longa duração das variações mínimas no desenvolvimento de base territorial. Já Verger inovou apontando para a intensidade da exploração do trabalho humano que conectou o litoral da Bahia e o litoral do Reino de Benin – as duas margens de um comércio desumano e de um diálogo cultural transatlântico, não apenas português.

Em parte, a motivação para este livro resulta da desilusão que tem se espalhado entre estudantes do Desenvolvimento Regional, especialmente a partir dos anos 2010, com o fim do mito de que o Estado seria capaz de reduzir, moderar, pacificar, ou mesmo eliminar, desigualdades regionais.

Durante esta última década ocorreu mudança decisiva no debate sobre desenvolvimento, colocando em dúvida a ideia de que regiões “atrasadas”, por meio do *Catch Up* ou um novo Desenvolvimentismo, poderiam planejar o crescimento rumo à prosperidade universalizada. “Qualquer descrição da realidade tem de desbastá-la: ao deixar de lado certos elementos, a descrição produz não apenas as ‘presenças’ daquilo que inclui, mas também as ausências daquilo que exclui” (ALEXANDER, 1999, p. 56).

Finalizando, expresso agradecimento ao colega Luis Carlos Ribeiro Stephanou, que leu uma versão inicial do manuscrito e contribuiu com preciosas sugestões. Os capítulos seguintes apresentam um panorama de abordagens, propostas ao longo de um século, como interpretações possíveis para o estudo de processos de desenvolvimento regional.

Referências

ALEXANDER, Jeffrey. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 23-90.

ARIDA, Pérsio. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. **Texto para discussão n. 54**, Departamento de Economia, Rio de Janeiro, PUC-Rio, 1983.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Tradução Marco Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BOISIER, Sergio. *Post-Scriptum* sobre desenvolvimento regional: modelos reais e modelos mentais. **Revista planejamento e políticas públicas** – IPEA, n. 19, p. 307-343, 1999.

BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. (org.). **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

CARDOSO, José. Reflexões periféricas sobre a difusão internacional do pensamento econômico. **Revista Nova Economia**, v. 19, n. 2, 2009.

DUTRA, Eliana. **Rebeldes literários da República**: identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

FLYVBJERG, Bent. **Making social science matter**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

GIDDENS, A.; TURNER, J. (org.). **Teoria social hoje**. Tradução Gilson de Sousa. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **A questão meridional**. Organização e tradução Carlos Coutinho, Marco Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **The American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

HIRSCHMAN, Albert. **Essays in trespassing**: economics to politics and beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

HOBBS, Thomas. **Os elementos da lei natural e política**. [1640]. Tradução Fernando Andrade. São Paulo: Ícone, 2002.

JOHNSTON, William. The Origin of the Term 'Intellectuals' in French Novels and Essays of the 1890's. **Journal of European Studies**, v. 4, p. 43-56, 1974.

MACHADO, Nuno. Karl Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: notas sobre o conceito de (*dis*)*embeddedness*. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 90, p. 71-94, 2010.

MANNHEIM, Karl. O problema do intelectual. *In*: FERNANDES, Florestan (org.). **Karl Mannheim**: sociologia. São Paulo: Ática, p. 101-107, 1982.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Tradução Sérgio Santeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MCLAUGHLIN, Neil. How to become a forgotten intellectual: intellectual movements and the rise and fall of Erich Fromm. **Sociological Forum**, v. 13, n. 2, 1998.

MICELI, Sergio. Intelectuais brasileiros. *In*: MICELI, S. (org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). **Sociologia**. Brasília: ANPOCS, 1999. v. 2.

MORAT, Daniel. **Intellektuelle und Intellektuellengeschichte**. 20 nov. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.14765/zzf.dok.2.279>. v. 1.

PEDROSA, Fábio. A Academia Brasílica dos Esquecidos e a história natural da Nova Lusitânia. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, n. 1, p. 21-28, 2003.

PERICÁS, L.; SECCO, L. (org.). **Intérpretes do Brasil**: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014.

PERISSINOTO, R.; STUMM, M. A virada ideacional: quando e como ideias importam. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 64, 2017.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ROKKAN, Stein. **Staat, Nation und Demokratie in Europa**. Frankfurt: Suhrkamp, 2000.

RUESCHEMEYER, Dietrich. **Usable theory**: analytical tools for social and political research. Princeton: Princeton University Press, 2009.

SANTIAGO, Silvano (coord.). **Intérpretes do Brasil**. Biblioteca Luso-Brasileira. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000. 3 v.

SDVIZKOV, Denis. **Das Zeitalter der Intelligenz**: zur vergleichenden Geschichte der Gebildeten in Europa. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2006.

SEERS, Dudley. The Limitations of the Special Case. **Oxford Bulletin of Economics and Statistics**, v. 25, n. 2, p. 77-98, 1963.

SOKOLOV, Mikhail. Famous and forgotten: soviet sociology and the nature of intellectual achievement under totalitarianism. **Serendipities Journal for the Sociology and History of the Social Sciences**, v. 2, n. 2, 2017.

VIANNA, Luiz. Introdução. **DADOS** – Revista de Ciências Sociais. Número especial: cientistas sociais e vida pública, v. 37, n. 3, p. 357-403, 1994.

WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos sistemas mundiais. *In*: GIDDENS, A.; TURNER, J. (org.). **Teorial social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 447-470.

WINOCK, Michel. **Le siècle des intellectuels**. Paris: Seuil, 1999.

ESTRUTURA AGRÁRIA E O MEZZOGIORNO EM GRAMSCI

Antonio Gramsci nasceu em 1891 na vila de Ales, localizada na ilha da Sardenha – historicamente, uma região periférica da Itália. Relatório anual sobre o recrutamento militar na Sardenha, em 1891, registrou que cerca de um terço dos jovens havia sido desqualificado para o serviço militar devido a sintomas de desnutrição. O pai de Gramsci pertencia à etnia Arbëreshë, uma minoria católica, originária da Albânia, que vive no sul da Itália. Os Arbëreshë eram tradicionalmente contratados como soldados e oficiais na Itália, tanto no sul, no Reino de Nápoles, como na República de Veneza, onde estabeleciam residência.

Integrantes de uma minoria, vivendo na periferia do reino, os Gramsci conheciam, no mínimo, quatro idiomas: a língua arberesca, falada na comunidade ítalo-albana; o sardo, língua da Sardenha, proibido durante o regime fascista de Mussolini; o italiano oficial, originário da Toscana e difundido a partir da unificação, além do dialeto napolitano. Gramsci viveu em Moscou e em Viena – portanto, provavelmente, conhecia o russo e o alemão.

Gennaro Gramsci, avô de Antonio, foi oficial do exército napolitano na cidade de Gaeta. Ali seu pai, Francesco, iniciou o curso de Direito, mas, com a morte do pai, emigrou para a Sardenha, onde trabalhava como escrivão. Em 1898, Francesco foi condenado à prisão, em um julgamento de cunho político, por motivo das eleições locais. Sem poder contar com seu salário, a família viveu anos de privações, com a mãe de Antonio, Giuseppina Marcias, trabalhando como costureira e alugando quartos na casa herdada pela fa-

mília. Antonio interrompeu a escola e trabalhou como ajudante no cartório de imóveis, onde, apesar da deficiência física, carregava arquivos pesados.

Com o retorno do pai, em 1904, Antonio voltou a frequentar a escola. Em 1908, mudou-se para a capital da ilha, Cagliari, para cursar o ensino médio. Dividia um quarto em pensão com o irmão mais velho, Gennaro, que, após o serviço militar na cidade industrial de Turim, retornara com ideias socialistas. Passam, então, a frequentar reuniões de grupos socialistas sardos, adotando tendências regionalistas.

Em 1911, Gramsci concorreu a um edital, obtendo uma bolsa da Fondazione Carlo-Alberto – o que lhe possibilitou inscrever-se na Universidade de Turim. A região era o centro da industrialização italiana: grandes fábricas como Fiat, Pirelli e Olivetti recrutavam trabalhadores em todo o país. Frente aos baixos salários e às precárias condições de vida dos trabalhadores, os sindicatos ampliaram sua atuação, e os conflitos trabalhistas passaram a marcar a vida política em Turim.

Gramsci matriculou-se em Filologia e Geografia, cursando disciplinas variadas das ciências sociais. Passou a frequentar círculos de intelectuais socialistas, convivia com trabalhadores migrantes da Sardenha, participava de reuniões de comitês de fábrica e tornou-se militante do Partido Socialista, marcado por um intenso sentimento regionalista. Em 1915, abandonou os estudos por falta de recursos e problemas de saúde, passando a atuar como jornalista de periódicos socialistas, por meio dos quais adquiriu renome devido à contundência de suas opiniões. Em 1921, participou do congresso de fundação do Partido Comunista da Itália. No ano seguinte, Mussolini implantou o regime fascista, e Gramsci mudou-se para Moscou na condição de delegado da Terceira Internacional Comunista.

Em 1924, Gramsci foi eleito deputado, sendo que a imunidade parlamentar permite-lhe retornar à Itália. Em novembro de 1926, no âmbito das leis de exceção do regime fascista, Gramsci foi preso e condenado por traição, devendo cumprir mais de vinte anos de reclusão. Na prisão, escreveu os 32 volumes dos *Cadernos do Cárcere*. Devido a problemas

de saúde, recebeu liberdade condicional em 1934, sendo transferido de uma clínica a outra até vir a falecer em 1937.

A unificação nacional

O processo de formação da Itália, entre 1861 e 1871, uniu territórios desiguais. A metade sul, o Mezzogiorno, pertencera à casa real dos Bourbons. Tinha sido periferia da Espanha por quatro séculos, especializada na monocultura de trigo em largas propriedades agrícolas, pertencentes a uma nobreza que vivia nas cidades ou na capital. Capatazes administravam o grande número de trabalhadores rurais necessários ao plantio e à colheita manual do trigo. Os trabalhadores rurais viviam em vilas separadas das amplas lavouras, vazias de gente, sob predominância cultural de um catolicismo ortodoxo.

De acordo com Felice (2017), no período da unificação, a Itália tinha população estimada em 25 milhões de pessoas. O Mezzogiorno contava 9,2 milhões de habitantes, dos quais 52% viviam abaixo da linha de pobreza da época. Segundo os dados, 87% da população do Sul era analfabeta, com uma expectativa de vida de 32 anos ao nascer.

As estimativas indicam que, no período da unificação, quando a renda per capita média na Itália equivalia a 1, na metade norte a renda per capita era equivalente a 1,15, enquanto na metade sul era de 0,9. Nas primeiras décadas do novo país, a desigualdade regional cresceu lentamente por motivo da maciça migração de trabalhadores rurais, que reduziu a população da metade sul. As diferenças cresceram rapidamente após 1920, estabilizando-se na renda per capita equivalente a 1,55 em relação à média nacional na metade norte e a 0,6 na metade sul. Ainda segundo Felice (2017), nas oito décadas seguintes, entre 1931 e 2011, essa desigualdade manteve-se estável.

A questão regional

Para interpretar o Mezzogiorno, Gramsci rejeitou as explicações pseudoculturais ou o Positivismo então dominantes no debate político. Examinou, a partir das estruturas agrárias, os problemas econômicos, políticos e culturais resultantes das diferenças no modelo de desenvolvimento entre a metade norte e a metade sul da Itália (GRAMSCI, 1987). Em artigo de jornal publicado ainda na juventude, em 1916, sob o título *O Sul e a guerra*, fez referência aos diferentes graus de desenvolvimento do capitalismo das duas Itálias. Ao nomear, quarenta anos após a unificação, problemas resultantes da desigualdade entre o Norte e o Sul, Gramsci formulou indicações de natureza mais geral.

No escrito de 1916 e em textos subsequentes, Gramsci assume posição contrária às políticas públicas implementadas para desenvolver a metade sul. Recusa a política meridionalista baseada em leis específicas, exigindo uma política de desenvolvimento nacional a partir das reais necessidades do país, “num período em que a diminuição da emigração põe com maior violência os problemas de classe, que tendem a se tornar problemas ‘territoriais’” (GRAMSCI, 1987, p. 88).

No ensaio *Alguns temas da questão meridional*, redigido em 1926, pouco antes de sua prisão, e publicado pela primeira vez em 1930, Gramsci retoma e aprofunda a funcionalidade dessa disparidade para o processo de acumulação de capital. O Mezzogiorno, historicamente, foi fornecedor de mão de obra de baixa qualificação – e de baixa remuneração – para a capitalização da metade norte, bem como de outros países que atraíram os migrantes em grande número. Além disso, as oligarquias do Sul investiram seu capital em empreendimentos no Norte.

O capital busca as formas mais seguras e rentáveis de investimento, e o governo, com muita insistência, oferece a dos bônus quinquenais. Onde já existe a fábrica, essa continua a se desenvolver por meio da poupança; mas, onde toda forma de

capitalismo é incerta e aleatória, a poupança suada e acumulada com dificuldade não confia e vai se alocar onde encontra imediatamente um lucro tangível. (GRAMSCI, 1987, p. 63).

As conexões entre a vulnerabilidade econômica e social, características da metade sul, com o crescimento econômico do Norte são estruturais e implicam fluxos contínuos de pessoas e de capitais entre ambas as regiões. As lavouras, as agroindústrias e as fábricas da metade norte, por sua vez, demandam a população da metade sul como consumidores.

Para Gramsci, a fragilidade econômica e o atraso político que caracterizam o Mezzogiorno decorrem do modelo de desenvolvimento escolhido por suas elites, baseado em uma histórica aliança entre a reduzida classe de latifundiários e a Igreja Católica. Esse é o contexto no qual florescem as máfias, uma subcultura política violenta que se apropria, de forma ilegal, tanto de recursos públicos como de recursos privados. “A classe operária tem a tarefa de romper o corporativismo agrário, juntamente com a classe camponesa, e lutar contra a velha máquina da Camorra, que, em última instância, oprime igualmente todo o proletariado” (GRAMSCI, 1987, p.16).

Decorre daí uma concepção política de Gramsci, não economicista, para a questão meridional. Não ocorreria oposição ou dualidade entre a metade norte e a metade sul: ambas integram o mesmo projeto de nação. A superação desse desequilíbrio dependeria de uma nova hegemonia nacional, baseada em uma aliança política entre a classe operária do Norte e os camponeses do Sul.

Não é paradoxal a afirmação de que uma greve em Turim contra a ameaça de aumento no preço do pão pode servir também para salvar a Sardenha e a Calábria da desastrosa mania de cortar árvores para semear trigo, na falsa certeza de que os altos preços possam tornar imediatamente rentáveis as terras onde somente árvores encontram alimento. (GRAMSCI, 1987, p. 16).

Para superar a pobreza estrutural da metade sul, Gramsci propõe aos intelectuais nova postura para além de reformas econômicas, contribuindo com a formação de organizações camponesas para a ação coletiva.

O que obtém um camponês pobre invadindo uma terra inculta ou mal cultivada? Sem máquinas, sem uma habitação no lugar de trabalho, sem crédito para esperar o tempo da colheita, sem instituições cooperativas que comprem a própria colheita e o salvem das garras dos intermediários, o que pode ganhar um camponês pobre com a ocupação? Ele satisfaz, num primeiro momento, seus instintos de proprietário, sacia sua primitiva fome de terra; mas, num segundo momento, quando percebe que os braços não bastam para arar uma terra que só a dinamite consegue romper [...] dias e noites a passar numa terra sem casas, sem água, com a malária, o camponês sente sua impotência, sua solidão. (GRAMSCI, 1987 p. 19).

A interpretação gramsciana propõe uma escala regional de organização rural, em torno da qual seria possível organizar o protesto camponês. Nesse período, com participação do Partido Comunista, foi criada a Associação Nacional de Defesa dos Camponeses, em oposição à Confederação dos Trabalhadores Rurais, que incluía, sem distinção, camponeses e assalariados. No lugar da interpretação usual de conflito entre as regiões, Gramsci reconhece o conflito de operários e camponeses *versus* industriais e latifundiários. O conflito acabou se mostrando duradouro.

Ao longo dos anos 1980, formaram-se partidos regionalistas no norte da Itália, unificados na *Lega Nord* em 1991. Nas campanhas eleitorais para prefeitos e deputados, seus candidatos culpavam a metade sul pelos problemas econômicos do país, definindo a população sulina como “preguiçosa” e “parasitas”, propondo a separação para criar um novo país, a *Padania* (GIORDANO, 2000). No início dos anos 2000, obtendo sucesso na expansão mediante eleição de prefeitos e deputados, a *Lega* alterou a

estratégia e passou a defender a transformação da Itália em uma federação. Em 2018, frente ao sucesso dos movimentos de direita no Reino Unido em promoverem a separação da Europa, a *Lega Nord* alterou novamente seu discurso e passou a culpar a União Europeia e os imigrantes pelos problemas nacionais, obtendo maioria nas urnas – inclusive no Mezzogiorno – para compor o governo nacional.

Parafraseando Jessop (2005), a proposta de ação de cunho revolucionário, realizada por Gramsci, caracteriza-se tanto pela espacialização quanto pelo historicismo. Enfatizar o enraizamento territorial da análise feita por Gramsci permite recuperar aspectos geográficos em suas reflexões, de modo complementar à dimensão histórica. Além da discussão acerca da Questão Meridional, Gramsci utiliza elementos oriundos da geografia – como lugar, espaço e escala – para a formulação de diversos de seus conceitos interpretativos quanto à realidade italiana de sua época.

Referências

- BULL, M.; BAUDNER, J. Europeanization and Italian policy for the Mezzogiorno. **Journal of European Public Policy**, v. 11, n. 6, p. 1058-1076, 2004.
- COUTINHO, Carlos. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FELICE, Emanuele. The Socio-institutional Divide: Explaining Italy's Regional Inequality on the Long Run. **Carlo Alberto Notebooks**, n. 503, 2017.
- GRAMSCI, Antonio. **A questão meridional**. Organização e tradução Carlos Coutinho e Marco Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
- GIORDANO, Benito. Italian regionalism or 'Padanian' nationalism: the political Project of the Lega Nord in Italian politics. **Political Geography**, v. 19, n. 4, p. 445-471, 2000.
- JESSOP, Bob. Gramsci as a spatial theorist. **Critical Review of International Social and Political Philosophy**, v. 8, n. 4, p. 421-437, 2005.
- MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Tradução Paolo Nosella. Coleção Educadores MEC. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

INNIS E A INOVAÇÃO NA PERIFERIA DOS IMPÉRIOS

Harold Adams Innis (1894-1952) nasceu e cresceu em uma propriedade familiar de produção de leite, na vila de Otterville, no então remoto sul do estado de Ontario – uma península do Canadá que forma a fronteira com os EUA, entre os polos econômicos de Toronto, a Leste, e Detroit, a Oeste. Os solos arenosos da região limitavam a produtividade do binômio predominante na agricultura familiar – lavoura de grãos e gado de leite –, e a família Innis enfrentava dificuldade na gestão da propriedade. Nesse período, a região experimentou um processo de reestruturação mediante expansão da lavoura de tabaco como alternativa de renda.

A ocupação dessa fronteira sul do Canadá teve início entre 1800/10, com uma colônia privada de famílias Quakers (Sociedade Religiosa dos Amigos) oriundas de áreas de colonização mais antigas nos EUA. Por situar-se ao norte da fronteira, a região atraiu colônias também de outras minorias religiosas ortodoxas, como grupos Menonitas e Amish, que buscavam territórios de baixa densidade populacional. Os Quakers eram abolicionistas e estimularam o assentamento de escravos fugidos do sul dos EUA que cruzavam a fronteira para ter certeza de que não seriam recapturados.

Watson (2006) enfatiza a relevância do contexto familiar e territorial para a formação de Innis e de seus valores. A família era ativa na Igreja Batista, uma denominação religiosa com estrutura descentralizada e cujas pequenas capelas conferiam um senso de comunidade às famílias dispersas na periferia rural. Tratava-se de uma igreja minoritária no país

marcado pela autoridade católica e britânica da Igreja Anglicana, valorizando a independência individual e a autonomia – elementos relevantes na concepção da obra de Innis.

Innis frequentou a única escola da vila, composta por uma sala de aula com classe multisseriada. Dada a ausência de colégios no meio rural, para que pudesse completar o ensino médio, utilizava diariamente o trem para chegar até a sede municipal, a cidade de Woodstock, a uma distância de 30 km de sua vila. Innis pretendia seguir a carreira de professor na rede pública e prestou os exames de admissão, mas, após a experiência do primeiro semestre de estágio, abandonou a licenciatura.

Em 1913, iniciou o estudo em Ciências Sociais na Universidade McMaster, então localizada na capital Toronto – instituição recentemente estatizada e cuja origem estava na ação educativa da Igreja Batista. Durante a graduação, trabalhou por um semestre como professor substituto em uma escola pública no distante estado de Alberta, conhecendo as dimensões do país e as constantes reclamações da população do oeste quanto ao seu abandono pelo Estado. Assim que concluiu a graduação, em final de 1916, alistou-se como voluntário nos corpos auxiliares das ex-colônias no exército inglês da I Guerra Mundial. Atuou como sinalizador, registrando a trajetória da artilharia e corrigindo a mira dos canhões.

Segundo seus biógrafos, a experiência dos campos de batalha no norte da França – meses nas trincheiras em meio à lama, piolhos e cadáveres – impactou Innis de modo permanente. Evitava militares a ponto de seu filho relatar que dava volta no quarteirão para desviar de desfiles comemorativos em feriados. Em julho de 1917, sofreu ferimento e foi removido para o Reino Unido, onde passou por longo tratamento. Em 1918, enviado de volta ao Canadá, sofria com dores no corpo e depressão, além de haver perdido a fé no império britânico.

Tradicionalmente, os canadenses identificavam-se como britânicos, e Innis relatava, com irritação, o menosprezo e a brutalidade com os quais os oficiais ingleses tratavam os soldados das ex-colônias. Com o tempo, fortaleceu sua postura nacionalista e estendeu sua crítica ao império britânico

como um todo, bem como à crescente importância da mídia que engajava a população na guerra. Durante seu período de convalescência, concluiu uma dissertação de mestrado sobre a reorganização das políticas públicas canadenses de apoio aos veteranos, bem como para a reconstrução nacional, despertando, segundo Watson (2006), seu crescente interesse pela economia.

Innis mudou-se para o outro lado da fronteira nos EUA, onde concluiu, em 1920, o doutorado em Economia na Universidade de Chicago. Naquele período, conheceu o enfoque teórico do economista Thorstein Veblen, que trouxera da Alemanha uma oposição ao debate econômico predominante, de origem na ortodoxia da Universidade de Oxford. A escola alemã não distinguia entre análise econômica e sociedade, enfatizando que os mercados não eram autônomos, mas enraizados nesta última. Para esse argumento, uma teoria econômica a-histórica não era admissível.

A tese de Innis, publicada em 1923, analisou os impactos da construção da estrada de ferro *Canadian Pacific Railway* (CPR) para a formação do Canadá. Iniciada em 1885, a construção da CPR configurou uma epopeia que marcou o desenvolvimento do país. A partir do material estatístico dos arquivos da ferrovia, a tese de Innis registra como a dispendiosa construção da CPR contribuiu para a formação nacional, unindo a burguesia em torno do projeto de integração do mercado nacional, em parte por medo de uma possível anexação pelos EUA e redução de sua autonomia nas relações comerciais com a Inglaterra.

Innis retornou ao Canadá para trabalhar como professor da Universidade de Toronto. Nas férias, passou a realizar viagens de barco e a pé, por trilhas, nas florestas do país. Após uma década, havia percorrido todos os estados. Registra que queria conhecer o território, perguntando-se por que o país precisava da ferrovia para promover a unidade nacional. Identificou o extrativismo da caça ao castor como origem dos limites territoriais e, em 1930, iniciou série de publicações sobre a formação histórica do Canadá, com estudo sobre o comércio de peles de castores, interpretando as inter-relações entre geografia física, tecnologia e forças econômicas que formaram as fronteiras, formulando a *Staples Thesis*.

Para Innis, em oposição às teorias do livre mercado e da concorrência, a demanda por capital de giro e o longo período de retorno do capital investido no extrativismo da caça estimularam um dos traços centrais da economia canadense: a formação de monopólios. A extensão do território, o limitado mercado interno e os altos custos fixos somente podiam ser enfrentados mediante tendências de centralização e concentração que marcam algumas das principais instituições canadenses.

Contrário à opinião prevalecente na época, que valorizava o heroísmo e a coragem dos pioneiros, Innis argumentou que a colonização do Canadá ocorreu por causa das características do território, e não apesar destas. Em 1936, publicou estudo sobre o papel da mineração na expansão territorial; em 1940, publicou análise histórica da pesca do bacalhau no Atlântico Norte para a economia do Canadá e da Europa ibérica. Argumentou que as economias regionais eram tão diversas “que a dificuldade em interpretar o Canadá como um todo representa um desafio quase insuperável” (CBC, 1994, p. 6). Mesmo sendo canadense, em 1951, Innis foi eleito presidente da Associação dos Economistas dos EUA.

A teoria das matérias-primas

A partir da tese proposta por Innis, desenvolveu-se, no Canadá, a escola da teoria das matérias-primas, caracterizada, segundo Howlett e Ramesh (1992), por quatro hipóteses centrais. Em primeiro lugar, a chave para entender a trajetória histórica de formação do Canadá consiste em analisar os ciclos econômicos de suas commodities de exportação. Tendo em vista a escassa população do seu território, historicamente o Estado e os investidores privilegiaram a produção de produtos primários, de pronta colocação nos portos europeus. O retorno financeiro possibilitava a remuneração, tanto dos trabalhadores como do capital, e a importação – especialmente do Reino Unido – da maioria dos bens de consumo para o país.

A dependência da exportação implicava oscilação da economia nacional de acordo com os altos e baixos dos preços no mercado internacional. Houve impactos negativos, por exemplo, em 1880, quando os rumos da moda europeia alteraram a demanda por chapéus de pele de castor, de cuja exportação dependia grande parte dos fluxos econômicos do Canadá, dando origem a um nível de endividamento praticamente impagável por parte das empresas.

Em segundo lugar, a concentração do poder econômico nas mãos de uma pequena elite que dominava a exportação possibilitou que esta dirigisse os rumos políticos do país. A elite nacional, por sua vez, dependia dos interesses dos países industrializados, Reino Unido e França, que importavam produtos canadenses. A teoria expressa que, pela prioridade dada para atender ao mercado internacional, a burguesia canadense, por longo período, não teve interesse na industrialização do país ou na diversificação de sua economia.

Em decorrência, o terceiro pressuposto implica um enfoque dicotômico para interpretar a formação do Canadá. Esse argumento enfatiza que o país, assim como muitas ex-colônias, apresenta peculiaridades que as teorias desenvolvidas para analisar a trajetória da história e a economia europeia não levam em conta.

Finalmente, como quarta hipótese, propõe que a necessidade para superar as limitações logísticas para escoamento das commodities ajuda a compreender o papel do Estado na economia canadense. A burguesia nacional não dispunha do capital necessário para investir na infraestrutura do extenso território, diferentemente dos EUA, onde ferrovias constituíam empreendimento privado, levando o Estado a investir recursos públicos em hidrovias, ferrovias, linhas de transmissão elétrica e telefônica.

Essencialmente, Innis argumentava que a economia e a sociedade do Canadá foram moldadas pelos sucessivos ciclos econômicos de exportação do bacalhau, peles de castor, madeira, papel, trigo, laticínios e minerais, inicialmente, para abastecer a Europa; depois, para atender à crescente demanda nos EUA. A exportação de matérias primas, ou produtos com apenas processamento básico, foi determinada tanto pela falta de capa-

cidade tecnológica de acabamento apresentada pela incipiente indústria nacional como pela urgência de capitalização das famílias que colonizaram o país. Por sua vez, a exportação de matérias primas para remunerar a importação de bens de consumo para o mercado nacional beneficiava as economias dos países importadores, pois garantia o seu abastecimento com commodities. Os setores nacionais de transporte, comércio e finanças também se beneficiavam com o sistema baseado na exportação.

Porém, com o passar do tempo, a exportação passou a demandar investimentos cada vez mais vultuosos da elite empresarial canadense, restringindo a capacidade de manutenção do sistema, pois mobilizava escassos recursos que poderiam ter sido investidos na industrialização. Por exemplo, as ferrovias construídas para escoar trigo e madeira até os portos não eram economicamente viáveis e demandaram o transporte adicional de papel e minerais para custear sua manutenção.

A dependência da exportação de produtos semiacabados restringiu o desenvolvimento tecnológico do país, aprofundando a dependência do Canadá, em relação aos humores do mercado internacional na concorrência com países exportadores que praticavam preços menores. Nesse contexto, argumentava Innis, o desenvolvimento nos EUA tomou outro rumo, pois a expansão contínua da população, aliada a uma geografia mais favorável, estimulou a autossuficiência na agricultura e na indústria para abastecer um mercado interno crescente.

Nos anos 1970, um crescente sentimento nacionalista frente ao poder econômico e político das multinacionais americanas fomentou a busca por modelos de desenvolvimento adaptados à realidade canadense. Nesse contexto, formaram-se dois enfoques de renovação da teoria: o primeiro combinava o pessimismo de Innis com aquele inerente às teorias de base marxista; o segundo baseava-se nos estudos liberais otimistas quanto à eficiência e criatividade de inovação pelos mercados.

O enfoque neoinnissiano buscou combinar as conclusões de Innis com a Teoria da Dependência. A aparente similaridade dos problemas da economia canadense com as economias de países em desenvolvimento contribuiu para

fomentar esse enfoque, reforçado pelas preocupações oriundas do acordo de livre comércio com os EUA, firmado nos anos 1980. Dois problemas eram destacados nos estudos: por um lado, a conclusão de Innis de que o alto grau de dependência da economia canadense da exportação de matérias primas havia inibido uma industrialização autônoma no país; por outro lado, o receio de Innis quanto ao risco da dominação econômica pelos EUA.

Representantes do enfoque neoinnissiano destacavam, ainda, as particularidades culturais do Canadá e expressavam preocupação com os riscos de que a cultura dominante dos americanos as assimilassem. Entre as propostas para superação das limitações figuravam o subsídio à produção cultural canadense, a valorização de um modelo de desenvolvimento próprio e a restrição a importações dos EUA para fomentar a indústria nacional.

Nos EUA, por sua vez, Douglass North, futuro Prêmio Nobel em economia, estabelecia sua reputação no estudo do desenvolvimento regional, entre outras correntes, integrando e revisando a *Staples Thesis* para a realidade do Oeste dos EUA (NORTH, 1955; 1959). North enfatizava que o crescimento regional da economia, da política e das instituições sociais é determinado, essencialmente, pelas demandas da economia global.

Conforme North, a resposta regional aos estímulos externos promove o crescimento tanto nos segmentos exportadores da economia como nos setores intermediários que abastecem a base exportadora. Enfatiza que as regiões não precisam percorrer etapas similares de crescimento no processo de desenvolvimento, podendo prescindir da industrialização, pois, para além de produtos manufaturados, uma pauta regional de exportação pode ser constituída por produtos agrícolas ou produtos baseados em serviços.

Na medida em que a economia regional cresce, tende a tornar-se mais diversificada, seja para atender ao crescente poder aquisitivo da sociedade, seja para ampliar a pauta de exportações. E, em projeção válida para os EUA, North argumenta existir uma tendência para a homogeneização dos territórios. As regiões tendem a perder sua identidade regional, suas especificidades. A mobilidade dos fatores de produção permite a dispersão da produção através das regiões e a convergência da renda familiar.

Boianovsky e Monasterio (2017) registram que, dada sua reputação em economia regional, em junho de 1961, North visitou o Brasil por três semanas. A missão oficial foi organizada pelo governo dos EUA, por solicitação da Fundação Getúlio Vargas, visando avaliar a qualidade do ensino de economia no país. Além disso, tinha por objetivo analisar a política de desenvolvimento proposta para o Nordeste pela recém-criada Sudene, incluindo debates tanto com técnicos do Banco do Nordeste quanto com Celso Furtado.

Finalizando, para Innis, o Canadá sempre foi periferia, uma margem do império centrado no Reio Unido; depois, parte de um império que se estendia a partir dos EUA. O país foi moldado pelos fluxos de exportação, com escassa população em imenso território, dependente dos humores do mercado internacional de commodities, o que restringia a capacidade de desenvolvimento de uma indústria e de uma cultura empresarial própria. As teorias clássicas da economia constituíam conhecimento – para Innis, monopólios do conhecimento – e faziam parte de um império: o britânico. Segundo o autor, o conhecimento e as teorias originárias do império não eram necessariamente adequadas para interpretar a realidade das periferias. Ele interpretava a história como uma sucessão de monopólios de poder, sendo que, nas suas periferias, seria possível construir interpretações inovadoras.

Referências

BABE, Robert. Inni's great transformation: Staples thesis/Medium theory. **Canadian Journal of Communication**, v. 40, p. 489-501, 2015.

BARNES, T.; HAYER, R.; HAY, E. Stormy weather: cyclones, Harold Innis, and Port Alberni/BC. **Environment and Planning A**, v. 33, p. 2127-2147, 2001.

BOIANOVSKY, M.; MONASTERIO, L. O encontro entre Douglass North e Celso Furtado em 1961: visões alternativas sobre a economia nordestina. **Texto para Discussão n. 2341**. Brasília: IPEA, 2017.

CANADIAN BROADCASTING CORPORATION. RADIO WORKS. **The legacy of Harold Innis**. Transcription. Toronto: dec. 1994.

HOWLETT, M.; RAMESH, M. **The political economy of Canada: an introduction.** Toronto: M&S, 1992.

INNIS, Harold. **Essays in Canadian economic history.** 6. ed. University of Toronto Press, 2017.

INNIS, Harold. **The cod fisheries: the history of an international economy.** 3. ed. University of Toronto Press, 1978.

INNIS, Harold. **The fur trade in Canada: an introduction to Canadian economic history.** Facsímile da edição 1930. Disponível em: <https://open.library.ubc.ca>. Acesso em: 09 out. 2019.

INNIS, H.; DRACHE, D. **Staples, markets, and cultural change: selected essays.** McGill-Queens Press, 1995.

LAXER, James. **The border: Canada, the US and dispatches from the 49th parallel.** Anchor: Canada, 2003.

LINS, Andreia. **Uma aplicação da teoria de base exportadora ao caso nordestino.** 2008. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MORAES, Julio. '*StapleSchool*': breve apresentação sobre a Teoria Desenvolvimentista Canadense. **Boletim Informações FIPE.** Seção Temas de Economia Aplicada., p. 18-20, jun. 2017.

NEILL, Robin. **A new theory of value: the Canadian economics of H.A. Innis.** Toronto: University of Toronto Press, 1972.

NORTH, Douglass. Agriculture in regional economic growth. **Journal of Farm Economics**, v. 41, n. 5, p. 943-951, 1959.

NORTH, Douglass. Location theory and regional economic development. **Journal of Political Economy**, v. 63, n. 3, p. 243-258, 1955.

STAMPS, Judith. **Unthinking modernity: Innis, McLuhan, and the Frankfurt School.** Montreal: McGill-Queens University Press, 1995.

SUBTIL, Filipe. Harold A. Innis: o viés da comunicação. **Comunicação pública**, v. 8, n. 13, p. 125-130, 2013.

WATKINS, Melville. A staple theory of economic growth. **The Canadian Journal of Economics and Political Science**, v. 29, n. 2, p. 141-158, 1963.

WATSON, Alexander. **Marginal man: the dark vision of Harold Innis.** Toronto: University of Toronto Press, 2006.

DE ROQUETTE-PINTO A CHICO MENDES: O SERTÃO HABITADO E PRODUTIVO

Edgar Roquette-Pinto nasceu em 1884, na cidade do Rio de Janeiro, onde também veio a falecer em 1954. Foi criado pelos avós maternos, tendo passado parte da infância em fazenda da família, nos arredores de Juiz de Fora. Em 1900, concluiu o curso de humanidades no Externato Aquino, considerado um dos melhores colégios da então capital. Inspirou-se a seguir a carreira de medicina em uma viagem de trem, na qual acompanhava o médico Francisco de Castro – amigo do avô – ao interior para atender uma prima adoentada.

Diplomou-se na faculdade de medicina em 1905, na área de medicina social, com a pesquisa intitulada *Etnografia americana: o exercício da medicina entre os indígenas da América*. Ao final do mesmo ano, prestou concurso e foi aprovado para o cargo de professor assistente na nova Seção de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional. Pelas obras que estudou ao longo de sua carreira, provavelmente conhecia o francês, o inglês e o alemão.

O Museu Nacional, que havia sido criado em 1818 com o objetivo de propagar o estudo das ciências naturais, iniciou, a partir de 1870, as atividades em antropologia. Santos (1996) registra que o médico João Batista de Lacerda, nomeado diretor da nova seção, desenvolvia intensa ação de pesquisas, ensino e participação em eventos no intuito de divulgar os estudos antropológicos no país. A prioridade cabia à antropologia física, o estudo dos crânios e da ossatura dos povos indígenas, sob influência da

pesquisa francesa que valorizava a caracterização morfológica do corpo humano para inferir acerca dos atributos intelectuais e morais dos indivíduos.

O pano de fundo das pesquisas era constituído pela preocupação da elite brasileira quanto à capacidade de contribuição da população nacional na construção da nova nação. Na capital, o país era frequentemente retratado como um grande sertão vazio a ser ocupado e povoado (ANTONIO FILHO, 2011; LIMA, 2013).

À semelhança da Argentina (*las pampas*), dos Estados Unidos (*The Great American Desert*) ou da Austrália (*Outback*), no Brasil, uma característica topográfica e uma palavra que exprimia tanto percepções como realidades era de importância capital. A palavra mais comum é sertão ou sertões [...]. O sertão não era contínuo nem podia ser domado, tampouco tinha um princípio ou fins exatos. Não era uma fronteira no sentido político ou geográfico, mas, antes, um estado de espírito. (RUSSELL-WOOD, 2014, p. 280).

As análises do médico Lacerda levaram a um diagnóstico nada favorável dos indígenas, os povoadores do sertão, quanto à sua posição na hierarquia das raças e ao seu potencial em participar efetivamente na construção da nacionalidade. Seguindo os padrões europeus da época, o cientificismo da antropologia do Museu Nacional combinou ideias evolucionistas com análises de cunho racial, posicionando a população indígena no determinismo da inferioridade.

Tal argumento agradava a parcela da *intelligentsia* formada nas capitais, que tinha acesso facilitado aos portos nos quais atracavam navios com produtos e informações diretamente dos centros europeus. Desconhecia e desprezava a população do vasto interior, fosse essa identificada como “sertanejo”, “matuto”, “caboclo” ou “caipira”. Conforme registrado por Carvalho (2017), Monteiro Lobato, por exemplo, descrevia o Mato Grosso como um “deserto”. Os sertões eram representados como espaço da barbárie

e do atraso cultural, conferindo força à ideia de que, durante a monarquia, o Brasil não tinha dado certo e de que seria necessário substituir a população interiorana para viabilizar o desenvolvimento da nova república.

Em certos momentos nossa cultura é profundamente desvalorizada por nossas elites, tomando-se em seu lugar a cultura europeia (ou mais recentemente a norte-americana) como modelo. Como reação, em outros momentos nota-se que certas manifestações da cultura brasileira passam a ser extremamente valorizadas, exaltando-se nossos símbolos nacionais [...]. O primeiro processo é representado por uma série de intelectuais como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Oliveira Viana e Arthur Ramos que, preocupados em explicar a sociedade brasileira através da interação da raça e do meio geográfico, são profundamente pessimistas e preconceituosos em relação ao brasileiro que é caracterizado entre outras coisas como apático e indolente, nossa vida intelectual sendo vista como destituída de filosofia e ciência e eivada de um lirismo subjetivista e mórbido. (OLIVEN, 1986, p. 2).

Em 1911, Lacerda participou como representante oficial do Brasil no Primeiro Congresso Universal das Raças, em Londres, onde apresentou trabalho sobre os mestiços e defendeu a tese do branqueamento. Argumentava que o Brasil era um país viável por sua população estar no caminho de se tornar uma raça branca. Segundo esse argumento, a maior parcela da população, os mestiços, não conformavam uma raça fixamente constituída, tendiam a ter filhos com brancos e, dada a crescente imigração de europeus, e iriam desaparecer pelo processo de branqueamento – o que impunha incerteza quanto ao destino das populações de índios e negros, possivelmente também fadados ao desaparecimento.

Roquette-Pinto, que veio a ser o sucessor de Lacerda no Museu Nacional, estava igualmente preocupado com a formação da nação e abordou, quando do início de sua carreira, a temática indígena. Porém, em 1910, conheceu

pessoalmente o Marechal Rondon, que doara vasta coleção de artefatos indígenas coletados no Mato Grosso ao museu. Rondon, positivista convicto, revolucionou o que hoje é conhecido como política de direitos humanos, convencendo parcela da elite nacional de que as nações indígenas tinham direito a seu modo de vida, contrariando o evolucionismo vulgar que pregava a sobrevivência dos mais aptos e o extermínio dos mais fracos.

Em 1912, Roquete-Pinto integrou a expedição científica – dotada dos mais modernos aparelhos científicos, de gravação de imagens e de sons – enviada pelo Museu Nacional para acompanhar a Missão Rondon à Serra do Norte/MT. Gravou, em cilindros de cera, cantos e músicas de grupos Nambiquaras, cujo primeiro contato com a linha telegráfica de Rondon ocorrera em 1907. Passou a admirar Rondon e, em suas palestras e publicações, denominava a linha telegráfica de Cuiabá a Santo Antônio do Madeira – hoje Porto Velho – como “Estrada Rondon”, uma picada com dois metros de largura que cobria 1.800 km de distância.

Roquette-Pinto difere dos pensadores de seu tempo por não seguir o racismo vigente depois que conheceu pessoalmente as populações que estudou. Em seu livro de viagem, que teve a primeira edição publicada em 1916 e que despertou amplo interesse entre leitores da época, registrou que a expedição à Serra do Norte mudou sua percepção. O sertão não era um vazio demográfico; sendo assim, propôs a denominação “província Rondonia” para a região noroeste do estado do Mato Grosso, cobrindo 238 mil km², algo como três vezes o território de Portugal.

Criou o neologismo com a intenção de chamar atenção para a ocupação humana da região, descredenciando, logo na Introdução, preconceitos manifestados pela elite metropolitana branca.

Voltei da *Rondonia* com a alma refeita, confiante na sua gente, que alguns acreditam fraca e incapaz, porque é povo ‘magro e feio’. São feios, efetivamente, aqueles sertanejos; muitos, além disso, vivem trabalhando trabalhados pela doença. Pequenos e magros, enfermos e inestéticos, fortes, todavia, foram eles

conquistando as terras áspers por onde hoje se desenrola o caminho enorme que une o norte ao sul do Brasil, como um laço apocalíptico, amarrando os extremos da pátria. É preciso ir lá para se temperar a confiança nos destinos da raça, e voltar desmentindo os pregoeiros da sua decadência. Não é, nem pode ser, nação involuída a que tem meia dúzia de filhos capazes de tais heroísmos. (ROQUETTE-PINTO, 1919, p. viii-ix).

Nos limites entre o MT e a Bolívia, Roquette-Pinto, republicano convicto, conheceu de perto os horrores da servidão por dívida – condição análoga à escravidão –, por meio da qual fazendeiros, donos de seringal e comerciantes controlavam os trabalhadores rurais: “estrangeiros em sua própria terra, continuam os trabalhadores rurais do interior do Brasil a viver nas condições desgraçadas de uma disfarçada servidão; faliu a primeira tentativa séria de os amparar” (ROQUETTE-PINTO, 1919, p. 54).

Ao final da obra, sintetiza sua opinião sobre os grupos sociais que conheceu no sertão. Conviveu com grupos das nações Parecis e Nambiquara, registrando:

Há índios perfeitamente assimilados pela nossa modesta cultura brasileira do interior; esses estão fora de questão. São, de fato, sertanejos. Trabalham, produzem, querem aprender. Não são mais *índios* [...]. O direito é um só. Quem, a pretexto de civilizar, esmaga tribos e nações, que sempre viveram independentes, pratica política perigosa para si mesmo; porque a moral dos conquistadores nunca teve outra razão [...]. Temos, para com os índios, a *grande dívida*, contraída desde o tempo dos nossos maiores, que foram invadindo seu território, devastando sua caça, furtando o mel das suas matas, como nós agora mesmo o fazemos. (ROQUETTE-PINTO, 1919, p. 302-303).

E confere novo significado ao termo pejorativo de “sertanejo”:

O sertanejo encontra, nos documentos de que procurei recheiar este trabalho, simples e sincero, a sua melhor defesa. A conquista da *Rondonia* foi obra de sua abnegação, do seu talento e de sua resistência. Os milhares de quilômetros de estrada que lá se estendem hão de figurar, nos mapas do Brasil, em traço largo, afirmando ao mundo o valor de seus filhos. (ROQUETTE-PINTO, 1919, p. 304).

Na parte final de sua obra, no Glossário que preparou para os leitores, resume sua proposta no verbete:

A Rondonia: inaugurando as conferencias do Museu [Nacional], em 1915, o autor propôs esse nome para designar a zona compreendida entre os rios Juruena e Madeira, cortada pela 'Estrada Rondon'. Os elementos geológicos, zoológicos, antropológicos e enográficos que tal região tem fornecido, originais e numerosos, justificam a criação dessa província antropogeográfica. (ROQUETTE-PINTO, 1919, p. 341).

Contrariando opinião então vigente junto à opinião pública e à academia, Roquette-Pinto não considerava as populações rurais do sertão inferiores, questionando a ideia do vazio geográfico. Considerava o sertão ocupado, habitado e digno, utilizando o adjetivo “trabalhador” – termo elogioso para a época.

Professava um otimismo acerca do futuro do Brasil, no qual todos os segmentos tinham potencialidade para participarem no projeto de construção da nação. O que faltava ao desenvolvimento do país não era uma questão de raça, mas o que denominou “organização nacional”. A “organização nacional, no Brasil, quer dizer, principalmente, educação do povo, nacionalização da economia e circulação das ideias e da riqueza” (ROQUETTE-PINTO, 1982, p. 78). A solução para os problemas do sertão residia em criar condições para que os “tipos brasileiros”, em especial os mestiços, pudessem desenvolver

suas potencialidades. “A antropologia prova que o homem, no Brasil, precisa ser educado e não substituído” (ROQUETTE-PINTO, 1982, p. 107).

Décadas mais tarde, o economista Nathaniel Leff foi um dos pioneiros a apontar, nos anos 1960/70, que, na transição para o mercado de trabalho remunerado, o Brasil não sofria de escassez de mão de obra para atender à emergente modernização econômica (LEFF, 1972; 1991). Historicamente, as oligarquias asseguraram que a expansão da produção e a crescente demanda por trabalhadores ocorressem sem necessidade de aumento dos salários: primeiramente, pela importação de escravos; depois, pelo estímulo à imigração de trabalhadores europeus. Para Leff, tanto a escravidão como a imigração em massa não foram escolhas baseadas em algum nível de preferência cultural, mas no cálculo econômico de como se evitar ou minimizar o pagamento de salários, reduzindo o acesso da mão de obra nacional aos setores dinâmicos da economia e aos seus ganhos.

A dimensão territorial: a inovação do Parque Xingu

Conforme recupera Maia (2010), a Marcha para o Oeste, iniciada no Governo Vargas, operacionalizava a colonização do sertão, a construção da nação a partir do litoral. A criação de colônias agrícolas em MT e Goiás, a construção de uma ferrovia até Anápolis e o início da construção de Goiânia, a nova capital de Goiás, expandiam a fronteira agrícola. Estimulou não apenas a colonização, mas, igualmente, a valorização das terras, com movimento de grilagem e de ocupação de terras devolutas liderado pelo latifúndio da pecuária extensiva.

A população do sertão, especialmente as nações indígenas, sofria as consequências da destituição de suas terras.

Nas cartas geográficas da época, o nosso país era mostrado com dois terços do seu território como áreas em branco, o que significaria dizer ‘desabitado’. Isso quando o mundo todo estava envolvido numa Segunda Grande Guerra, onde a tônica

era o espaço vital [...]. A Expedição Roncador-Xingu, na sua andança, mostrou que as áreas em branco não eram desabitadas. Ali viviam e ainda vivem inúmeros povos estranhos que há séculos vinham sendo os donos da terra – os índios. (VILLAS BÔAS; VILLAS BÔAS, 1997, p. 27).

Os sertanistas Villas Bôas, amigos pessoais do General Rondon, que, em 1943, lograram eliminar o caráter militarista da Expedição Roncador-Xingu, moravam entre os indígenas na bacia hidrográfica do rio Xingu (VILLAS BÔAS; VILLAS BÔAS, 1970). Os irmãos Orlando, Claudio e Leonardo, por intermédio da amizade com Noel Nutels, primeiro médico da Expedição Roncador-Xingu, mantinham contatos com os antropólogos Darcy Ribeiro e Eduardo Galvão, intelectuais da vanguarda do pensamento antropológico da época.

Galvão realizara seu doutorado sob orientação de Charles Wagley, que estudara com Franz Boas. Imigrante alemão nos EUA, Boas teve sua formação influenciada por viagem em que percorreu 4.800 km para mapear a costa norte do Canadá, convivendo, em iglus e trenós, com famílias Inuits, aproximadamente no mesmo período em que Rondon marchava através do Mato Grosso. A partir dessa expedição, na qual conheceu a complexidade da cosmologia Inuit, Boas, em suas aulas, negava a superioridade de uma cultura sobre outra e propunha a teoria do Relativismo Cultural. Coerente, publicou artigos em revistas científicas em coautoria com indígenas – algo inimaginável na Europa que se dilacerava em plena barbárie da I Guerra Mundial –, além de engajar-se no combate ao racismo contra negros e judeus nos EUA.

Frente aos riscos da crescente ocupação das terras no norte do MT, Rondon, desde 1939, defendia a ideia de criar uma área protegida que permitisse, aos povos indígenas, manterem sua cultura. Em oposição aos lotes individuais que o Governo Vargas vinha concedendo aos indígenas, seguindo o modelo utilizado com os trabalhadores rurais, o grupo de intelectuais conformado em torno dos irmãos Villas Bôas articulou a ideia de que a identidade e a sobrevivência indígena era territorializada. Os

indígenas dependiam do acesso a terras, matas e rios em sua plenitude, e o grupo passou a divulgar a ideia de formação de um parque cobrindo cerca de 200.000 km² na bacia do rio Xingu.

No período entre 1950/55, enquanto o governo do MT estimulava a colonização privada do norte do estado, os irmãos Villas Bôas utilizavam sua rede de contatos na administração federal buscando criar vontade política em relação à criação do Parque do Xingu, com apoio tanto de Darcy Ribeiro, que trabalhava no antigo Serviço de Proteção aos Índios, como de Rondon (RIBEIRO, 1980). Na nova capital, Brasília, o presidente Jânio Quadros homologou, em 1961, a criação do Parque Nacional do Xingu, cobrindo 27.000 km² (área equivalente ao estado de Alagoas).

Pela primeira vez, o governo federal reconhecia a posse de terras para a ocupação coletiva, e não mais por famílias individuais. A aliança de intelectuais no entorno dos irmãos Villas Bôas logrou impedir a construção de estradas, que facilitariam a entrada de missionários, madeireiros ou pecuaristas no Parque do Xingu. Este conta hoje com uma população de mais de 5.500 indígenas de catorze etnias.

Em 1968, no governo Costa e Silva, o modelo foi replicado, e foram criadas, em Rondônia, as reservas indígenas Nambiquara e Parecis. O governo do MT ajuizou uma ação contra a União alegando perda de rendas devido à criação das terras indígenas. Após diversos atrasos e recursos, a ação foi julgada em definitivo pelo Supremo Tribunal Federal em 16 de agosto de 2017, decidindo-se, por unanimidade, que não caberia indenização, pois havia prova de ocupação imemorial dessas terras pelos povos indígenas.

Os Povos da Floresta e o desenvolvimento do Acre

Em 1960, último ano de seu mandato, o presidente Kubitschek autorizou a transformação da picada aberta pela Missão Rondon em rodovia federal. Os trabalhos de desmatamento e terraplanagem foram divididos entre as mesmas empreiteiras que realizavam a construção de Brasília, sendo concluídos em um ano. A estrada de terra, agora denominada BR

364, ligava Cuiabá a Porto Velho ao longo da fronteira com a Bolívia, por extensão de 1.800 km. A consolidação e o asfaltamento dessa rodovia foi considerada prioritária no regime militar, porém, recebendo crítica, inclusive por parte do liberal ex-Ministro do Planejamento.

Desde o período Kubitscheck, o entusiasmo rodoviarista se apossou de tal forma do país, que há total desinteresse em sequer examinar a possibilidade técnica e o custo econômico de soluções hidroviárias como fatores de integração [a rodovia] conecta a miséria com a pobreza. Não há o que integrar. É uma rodovia de colonização. (CAMPOS, 1970, p. 119).

Em seu costumeiro entusiasmo, o novo Ministro de Planejamento Delfim Neto rebateu o questionamento em entrevista, afirmando que “o Plano de Integração Nacional representa a conquista de um novo país, dentro da nação brasileira. Por isso estamos convocando os empresários. Para que eles se unam com o governo neste lance definitivo de conquista da Amazônia” (GONTIJO, 1970, p. 56).

A colonização da Amazônia, considerado espaço vazio, mediante abertura de uma rede de estradas, foi proposta pelo engenheiro Eliseu Resende, que, após retornar da pós-graduação em engenharia nos EUA, foi nomeado diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (RESENDE, 1969). Ele caracterizava a Amazônia como “áreas não ocupadas [...] um vazio demográfico só comparável aos desertos gelados dos polos” (RESENDE, 1973, p. 6). A proposta de construção de uma rede viária foi prontamente adotada como prioridade pelo Regime Militar, que, no ano seguinte, redireciona recursos do orçamento federal para o início da construção da Transamazônica, conectando a Paraíba ao Acre. O território federal de Rondônia deveria ser ocupado mediante colonização organizada pelo INCRA, criando um polo nacional de produção de cacau e café por assentamentos da reforma agrária (CEPLAC, 1978).

A concepção do asfaltamento da BR 364 para viabilizar a ocupação de Rondônia ficou a cargo da Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste, que, no início dos anos 1980, apresentou o Programa de Desenvolvimento da Região Noroeste do Brasil (Polonoroeste), previsto para promover a colonização dos estados de Mato Grosso, Rondônia e Acre. A concepção do Polonoroeste foi submetida ao Banco Mundial, que aprovou o financiamento a cinco projetos, na época classificados como sendo “integrados”. O banco priorizou o asfaltamento da rodovia no intuito de testar um modelo dirigido de ocupação de florestas tropicais a ser posteriormente replicado em outros países do hemisfério Sul.

Conforme registrado por Wade (2011), os impactos do asfaltamento da BR 364 em Rondônia – o genocídio indígena, o desmatamento em larga escala, a erosão dos solos frágeis, a expansão dos insetos transmissores da malária, a expulsão dos seringueiros e ribeirinhos de suas terras – causaram uma crise interna no Banco Mundial. A divulgação, pela mídia internacional, dos acontecimentos em Rondônia nos anos 1985/87 resultou em choque de tal ordem na opinião pública internacional que o Congresso dos EUA ameaçou paralisar a alocação de verbas ao Banco Mundial.

As notícias da experiência de Rondônia chegavam ao Acre, antecipando o que estava previsto pelo Polonoroeste, e mobilizaram as organizações da sociedade civil para impedir a “rondonização” do estado. Em 1983, o Banco Interamericano (BID) aprovou projeto de financiamento para a pavimentação do trecho Porto Velho-Rio Branco, impondo diversas condicionantes sociais e ambientais. Mesmo assim, os impactos negativos do início da construção da estrada eram de tal magnitude que, em março de 1987, Chico Mendes, um dos líderes do movimento dos seringueiros no Acre, foi convidado como palestrante da assembleia anual do BID em Washington. O discurso em defesa dos seringueiros tornou-o instantaneamente celebridade internacional, divulgando a concepção de que a floresta não era um vazio; era habitada, produtiva e precisava ser mantida em pé.

Em 1989, sob liderança de Chico Mendes, foi realizado, em Rio Branco, o I Encontro dos Povos da Floresta, integrando as demandas

dos movimentos dos seringueiros e das nações indígenas pela preservação da floresta em pé, mediante criação de um novo mecanismo de garantia da territorialidade: a reserva extrativista. Em 1990, foi criada a Reserva Extrativista Chico Mendes, protegendo um milhão de hectares de floresta do avanço da pecuária extensiva de corte. Com três anos de atraso, em 1992, foi concluída a pavimentação da BR 364 até Rio Branco. “O fenômeno observado uma década antes em Rondônia, aumento da taxa de desmatamento e aumento populacional, não se repetiu no Acre” (REDWOOD, 2012, p. 20). Os trechos finais da rodovia, indo de Rio Branco até Cruzeiro do Sul, na divisa com o Peru, foram concluídos entre 2014/15.

Referências

AGUIAR, Ronaldo. **Pequena bibliografia crítica do pensamento social brasileiro**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2000.

ANTONIO FILHO, Fadel. Sobre a palavra “sertão”: origens, significados e usos no Brasil. **Ciência Geográfica**, v. 15, n. 1, p. 84-87, 2011.

CAMPOS, Roberto. La rage de vouloir conclure. *In*: MORAIS, F. (ed.) **Transamazônica**. São Paulo: Brasiliense, 1970, p. 103-131.

CARVALHO, Pedro. **“Rondonia” de Roquette-Pinto dentro do Museu Nacional**. Tese (Doutorado em Memória Social), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. Rondônia: um irreversível polo cacaueiro. **Cadernos da Amazônia n. 1**, Ilhéus, 1978.

DOMINGUES, Cesar. A Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e a integração do Noroeste. *In*: ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA-RJ, 16, 2010. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010.

GONTIJO, Ricardo. Aonde nos leva essa estrada. *In*: MORAIS, F. (ed.) **Transamazônica**. São Paulo: Brasiliense, 1970, p. 49-102.

LEFF, Nathaniel. Subdesenvolvimento e desenvolvimento no Brasil: estrutura e mudança econômica (1822-1947). Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Expressão Cultura, 1991. v. 1.

LEFF, Nathaniel. **Economic Development and Regional Inequality: Origins of the Brazilian Case.** *The Quarterly Journal of Economics*, v. 86, n. 2, p. 243-262, 1972.]

LIMA, Nísia. **Um sertão chamado Brasil.** 2ª. ed. Aumentada. São Paulo: Hucitec Editora, 2013.

MAIA, João. As ideias que fazem o estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil central. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 53, n. 3, p. 621-655, 2010.

OLIVEN, Ruben. O nacional e o regional na construção da identidade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n. 2, out. 1986.

RANGEL, Jorge. **Edgard Roquette-Pinto.** Coleção Educadores MEC. Recife: Fundação João Nabuco, 2010.

REDWOOD, John. **Managing the environmental and social impacts of major IDB-financed roads improvement projects in the Brazilian Amazon: the case of the BR-364 in Acre.** Technical note n. 451. Washington: IDB, 2012.

RESENDE, Eliseu. **As rodovias e o desenvolvimento do Brasil.** Edição especial do VII Congresso Mundial da Federação Rodoviária Internacional. Rio de Janeiro: DNER, 1973.

RESENDE, Eliseu. **O papel da rodovia no desenvolvimento da Amazônia.** Rio de Janeiro: DNER, 1969.

RIBEIRO, Darcy. A obra indigenista de Rondon. [1958]. *In*: RIBEIRO, D. (org.). **Uirá sai à procura de Deus: ensaios de etnologia e indigenismo.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 131-158.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Ensaio de antropologia brasileira.** 3. ed. Coleção temas brasileiros. Brasília: Editora UnB, 1982. v. 37.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Rondonia.** 2. ed. [Facsimile digitalizado pela Universidade de Toronto, 2011]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.

RUSSELL-WOOD, John. Fronteiras do Brasil colonial. *In*: RUSSELL-WOOD, J. **Histórias do Atlântico português.** São Paulo: Editora UNESP, 2014. p. 279- 302.

SANTOS, Ricardo. Edgar Roquette-Pinto, os tipos antropológicos e a questão da degeneração racial no Brasil no início do século. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1996. **Anais...** Caxambu, 1996, trabalho 96GT1931.

VILLAS BÔAS, O.; VILLAS BÔAS, C. **A marcha para o oeste: a epopeia da expedição Roncador-Xingu.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VILLAS BÔAS, C.; VILLAS BÔAS, O. **Almanaque do sertão**: histórias de visitantes, sertanejos e índios. São Paulo: Editora Globo, 1997.

VILLAS BÔAS, O.; VILLAS BÔAS, C. **Xingu**: os índios, seus mitos. São Paulo: Editora Edibolso, 1970.

WADE, Robert. Boulevard of broken dreams: the inside story of the World Bank's Polonoeste Road Project in Brazil's Amazon. **Working paper n. 55**. London School of Economics and Political Science, 2011.

MARIÁTEGUI: PERUANICEMOS AL PERÚ

José Carlos Mariátegui nasceu em 1894, em Moquegua, área rural do litoral sul do Peru. Poucos anos depois, o pai, oriundo de uma família tradicional de Lima e funcionário do tribunal de contas, foi transferido para uma cidade ao norte, abandonando, então, a família. O jovem Mariátegui e seus dois irmãos passam a ser criados apenas pela mãe, que trabalha como costureira. O país passava por um período conturbado, com greves e protestos na capital por direitos trabalhistas – como a jornada de oito horas –, marcando o início da industrialização do país.

Em 1899, a família muda-se para a cidade litorânea de Huacho, perto de Lima, na região de origem da família materna. Mariátegui ingressa na escola, onde, em um acidente com outros alunos, sofre um forte golpe no joelho da perna esquerda, o qual o deixará inválido. Foi transferido para o hospital de freiras da capital, precisando submeter-se a um tratamento que dura meses e que o obriga a abandonar os estudos temporariamente. Após diversas cirurgias, passa o longo período de convalescença lendo avidamente todos os livros que chegam à sua mão – hábito que irá marcar sua vida. Começa a aprender francês e recebe forte influência católica, permanecendo imobilizado para tratamento, em casa, por mais dois anos e não retornando novamente à escola. Torna-se, então, um autodidata.

Mesmo mancando, em 1909, começa a trabalhar como entregador e ajudante de linotipista no jornal *La Prensa*, em Lima. Entusiasmado com o ambiente jornalístico, a partir de 1911 começa a publicar artigos na

imprensa local. Em 1915, escreve uma peça teatral. Com outros ativistas, funda a revista modernista *Colónida*. Em 1916, torna-se redator-chefe do jornal *El Tiempo*. Em 1918, renuncia ao jornalismo dos eventos e costumes da capital e, sob influência de autores russos, cria, com outros ativistas, a revista *Nuestra Época*, adotando uma direção socialista. Alguns artigos têm repercussão entre os círculos militares. Mariátegui é agredido fisicamente na rua e, posteriormente, a redação é invadida por um grupo de soldados que espanca o jovem autor.

Em 1919, após uma tentativa de golpe militar, movimentos de orientação socialista mobilizam o operariado na capital contra o custo de vida, culminando em uma greve de oito dias. Por meio de artigos e editoriais no jornal *El Tiempo*, Mariátegui expressa apoio ao movimento grevista. O governo decreta lei marcial, prende dirigentes trabalhistas e fecha diversos jornais. Por influência de familiares de seu pai, Mariátegui não é preso e recebe 'convite' para trabalhar como correspondente do governo na Europa – uma forma disfarçada de exílio.

Durante dois anos, o jovem autodidata tem contato com a cultura europeia, presencia greves e movimentos operários, completando sua formação política com intensa leitura e produção de artigos enviados a jornais em Lima. Inicialmente dirige-se à Itália, onde vai viver em Roma, em período marcado pelos embates entre socialistas e fascistas. Realiza viagens pelos centros industriais do norte do país. Em 1921, assiste, como jornalista, ao XVII Congresso Socialista, testemunhando a cisão que originou o Partido Comunista da Itália. Recém-casado, viaja por diversos países europeus. Com recursos economizados por viver de forma austera na Itália, vive temporariamente em Paris, Munique e Berlim, onde estuda alemão. Conforme registra em escrito tardio, foi na Europa que Mariátegui descobriu a América Latina.

Em 1923, retorna com a família ao Peru, onde leciona em centros de formação de trabalhadores, volta a atuar como jornalista e torna-se diretor da revista *Claridad*. É preso durante uma reunião com líderes do movimento universitário, sua saúde piora e a perna direita é amputada. Em 1925, funda uma editora com o irmão e, no ano seguinte, passa a publicar a revista

Amauta, a qual trará alguns de seus textos mais célebres, além de traduções de pensadores como Rosa Luxemburgo, André Breton e Máximo Gorki.

Após mais um período preso, publica, em 1928, *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana* – sua obra mais conhecida –, fomentando longo e polêmico debate em cafés, jornais e na academia quanto ao papel do marxismo na realidade peruana. Entre outros, foi severamente criticado por representantes do movimento comunista internacional por introduzir uma concepção de revolução de feições latino-americanas. Participa da fundação do Partido Socialista e da Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru. Sua saúde piora novamente, vindo a falecer em 1930. Graças ao esforço de seus filhos, a vasta produção dispersa de manuscritos, artigos e esboços de livros foi agrupada e publicada postumamente.

Regionalismo e gamonalismo

O sexto ensaio de interpretação da realidade peruana de Mariátegui é dedicado à análise das desigualdades regionais no Peru, originalmente publicado em 1925. O país era marcado por uma economia dual: a produção agrícola da maioria da população de origem indígena na Cordilheira dos Andes em contraste com as extensas lavouras, nas planícies do litoral, de algodão e cana-de-açúcar para a exportação. Naquele período, a Amazônia peruana estava pouco integrada aos circuitos comerciais dos portos do Pacífico, relacionando-se com o mercado internacional da borracha natural e da castanha, através do Acre e dos portos de Manaus e Belém.

Conforme registra Mariátegui (1975), a maior parte da produção agrícola e pecuária consumida no país tinha sua origem nos vales e nas planícies da serra, fruto da mão de obra indígena. Nas fazendas do litoral, as culturas de produtos alimentícios estavam abaixo do mínimo obrigatório exigido por lei, criada no período em que a alta do algodão e do açúcar incitou os latifundiários a suprimirem quase que totalmente o cultivo de alimentos, acarretando o encarecimento do custo de vida nos centros urbanos.

Para Mariátegui, o regionalismo peruano predominante nos debates políticos e acadêmicos de seu tempo não era uma militância pela autonomia regional, mas “uma vaga expressão de mal-estar e descontentamento” das elites regionais, em oposição à situação de miséria e passividade na qual vivia a maioria da população indígena. Para ele, a verdadeira oposição estava entre os interesses do litoral e os da serra.

Seus textos trabalham as raízes econômicas e sociais da pobreza da população rural, destacando a servidão por dívida – usual nas áreas de predomínio do latifúndio do algodão e do açúcar. Destacam o papel do coronelismo predominante na estrutura agrária do litoral, denominada de *Gamonalismo*, a qual Mariátegui compara ao feudalismo. “Um dos vícios de nossa organização política é, com certeza, seu centralismo. Mas a solução não reside num federalismo de raiz e inspiração feudais. Nossa organização política e econômica deve ser revista e transformada integralmente” (MARIÁTEGUI, 1975, p. 138).

Segundo Mariátegui, o *Gamonalismo* não designava apenas uma categoria social e econômica dos latifundiários, mas representava um fenômeno social. Englobava uma hierarquia de funcionários técnicos, agentes financeiros, escritórios de advocacia e correlatos, com impactos no funcionamento do Estado. “O juiz, o subprefeito, o delegado, o professor, o fiscal de rendas, estão enfeudados à grande propriedade” (MARIÁTEGUI, 1975, p. 23). Nesse sistema, a mão de obra indígena praticamente não tem custo, sendo mantida na pobreza por meio de condições de trabalho análogas à escravidão, que classifica como “o problema elementar do Peru”.

Essa situação de pobreza da maioria da população do país era conhecida também como o “problema do índio”, ao qual Mariátegui dedicou o segundo dos seus ensaios. Destaca tratar-se de uma questão agrária, e não de etnia ou antropologia, sendo mais relevante que o debate, em voga naquela época, sobre reformas jurídicas para o Estado nacional. Conforme o novo operariado urbano adquiriu uma consciência de classe, surgiu “uma corrente ou uma tendência nacional que se sente solidária

com o destino do índio [...] a solução do problema é a base de um programa de renovação ou reconstrução peruana” (MARIÁTEGUI, 1975, p. 141).

Para Mariátegui, o Peru, segundo a geografia física, dividia-se em três regiões: a costa, a serra e o que denominava a “montanha” (a floresta amazônica). Essa divisão não seria somente física, pois transcendia a realidade social e econômica. A costa e a serra eram, para o autor, as duas regiões que distinguem o território, a economia e a população. A serra seria indígena; a costa, espanhola ou mestiça. “A dualidade da história e da alma peruanas, em nossa época, define-se como um conflito entre a forma histórica que se elabora na costa e o sentimento indígena que sobrevive na serra. O Peru atual é uma formação litorânea; na serra estão associados todos os fatores de um regionalismo” (MARIÁTEGUI, 1975, p. 144).

Peruanizar o Peru

A cidadania e a qualidade de vida do indígena, que constituía cerca de 80% da população, deixa de ser um tema humanitário para se tornar o tema central dos conflitos quanto ao desenvolvimento no Peru. Para Mariátegui, a prioridade estava na reforma agrária para reestabelecer a tradição pré-colonial do uso coletivo da terra no âmbito de uma reconstrução da estrutura social do país. “A república significou, para os índios, a ascensão de uma nova classe dominante que se apropriou sistematicamente de suas terras [...]. A solução do problema do índio tem de ser uma solução social. Seus realizadores devem ser os próprios índios” (LÖWY, 2005, p. 86-88).

Peruanizar al Perú significava democratizar o acesso às riquezas da economia nacional, eliminar a desigualdade oriunda do trabalho em condições análogas à escravidão, erradicar o analfabetismo, fomentar a cultura popular e promover uma educação libertadora. A primeira reivindicação era uma política agrária socialista, cujo ponto de partida seria uma lei para nacionalização da terra e sua posterior redistribuição para uso coletivo.

Afirmava que o socialismo que defendia não era “nem decalque nem cópia” de ideias europeias, mas criação original e inédita, enraizada

na realidade peruana. Löwy (2005) considerou-o como um “marxismo romântico” para a Indo-américa. O romantismo é, aqui, entendido como protesto cultural tanto contra a expansão do capitalismo moderno no Peru quanto contra as ilusões do progresso planejado no modelo soviético, em uma valorização de imagens do passado pré-capitalista da propriedade comunal. “Como observa Alberto Galindo, o traço essencial do marxismo de Mariátegui – em contraste com o dos ortodoxos do Comintern – é a recusa da ideologia do progresso e da imagem linear e eurocêntrica da história universal” (LÖWY, 2005, p. 23).

Para seus biógrafos, o pensamento de Mariátegui constituiria uma tentativa de superar o dualismo entre tendências europeizantes liberais e o rígido nacionalismo soviético, predominantes no seu tempo. Mediante comparações com os conflitos regionalistas na Espanha e a França, Mariátegui propõe um novo regionalismo peruano: não mais baseado na divisão meramente administrativa do território nacional – os departamentos – , mas nas raízes históricas da sociedade.

Parafrazeando Pericás (2005), em uma curta – porém intensa – vida, Mariátegui procurou unir pensamento e ação, arte e política, jornalismo e militância. Inaugurou uma obra latino-americana original na teoria crítica do marxismo, empenhado em adaptar as ideias para a realidade do Peru. Abriu caminhos para uma reflexão própria, destacando o papel das culturas regionais do seu país para a transformação social. As reflexões de Mariátegui sobre a peculiaridade da formação da Indo-américa inspiraram militantes, lideranças políticas e pensadores em todo o continente.

Referências

BOSI, Alfredo. A vanguarda enraizada: o marxismo vivo de Mariátegui. **Revista Estudos Avançados** – USP, v. 4, n. 8, jan./abr. 1990.

CASTRO, Juan. José Carlos Mariátegui and cultural studies. **Ciberletras** – Journal of Literary Criticism and Culture, n. 6, jan. 2002.

GEBRAN, Philomena. **As sociedades andinas**: uma historiografia particular da América Latina. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

KAYSEL, André. Caminhos cruzados: marxismo e nacionalismo no Brasil e no Peru (1928-1964). **Revista Lua Nova**, n. 106, jan./abr. 2019.

LÖWY, Michael. **Por um socialismo indo-americano**: José Carlos Mariátegui. Ensaios escolhidos. Tradução Luiz Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

MARIÁTERGUI, José. Peruanicemos al Perú. **Obras completas n. 11**. 7. ed. Lima: Amauta, 1981.

MARIÁTEGUI, José. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. Tradução de Salvador Freitas e Caetano Lagrasta. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

PERICÁS, Luiz. José Carlos Mariátegui e o Brasil. **Revista Estudos Avançados** – USP, v. 24, n. 68, 2010.

PERICÁS, Luiz. **Do sonho às coisas**: retratos subversivos, José Carlos Mariátegui. São Paulo: Boitempo, 2005.

STREICH, Ricardo. Mariátegui e a resposta socialista à crise do mundo burguês. **Revista Trilhas da História**, v. 6, n. 12, jan./jun. 2017.

TIBLE, Jean. José Carlos Mariátegui: Marx e a América indígena. **Cadernos Cemax**, n. 6, p. 97-114, 2009.

PLANEJAMENTO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DE MORGAN A SINGER

Arthur Morgan nasceu em 1878 e foi criado na pequena cidade de Saint Cloud, estado de Minnesota/EUA. Seu pai era agrimensor que prestava serviços na região, então fronteira agrícola da expansão para o oeste. Após concluir o ensino médio, Morgan foi morar com parentes no estado de Colorado, onde trabalhou por diversos anos como lenhador para as serrarias que avançavam sobre as florestas nativas. Após uma tentativa fracassada de ingressar no ensino superior, retornou à cidade natal. Estava convencido da importância do cooperativismo que conheceu entre os colonos do Oeste, os quais enfrentavam os intermediários, em especial o oligopólio das ferrovias, na tentativa de qualificar os preços recebidos por seus produtos.

Em 1901, Morgan passou a trabalhar com o pai como agrimensor; depois, como supervisor de obras de drenagem em várzeas e baixadas na bacia do rio Mississippi e no Oeste de Minnesota. Sem acesso a instituições de ensino na região de colonização, Morgan foi autodidata em engenharia hidráulica e acabou assumindo a empresa familiar. Reportagens nos jornais locais registravam o sucesso de seus projetos e, mesmo sem diploma de ensino superior, foi eleito para a direção da associação estadual de engenheiros.

Com base em sua rápida ascensão profissional, Morgan foi contratado, em 1907, para integrar o recém-criado Serviço Federal de Extensão em Drenagem, no Ministério da Agricultura em Washington. Morgan passava a maior parte de seu tempo em viagens técnicas pelo país, dimensionan-

do projetos de drenagem e ocupação de terras em áreas rurais isoladas. Talbert Jr. (1987) enfatiza ter sido nesse período que Morgan conheceu o novo movimento conservacionista que estava se formando na capital do país, o qual não apenas estava inovando com a criação de unidades de conservação e de parques nacionais, mas também havia identificado a necessidade de planejar bacias hidrográficas como uma unidade.

Com base no conhecimento técnico e nos contatos profissionais adquiridos nesses anos, Morgan deixou o serviço público em 1910 e estabeleceu sua própria empresa de serviços de drenagem em Memphis, no estado de Tennessee. Pouco tempo depois, foi aceito na Sociedade Americana de Engenheiros Cívicos, coordenando projetos de construção de canais de drenagem e de irrigação, bem como de pontes sobre rios na bacia do Mississippi, desde o Tennessee até o sul do país, em Louisiana.

Na semana de páscoa, em 1913, uma rara coincidência entre tempestades, tornados e ventos úmidos causou chuvas intensas, originando extenso prejuízo no meio oeste dos EUA, com danos humanos e materiais em quinze estados. O desastre mais grave ocorreu na bacia hidrográfica do rio Great Miami, destruindo o polo industrial e o centro comercial da cidade de Dayton. Os moradores estavam acostumados a inundações eventuais, mas uma inundações daquelas proporções era até então desconhecida.

Foi criada uma comissão de empresários e cidadãos voluntários que logrou mobilizar mais de USD 2 milhões em doações, contratando os serviços de Arthur Morgan para elaborar o projeto de uma solução definitiva para as enchentes na região. Mais de 23 mil pessoas físicas e jurídicas doaram recursos para formar um fundo que custeou os estudos. Ao longo de dois anos, a equipe de Morgan realizou o levantamento topográfico da área e conduziu estudos na região. Um técnico foi enviado à Europa para pesquisar arquivos de castelos e fortalezas ao longo do rio Danúbio cujos administradores registravam eventos climáticos extremos há séculos. Com base no extenso diagnóstico, o escritório de engenharia apresentou memorial descritivo, orçamento e cronograma para oito opções de obras contra futuras inundações.

Enquanto isso, Morgan propôs a criação de uma nova organização para planejar a bacia hidrográfica como um todo: um consórcio intermunicipal não estatal, o *conservancy district*. Para evitar a ingerência político-partidária, o consórcio seria mantido mediante cobrança a moradores e empresas, sendo administrado por uma diretoria eleita pelos usuários e em regime de trabalho voluntário. A equipe executiva seria contratada mediante concurso, sem interferência política. Para possibilitar a participação de prefeituras no consórcio, aportando recursos que seriam utilizados em nove municípios diferentes, a assembleia estadual aprovou, em 1914, uma lei específica para flexibilização do investimento com recursos públicos. Em 1915, foi criado o consórcio *Miami Conservancy District*, com sede em Dayton, segundo o modelo proposto por Morgan. A concepção foi replicada, e, atualmente, existem mais de 3 mil *conservation districts* gerenciando bacias hidrográficas nos EUA.

Em 1916, uma assembleia para deliberar o modelo de reconstrução durou cinco dias e congregou representantes de toda a região. Morgan argumentou que dava preferência à opção pelo planejamento integrado da bacia hidrográfica, ao invés da opção de grandes barragens ou diques isolados. Essa alternativa incluía a construção de barragens secas que aproveitariam os declives naturais da paisagem para armazenar o volume excessivo de água no caso de chuvas intensas, liberando vagarosamente o excesso ao longo de dias ou semanas, sem sobrecarregar a calha do rio. Essa opção eliminava a necessidade de funcionários para supervisionar as barragens, bem como de comportas e demais equipamentos que demandariam constante manutenção. A concepção baseava-se na preservação de espaços livres na paisagem, reproduzindo, em escala ampliada, a função das várzeas de inundação natural dos rios, sendo aprovada pela assembleia.

No período de 1918 a 1922, o escritório de engenharia de Morgan supervisionou um dos maiores canteiros de obras públicas da história dos EUA, empregando mais de 2 mil operários. Os recursos – cerca de USD 450 milhões, em valor atualizado – foram mobilizados mediante a emissão de títulos de dívida públicos, cujo resgate foi concluído nos anos

1950. Além das cinco barragens secas que exigiram desapropriações e remoção de propriedades rurais, diques foram elevados, a porção urbana da calha dos rios foi dragada e leitos dos rios foram desassoreados. Para evitar urbanização das margens, foi instalado sistema de equipamentos públicos de esporte aquático, pesca amadora e ancoradouros de barcos, com parques lineares mantendo a vegetação ribeirinha e atraindo a população da região para uso ativo das barrancas e das várzeas dos rios.

O compromisso social de Morgan inovou também no trato com os trabalhadores. Ao invés dos usuais acampamentos improvisados para os operários, a empresa de Morgan planejou e construiu loteamentos de casas populares, providos de creches, escolas e bibliotecas. Morgan dava especial importância às aulas noturnas de alfabetização para os adultos – em sua maioria, imigrantes do leste europeu – e a cursos profissionalizantes que pudessem qualificar as famílias para o ingresso no mercado de trabalho após o período das obras. Outra inovação consistia no salário igual para homens e mulheres.

O conjunto de obras de prevenção de enchentes e o consórcio que as administra continuam operacionais até hoje. Houve diversas inundações ao longo desse século, porém não ocorreram mais desastres. O projeto de gestão integrada da bacia hidrográfica desenvolvido por Morgan foi declarado monumento da engenharia nacional.

A replicação na bacia do rio Tennessee

Em 1933, a administração do presidente Franklin Roosevelt replicou o modelo da bacia do rio Great Miami, criando uma autarquia federal para promover o desenvolvimento no vale do Rio Tennessee. Para a coalização política que possibilitou essa inovação, a Tennessee Valley Authority (TVA) possuía múltiplos objetivos, destacando-se a formação de frentes de trabalho para o combate à recessão; a eliminação da pobreza entre os agricultores familiares e o aproveitamento do potencial de geração de energia hidrelétrica por meio de uma empresa pública, enfrentando

o monopólio de empresas privadas de geração. O engenheiro Arthur Morgan foi nomeado primeiro diretor desse novo tipo de órgão público.

Entre os objetivos não declarados da nova autarquia estava a intervenção federal na bacia hidrográfica, em paralelo aos governos estaduais e municipais, aproveitando oportunidade propiciada pela recessão de 1929. Esta enfraquecera os partidos regionais que dominavam, com governadores e prefeitos brancos, a política racista regional, mantendo a população afrodescendente em regime análogo à escravidão. A TVA era divulgada como um órgão técnico, de planejamento e execução de projetos de desenvolvimento regional, sem interferência política. Para evitar ingerências partidárias, o orçamento da TVA era vinculado diretamente à Presidência da República. O corpo técnico somente podia ser contratado mediante concurso, e os diretores eram oriundos de estados do norte, sem vinculação com a cultura política racista do sul.

Os operários eram contratados localmente, com salários superiores à média regional a fim de dinamizar o comércio, empregando homens e mulheres, brancos e negros. O turno era de seis horas e, no turno inverso, os trabalhadores participavam de aulas de alfabetização e formação profissionalizante.

A reação por parte das oligarquias regionais, em aliança com as empresas privadas de geração de energia, foi extensiva, mobilizando deputados e senadores no congresso e ingressando, junto aos tribunais de justiça, com múltiplas ações que visavam impedir a ação da TVA. A coalizão política que apoiava o governo Roosevelt em suas ações de enfrentamento à recessão logrou desarmar as iniciativas da oposição, e a TVA dedicou duas décadas à reestruturação econômica da bacia hidrográfica do Tennessee. Tornou-se paradigma mundial de desenvolvimento regional e contribuiu para criar o mito de que o Estado é capaz de planejar bacias hidrográficas.

A recepção brasileira à experiência da TVA

O renome – e os mitos – da TVA aportaram no Brasil ao menos por duas vias. A primeira via de influência do modelo TVA ocorreu por meio

de solicitação de cooperação técnica apresentada pelo Governo Vargas aos EUA, atendida mediante envio da Missão Cooke, que atuou no Brasil em 1942. Suas recomendações, porém, não receberam financiamento do governo norte-americano, cujos esforços estavam concentrados na II Guerra Mundial. Frustrado, dois anos mais tarde Cooke (1944) publicou o relatório por conta própria e, não por acaso, sob o título *Brazil on the March*, adaptado do livro *TVA: Democracy on the march*, publicado no mesmo ano (LILIENTHAL, 1944). Uma década mais tarde, este foi traduzido, no Brasil, como *TVA: a democracia em marcha* (LILIENTHAL, 1956). A influência fez-se sentir ainda anos depois, quando publicado, em 1961, o relatório de atuação da Codevasf, cujo subtítulo era “um planejamento regional em marcha” (SEREBRENICK, 1961).

A missão técnica solicitada pelo governo Vargas deveria, entre outras análises, estudar a viabilidade da proposta para uma hidrovia pelo interior do continente através da interligação de bacias hidrográficas, entre o Caribe e a bacia do Prata. Conectando, a partir do rio Orinoco, os rios Negro e Madeira, na Amazônia, ao longo do Pantanal, pelo rio Paraguai até o rio da Prata. Por motivos diversos, o esforço acabou redirecionado para o estudo da bacia do rio São Francisco.

O relatório Cooke recomendou a replicação do modelo TVA na região Nordeste, para satisfação de políticos da região que reconheceram o potencial de modernização do coronelismo por meio do acesso a um fundo federal exclusivo para projetos da região. Em 1946, a nova Constituição brasileira definia, no Artigo 29 das Disposições Transitórias, que o governo federal deveria reservar 1% da arrecadação fiscal, até 1966, para o desenvolvimento da bacia hidrográfica do São Francisco. Originou-se, assim, em 1948, a Comissão de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, que recebeu mandato para erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento naquela bacia hidrográfica ao largo das prefeituras e dos governos estaduais.

Em 1951, o governador de São Paulo, engenheiro e professor da Escola Politécnica da USP, Lucas Garcez, organizou uma conferência dos governadores das Regiões Sul e Sudeste visando replicar o modelo TVA.

Foi aprovada, pelos sete estados (São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), a criação da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Paraguai (CIBPU), com mandato para promover o desenvolvimento regional por 25 anos (GARDIN, 2009). A bacia hidrográfica do Paraná-Uruguai concentrava a produção de cerca de 65% do PIB nacional e abrigava aproximadamente 50% da população do país.

A campanha eleitoral de Garcez ao governo do estado, em 1950, havia sido realizada em aliança com a campanha presidencial de Vargas e incorporava, na plataforma de governo, a ativa articulação de São Paulo a favor do planejamento regional. A criação de um consórcio pelos governos estaduais constituía um arranjo institucional inovador para a experiência brasileira de administração pública. Em vista à prioridade do orçamento federal para o Norte e o Nordeste, a proposta dos governadores consistia na criação de um órgão técnico-administrativo com personalidade jurídica própria, na expectativa de que seria transformado em um órgão federal. O Governo Vargas encampou a ideia e divulgou-a oficialmente no ano seguinte, porém não aceitava a condição imposta pelos governadores de autonomia da nova instituição (CHIQUITO, 2016). O consórcio estadual funcionou sob liderança de São Paulo por duas décadas, sendo oficialmente extinto em 1972.

Coordenada, na primeira década, por engenheiros da Poli/USP, a concepção da CIBPU centrava-se no planejamento fluvial integrado. Financiou estudos sobre o potencial de linhas de navegação fluvial, de forma a integrá-las com o nascente modal rodoviário. Procedeu, ainda, a estudos e pesquisas sobre o potencial de geração de energia elétrica, que permitiram o planejamento de hidroelétricas, iniciando com o Complexo de Urubupungá, entre SP e MS. Em sequência, um grupo de arquitetos da USP foi encarregado de planejar o projeto piloto de instalação de um distrito industrial na cidade de Presidente Prudente, prevista para se tornar um polo regional de desenvolvimento (BARON; ANELLI, 2010).

A CIBPU foi uma instituição no âmbito da qual se iniciou a reputação profissional do jovem economista recém-formado pela USP, Antônio Delfim Neto, nomeado diretor de estudos da comissão e que, após alguns

anos, integraria o regime militar, exercendo forte influência nos rumos do desenvolvimento territorial no país por longo período.

Em pesquisa contemporânea ao regime militar, Leff (1977, p. xii) apresenta a hipótese de que os estudos para o doutoramento de Delfim Neto contribuíram para uma conceituação inovadora do ambiente econômico nacional nos anos 1950/60, “o que o capacitou a perceber tanto as possibilidades de uma rápida expansão das exportações quanto a relação complementar [com] o desenvolvimento industrial”. Delfim Neto assumiu como ministro do governo militar, em 1967, propondo “aumentar o crescimento per capita, expandir rapidamente o emprego, reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões e manter um relativo equilíbrio monetário” (SKIDMORE, 1989, p. 144).

Formado em economia pela USP, em 1959, Paul Singer é convidado, no ano seguinte, a ingressar como professor na instituição; posteriormente, é convidado pela CIBPU para coordenar o estudo do setor primário na bacia do Paraná-Uruguai. Com base na revisão dos dados do IBGE, Singer (1963) registra que a região formada por sete estados constitui uma unidade econômica, cujo centro é formado pelo aglomerado urbano-industrial São Paulo-Rio de Janeiro. Ambos os estados representam o centro propulsor da economia regional, visto que a industrialização no eixo metropolitano São Paulo-Rio de Janeiro, além de criar um expansivo mercado consumidor para os produtos do setor primário oriundos de toda a bacia hidrográfica, possibilitou que o eixo SP-RJ se tornasse fornecedor de máquinas, insumos, equipamentos e capital para o setor primário da economia da bacia hidrográfica.

A riqueza concentrada pela expansão da cafeicultura teria estimulado a criação de um mercado crescente no eixo São Paulo-Rio de Janeiro, unificando economicamente a região. A bacia hidrográfica Paraná-Paraguai apresenta um amplo sistema de divisão de trabalho entre suas microrregiões, “em que a interdependência das partes se afirma com cada vez mais vigor” (SINGER, 1963, p. 151). Segundo o autor, uma das peculiaridades desse processo seria que a industrialização metropolitana São Paulo-Rio de Janeiro não contribuiu para a constituição, ao redor desse mercado, dos anéis de produção previstos nas clássicas teorias locais. Singer argumenta que a alta lucratividade do

café destinou as melhores terras e a poupança disponível para a reprodução dos cafezais rumo ao oeste, criando um vácuo de abastecimento de alimentos e matérias-primas nas proximidades das grandes cidades.

Segundo a análise de Singer, a economia industrial do eixo São Paulo-Rio de Janeiro teve de abastecer-se de territórios distantes, que, por motivos variados, não tinham sua agropecuária voltada à exportação. Candidato natural a esse papel na divisão interestadual de trabalho foi o Rio Grande do Sul, visto que, historicamente, a economia gaúcha desempenhava o papel de abastecimento do Centro-Sul. Assim, surge, no Rio Grande do Sul, e não no entorno de São Paulo, o maior mercado desses produtos, o primeiro sistema agropecuário comercial voltado para o mercado interno.

Expandindo-se depois para o oeste de Santa Catarina, desenvolve-se um sistema de produção com melhoramento genético de bovinos e suínos, com raças selecionadas e integração com frigoríficos, capaz de estabelecer uma rede de comercialização para abastecer o eixo São Paulo-Rio de Janeiro. “É ali que surge uma rizicultura e, logo após, uma triticultura, em moldes capitalistas, com arrendamento de terras, mecanização das operações, irrigação, adubação, etc.” (SINGER, 1963, p. 152).

Já em São Paulo e em suas áreas de influência – Paraná, sul de Minas, sul de Mato Grosso e sul de Goiás – continuava a prevalecer a agropecuária tradicional, com extensas pastagens de um sistema arcaico de produção e lavouras voltadas para a exportação. Empregavam-se “métodos de cultivo extensivo, desconhecendo o arado e o adubo, devastando terras, desflorestando áreas extensas, oferecidas à erosão” (SINGER, 1963, p. 152).

Essa argumentação foi retomada por Singer em sua tese de doutorado, orientada pelo professor Florestan Fernandes, em 1966. O autor reúne cinco estudos de caso, analisando a evolução econômica das cidades de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. Estes faziam parte de uma pesquisa prévia, coordenada pelo autor, sob o título “Desenvolvimento econômico e mudança social”. Esse conjunto de cidades foi selecionado não por critérios urbanísticos, mas pela representatividade

das respectivas zonas de influência, denominadas de *Hinterland*, ou seja, as microrregiões de influência, pois:

Cada estudo de caso conta uma história independente, como parte da torrente histórica comum [...], [marcando] etapas do capitalismo dependente, [mostra] como ele emerge e se fortalece, lançando suas raízes nas potencialidades humanas das cidades e de suas áreas de dominância econômica, cultural e política, alcançando em sua expansão todas as demais formas preexistentes de vida econômica. (FERNANDES, 1968, p. iii).

A versão da tese publicada como livro não inclui capítulo do referencial teórico da tese. Porém, o enfoque teórico, que integra conceitos de Rosa Luxemburgo e John Keynes, é apresentado ao início da obra:

Verificar-se-á que o desenvolvimento não é um processo puramente econômico no sentido de que ele não pode ser explicado em termos de variáveis apenas econômicas. O desenvolvimento exige permanente e profunda intervenção do Estado [...]. Ora, o Estado na sociedade colonial reflete os interesses da classe dominante e, no conjunto daqueles, sobressaem os interesses do grupo ligado ao setor do mercado externo [...]. De modo que, para o Estado promover o desenvolvimento, é preciso haver antes uma mudança política [...], que o poder passe efetivamente para as mãos de representantes do setor de mercado interno. (SINGER, 1968, p. 13).

O estudo ressalta que fatores geográficos desempenharam um papel relevante na evolução dos cinco núcleos urbanos. Porto Alegre, situada na foz da bacia hidrográfica do Guaíba, possibilitava o escoamento da produção primária de vasta região produtora, cortada pelos rios Jacuí, Taquari e Pardo, a qual, por sua vez, constituía-se como compradora de produção industrial realizada na capital. Pelas condições topográficas,

Blumenau dispunha da bacia do rio Itajaí como mercado consumidor e zona de influência. Já Belo Horizonte teve como região de influência a bacia do rio das Velhas, enquanto o porto de Recife possibilitava o acesso ao interior pela bacia hidrográfica formada pelos rios Capiberibe e Beberibe, tornando-se o “empório do Nordeste”.

Referências

BARON, Cristina; ANELLI, Renato. A atuação da CIBPU em Presidente Prudente. **Tópos**, v. 4, n. 2, p. 212-238, 2010.

CHIQUITO, Elisângela. **A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai**: do planejamento de vale aos polos de desenvolvimento. São Paulo: Alameda Editorial, 2016.

DUFFUS, R. **The valley and its people**: a portrait of TVA. New York: Alfred Knopf, 1946.

GARDIN, Cleonice. **CIBPU**: a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai no planejamento regional brasileiro. Dourados: EDUFGD, 2009.

LILIENTHAL, David. **TVA 1956 Rio de Janeiro**: a democracia em marcha. Tradução Octavio Velho. Civilização Brasileira, 1956.

LILIENTHAL, David. **Tennessee Valley Authority**: democracy on the march. London: Penguin Books, 1944.

LIMONCIC, Flávio. **Os inventores do New Deal**: Estado e sindicatos no combate à Grande Depressão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MORGAN, Arthur. **The making of the TVA**. Buffalo: Prometheus Books, 1974.

SELZNICK, PHILIP. **TVA and the grass roots**: a study in the sociology of organizations. New York: Harper, 1966.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

SINGER, Paul. A agricultura na Bacia Paraná-Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 3, n. 2, p. 31-167, 1963.

TALBERT JR., Roy. **FDR'S Utopian**: Arthur Morgan of the TVA. Jackson: University Press of Mississippi, 1987.

FLUXOS E REFLUXOS EM REGIÕES LÍQUIDAS: BRAUDEL E VERGER

Fernand Braudel (1902-1985) nasceu na aldeia de Luméville-em-Ornois, periferia rural do noroeste da França, passando parte de sua infância na propriedade dos avós. Em 1908, a família mudou-se para Paris. Após completar o ensino médio, Braudel ingressa na Universidade de Paris, onde, em 1923, forma-se em história. Candidata-se a uma vaga como professor na rede pública da região onde nasceu, porém acaba sendo contratado para lecionar na Algéria, então colônia francesa. Trabalha em colégios das cidades de Constantina e Algiers, encantando-se com o litoral do Mediterrâneo.

Buscando iniciar uma carreira acadêmica, a partir de 1927 Braudel passa as férias escolares em visita a arquivos públicos em portos da Espanha, Itália e Croácia. Coleta dados para uma tese de doutorado sobre o reinado de Filipe II, na Espanha do Século XVI. Em 1932, retorna a Paris, onde retoma o trabalho como professor. Nesse período, conhece, na Universidade de Paris, o historiador Lucien Febvre, um dos fundadores da Escola dos Annales, que se tornou seu orientador.

Por indicação de Febvre, entre 1935 e 1937, Braudel trabalha como professor na recém-criada Universidade de São Paulo, realizando viagens pelo Brasil. Findo o contrato, retorna a Paris para reativar a pesquisa da tese, quando, em 1939, com a eclosão da II Guerra Mundial, é convocado como oficial do exército. É preso no ano seguinte, na Alemanha, permanecendo prisioneiro até o final da guerra. De acordo com seu relato,

redigiu sua tese de memória, em cadernos escolares e blocos de notas que logrou enviar a seu orientador enquanto prisioneiro.

Conforme registra Braudel (1983), ao final da guerra, foi libertado e concluiu o manuscrito de sua tese em 1946, defendendo-a em 1947. A primeira publicação, em dois volumes, em 1949, obteve ampla repercussão acadêmica. A quarta edição, revista e ampliada com dados, fontes e imagens, foi publicada em 1966, sendo traduzida para diversas línguas.

Ao longo de duas décadas de pesquisa e reflexão, entre 1927 e 1947, a tese de doutorado de Braudel evoluiu para um amplo panorama do Mediterrâneo. Por período significativo da história, o mar interior formou o maior mercado de pessoas, ideias e produtos entre Europa, África e Ásia. A tese apresenta dados, em dimensões enciclopédicas, sobre o Século XVI e acabou tendo impacto no debate acadêmico, tanto pelo grau de detalhamento do texto quanto pela proposição metodológica do autor. Nela não se encontra um capítulo específico dedicado ao método, pois suas concepções estão distribuídas no texto.

A tese foi concebida, originalmente, como uma pesquisa tradicional sobre o longo reinado de Filipe II de Espanha, entre 1556 e 1598, durante o qual o império espanhol atingiu seu ápice de poder e extensão territorial, conhecido como o *Siglo de Oro*. Ao final desse período, o Mediterrâneo, marcado pelo predomínio dos portos de Veneza, Gênova, Sevilha, Constantinopla e Alexandria, perdeu relevância para o novo polo econômico dos portos do norte da Europa, os quais expandiam vias de comunicação e relações comerciais através do Atlântico. O eixo dinâmico de núcleos urbanos que corta o continente desde as cidades do norte da Itália até o litoral dos Países Baixos deslocou o poder político e econômico em direção ao norte, ampliando o desenvolvimento de regiões no entorno de portos como Amsterdã, Londres e Hamburgo.

Em escrito posterior, Braudel (1969) recorda que, perto do final da guerra, teve a ideia de abordar acontecimentos históricos no Mediterrâneo de modo diferente do que o faz usualmente a historiografia, propondo o conceito de

“Longa Duração” – *Longue Durée*, em francês – das transformações históricas. Para o autor, a pluralidade dos tempos históricos constitui-se de:

- História factual – trata-se do tempo curto entre eventos, da sucessão de monarquias, das batalhas e seus generais, sendo mensurada em anos ou décadas;
- História cíclica ou conjuntural – trata-se do tempo médio da economia, ascensão e queda de reinos e culturas, sendo mensurada em décadas ou gerações;
- História de longa duração – trata-se do tempo quase imóvel do meio, da história estrutural de tempos geográficos, sendo mensurada em séculos.

A estrutura da tese segue caminho inverso. O manuscrito passa do longo prazo, da descrição da geografia e das civilizações, constante no primeiro livro, para o tempo lento de grandes ciclos econômicos e sociais, apresentado no segundo livro, descrevendo, por fim, no terceiro livro, o tempo breve e dinâmico dos acontecimentos no final daquele século. Nesse sentido, a pesquisa de Braudel acaba por tornar praticamente irrelevante, para a análise dos processos de longa duração no Mediterrâneo, o reinado de Felipe II ou de qualquer outro monarca cristão, bizantino ou muçulmano, bem como suas alianças, seus conflitos e suas intrigas,

Outra inovação proporcionada por Braudel consistiu em interpretar o Mar Mediterrâneo como uma região. “Na primeira parte desta obra, o nosso propósito foi distinguir, a partir do espaço, o que é repetição, lentidão, permanência” (BRAUDEL, 1983, p. 399). Esse recorte regional decorre não da diversidade de povos, línguas ou economias nas costas – que Braudel considera como história dos eventos –, mas da intensidade e durabilidade das relações comerciais, “uma liga de histórias” (p. 257) da comunicação e do intercâmbio entre as sociedades que se formaram no litoral do Mediterrâneo.

O importante é verificar o que uma tal rede implica de aproximações, de história coerente, a que ponto o movimento dos barcos, das bestas de carga, das viaturas, das próprias pessoas, torna o Mediterrâneo uno e, de um determinado ponto de vista, uniforme. O conjunto do Mediterrâneo é este espaço-movimento [...]. Rotas e cidades, cidades e rotas não passam de um único e mesmo equipamento humano do espaço. (BRAUDEL, 1983, p. 310-311).

Os primeiros três capítulos descrevem a geografia física do Mar Mediterrâneo. Os capítulos quatro e cinco analisam as forças dinâmicas que incidem sobre os elementos físicos, o clima e os seres humanos por meio das economias. Nesse esforço, Braudel distingue entre o Mar Mediterrâneo propriamente dito e a região, que denomina de Grande Mediterrâneo. O Grande Mediterrâneo é delimitado, ao Oeste, pelo estreito de Gibraltar e pelo Oceano Atlântico. Os limites norte, sul e leste são conferidos pela linha de extensão máxima da área de cultivo de duas plantas cruciais para a economia regional: a oliveira e a palmeira de tâmara.

Utilizando relatos, cartas e registros do século XVI, Braudel esmiúça o impacto dos ventos secos do Saara e dos ventos úmidos do Atlântico como elementos dinâmicos do território, que confluem para formar os ritmos do Mediterrâneo: “um clima unificador das paisagens e dos gêneros de vida [...], essas identidades implicam a unidade viva do mar” (BRAUDEL, 1983, p. 257-258). O autor analisa detalhadamente o ritmo das estações, a sucessão anual de inverno e verão que comandam as economias, as guerras e o trânsito das embarcações.

O deserto do Saara fornece os ventos secos do Sul, a poeira espalhada por toda a região até os Alpes, o sol e a seca no verão – de abril a agosto. Entre julho e agosto, o Mediterrâneo torna-se “espantosamente calmo” (BRAUDEL, 1983, p. 260). Por sua vez, o Oceano Atlântico comanda os ventos úmidos do Oeste a Leste, a chuva e o frio no inverno – de setembro a março –, que cobrem as cordilheiras do norte da África e podem

fazer nevar em Jerusalém. A vasta região conta, assim, com um clima homogêneo. Conhecido por ser mais moderado do que o do norte da Europa, trata-se de um clima ribeirinho ao redor do mar.

Por todo o lado se encontra, filha do clima e da história, a mesma trindade: o trigo, a oliveira, a vinha, ou seja, a mesma civilização agrária, a mesma vitória dos homens sobre o meio físico. Em suma, as nações do mar não são complementares umas das outras. Têm os mesmos celeiros, as mesmas adegas, os mesmos lagares de azeite, as mesmas ferramentas, os mesmos rebanhos, muitas vezes as mesmas tradições agrárias, as mesmas preocupações cotidianas. (BRAUDEL, 1983, p. 262).

Braudel enfatiza que as estações comandam não apenas a estrutura produtiva do setor primário, mas também as guerras. O inverno impõe a redução da navegação, o que limita o deslocamento de tropas. O autor registra que batalhas, conquistas e invasões abundam no verão, enquanto tratados diplomáticos, em geral, são assinados ao final do inverno, após negociações que se prolongaram durante a estação chuvosa.

Apenas a partir do quinto capítulo, Braudel discorre sobre a unidade humana da região, as rotas terrestres e marítimas do comércio, as cidades, as técnicas e os navios utilizados no século XVI.

Tínhamos a intenção, na primeira parte deste livro, de estarmos atentos à constância, à permanência, aos números conhecidos e estáveis, às repetições, às bases da vida mediterrânea, às suas massas de argila bruta, às suas águas tranquilas ou que nós imaginamos tranquilas. As cidades são motores, giram, animam-se, estafam-se, recomeçam novamente. (BRAUDEL, 1983, p. 395).

A localização das cidades determinou a criação de rotas de trânsito terrestres, assim como as estradas estimularam o crescimento ou a decadência de cidades. O autor analisa rotas terrestres ao longo do litoral, as quais vão de porto a porto, assim como estradas perpendiculares ao litoral, conectando o mar com os núcleos centrais de cada economia. As estradas são de terra, utilizáveis apenas durante alguns meses do ano e adequadas apenas para logística de curta distância; cargas em grande quantidade e de maior valor dependem das rotas marítimas.

A segunda seção é dedicada à navegação. Braudel sistematiza a bibliografia sobre as classes de navios utilizados pelas diferentes nações, estimando sua tonelagem para, em seguida, elaborar estimativas do transporte de cargas sobre o mar e o transbordo nos principais portos. Chega à conclusão de que a combinação de fatores, como o aumento dos custos do frete e da fabricação de navios, bem como o estabelecimento de uma maior concorrência, levou à gradativa redução do tamanho dos veleiros ao longo do século. A redução da capacidade de carga era compensada pela maior agilidade, rapidez e pontualidade nas rotas.

A próxima seção dedica-se ao desenvolvimento urbano, incluindo mapas elaborados por Braudel. Passa à análise das funções urbanas, procurando as regularidades encontradas entre as cidades, quais sejam: as estradas de acesso e os portos, os mercados e as praças centrais, os pontos de transposição das cargas que integram modais diferentes de logística, bem como o papel dos emprestadores de dinheiro para manutenção dos fluxos financeiros.

Braudel destaca o papel de alguns dos principais núcleos urbanos no Grande Mediterrâneo, inicialmente realizando estimativas do crescimento demográfico nas grandes cidades, dos movimentos migratórios e dos principais flagelos da vida urbana: fome, epidemias e conflitos políticos. Frente a esse panorama da rede urbana, o autor agrupa as principais cidades do Grande Mediterrâneo de acordo com suas funções, distinguindo-as em três grupos: as cidades privilegiadas pelo dinheiro, as cidades imperiais e as capitais.

Estas diferentes cidades, onde as atividades se doseiam sempre de maneira original, é preciso interrogá-las agora sobre o espetáculo em que todas participam ao mesmo tempo e ouvir aquilo que elas *repetem*, na medida em que estão submetidas a uma conjuntura, por todo o lado semelhante ou mais ou menos igual, durante a segunda metade do Século XVI mediterrâneo. (BRAUDEL, 1983, p. 364).

A cada um desses agrupamentos urbanos, o autor dedica uma análise quanto às condições de vida, aos elementos do urbanismo, às finanças e ao comércio exterior. Assim está preparada a transição para o segundo livro, no qual Braudel analisa o tempo médio: as economias regionais.

Em síntese, ao longo dos séculos, a gradual ocupação das costas do Mediterrâneo por diferentes culturas gerou economias similares: os ribeirinhos vivem sob o mesmo clima, alimentam-se das mesmas plantas, conhecem os ritmos das mesmas estações, seja na Líbia, na Palestina, na Espanha ou na Grécia.

Esse raciocínio foi ampliado por outro historiador francês, Maurice Lombard, autor de pesquisas sobre um Mediterrâneo ainda mais expandido: o Califado Abássida, que, entre 750 e 1050, estendia-se da Índia ao Atlântico. Segundo Lombard, as novas fronteiras e o comércio de ouro no império muçulmano contribuíram de forma decisiva para o crescimento econômico da Europa na alta Idade Média.

Um mundo onde uma família se mudava do sul da Arábia para a Espanha, e seis séculos depois retornava ao lugar de origem e continuava a ver-se num ambiente familiar, tinha uma unidade que transcendia as divisões de tempo e espaço; a língua árabe abria a porta para cargos e influência em todo aquele mundo; um conjunto de conhecimentos, transmitidos através dos séculos por uma sequência conhecida de professores, preservava uma comunidade moral mesmo quando os governantes mudavam. (HOURANI, 1991, p. 18).

Em obra póstuma, compilada por seus alunos, Lombard (2009) trabalhou simultaneamente as dimensões de tempo e espaço, diferenciando três regiões de expansão do Islã, do comércio nas redes urbanas e da cultura árabe. Em sua análise, acabou relativizando a centralidade do Mediterrâneo, enfatizando a relevância das rotas terrestres das caravanas transcontinentais na África e na Ásia, bem como as conexões com os portos do litoral da Índia.

Olhares e histórias afro-atlânticas

Após mais de uma década de viagens pelo globo, em 1946, o fotógrafo francês Pierre Verger estabeleceu-se em Salvador, assinando contrato com uma revista semanal do Rio de Janeiro. Encantou-se com as tradições de raiz africana em Salvador, as quais passou a estudar. Por ocasião de sua primeira viagem a Dakar, capital do Senegal, obteve bolsa de estudos do Instituto Francês da África Negra para pesquisa sobre os cultos africanos trazidos ao Brasil pelos escravos, passando a publicar artigos e livros acadêmicos. Apesar de não ter título universitário – pois abandonara o ensino médio –, ao longo da década seguinte, acessou financiamentos de instituições francesas para sua pesquisa. “Entre 1949 e 1960, Verger fez treze travessias entre Rio de Janeiro e Dakar, chegando a cruzar o Atlântico até duas vezes por ano” (CASTRO; SANTOS, 2016).

A obra de Verger deixou de ser apenas registro fotográfico, incluindo análises históricas e etnográficas sobre as ligações entre os dois lados do Atlântico. Por indicação de Fernand Braudel, Verger passou a ser orientado pelo historiador Paul Mercier, na Universidade de Sorbonne, pois Braudel estava interessado por sua “abordagem não-acadêmica do tema” (VERGER, 2000, p. 23). Em 1962, ingressou como funcionário no Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), sediado em Paris, chegando a ocupar o cargo de Diretor de Pesquisa.

Em 1966, Verger defendeu tese de doutorado sobre o comércio bilateral do tráfico de escravos entre a Bahia e o antigo Reino de Daomé,

hoje parte do Benin. O ponto de partida da pesquisa, em 1949, foi o Benin, onde localizou documentação do século XIX acerca do traficante de escravos José Francisco dos Santos, que iniciara no comércio como alfaiate em Salvador. Em 1974, foi nomeado professor da Universidade Federal da Bahia, contribuindo para estabelecer o Museu Afro-Brasileiro, em 1982.

Compreendendo mais de setecentas páginas, a tese de Verger foi publicada em 1968, na França, e, pela primeira vez no Brasil, em 1987. A obra foi dedicada a Braudel, destacando-se por apontar uma continuidade cultural, religiosa e comercial entre ambos os lados do Atlântico.

Espero ser este livro capaz de transmitir a impressão de unidade que tanto me surpreendia, em minhas frequentes idas e vindas entre a Bahia e o antigo Daomé, na medida em que muito me impressionava encontrar numa margem do Atlântico coisas familiares e semelhantes àquilo que existia do outro lado. (VERGER, 2002, p. 23).

Conforme ressalta Verger, os escravos trazidos ao Brasil conservaram e transmitiram costumes, hábitos alimentares e crenças religiosas que possibilitaram a seus descendentes, em especial na Bahia, reconstruírem um ambiente africano. Em contrapartida, aqueles que lograram retornar ao Golfo de Benin não eram mais africanos; conservaram costumes e hábitos oriundos da Bahia, “morando em sobrados ao estilo brasileiro, são católicos, comemoram a festa do Senhor Bonfim, vestem-se e preparam sua comida à moda baiana” (VERGER, 2002, p. 24).

A forte predominância da cultura Iorubá em Salvador, de acordo com Verger, seria explicável pela resistência dos escravos à aculturação, pois grande número dos cativos eram prisioneiros de guerra advindos de classe social elevada, conscientes de suas instituições e de seus preceitos religiosos. Tal fato não se repetiu em outras cidades com marcante presença de escravos, como o Rio de Janeiro – constatação reforçada, em estudo correlato, pelo historiador britânico Russell-Wood.

Havia pessoas nascidas na África, vivendo no Brasil colonial, que tinham sido transportadas através do tempo, do espaço e das fronteiras culturais, que permaneciam ainda se considerando africanas – através de seus valores, crenças, costumes e vidas cotidianas [...]. A história da África pré-colonial e a história do Brasil colonial sublinham o fato de que não havia uma África ou Brasil monolíticos, mas várias Áfricas e vários Brasis. (RUSSELL-WOOD, 2014, p. 275).

O último capítulo da tese de Verger, por sua vez, descreve a formação, no século XIX, de uma sociedade brasileira no Golfo de Benin. A partir de 1835, escravos libertos, geralmente pequenos comerciantes e artesãos, retornaram à África, estabelecendo-se em portos de Serra Leoa, Nigéria e Benin; alguns deles, como mercadores de escravos. Integraram-se às comunidades de “brasileiros” já estabelecidas nessas regiões, compostas por traficantes de escravos vindos de Portugal e do Brasil, por seus familiares e descendentes mulatos, por antigos capitães e marinheiros de barcos negreiros, bem como por escravos libertos vindos de Cuba.

Verger destaca que a intensidade das redes entre ambos os litorais do Atlântico consolidou-se no período entre 1680 e 1710, pois o tráfico de escravos não se fazia da Bahia seguindo o clássico sistema de viagens triangulares, que incluía o comércio pelo porto de Lisboa, mas sob a forma de troca direta. Na costa do Benin, o tabaco da Bahia era trocado diretamente por escravos. O domínio holandês nos portos do Golfo de Benin proibia, aos comerciantes portugueses e brasileiros, a utilização de produtos europeus para troca pelos escravos, com exceção do tabaco baiano – considerado de baixa qualidade, mas muito apreciado no interior do continente como moeda de troca.

Segundo ressalta Verger, a coroa portuguesa não teve sucesso em várias tentativas, tanto para incluir o porto de Lisboa no circuito comercial comandado por Salvador, como para redirecionar a compra de escravos para a costa da Guiné ou de Angola – áreas favorecidas

pela coroa portuguesa. Prevaleceu o tráfico em Benin pelo castelo de São Jorge da Mina, estabelecendo fortes vínculos com a economia da Bahia. O texto apresenta registros de que, ao longo de trinta anos, 368 navios carregados de tabaco foram da Bahia para a Costa da Mina, contra meros dezessete navios que foram para Angola. Por volta de 1680, eram emitidas, em Salvador, licenças para dois navios negreiros ao ano – média que cresceu para vinte, algo como dois ao mês, até 1710 (VERGER, 2002, p. 31).

Para além de sua tese, nos anos 1960/70, a obra de Verger estabeleceu diálogo entre culturas separadas pela diáspora africana, promovendo encontros, seminários, conferências e viagens de estudo. Em 1977, foi professor visitante na Nigéria. Renomado inicialmente como fotógrafo, com o tempo a fotografia tornou-se secundária em seu trabalho, conferindo visibilidade às relações atlânticas devido a sua pesquisa acadêmica, cuja relevância encontra eco na descrição do Atlântico português realizada por historiador britânico:

Muito ocorria no Atlântico português – comércio, movimentação de pessoas, criação de famílias pan-atlânticas, colonização, produção econômica e travessia de fronteiras [...] fronteiras tornavam-se indistintas; a percepção e a “qualidade da pessoa” substituíam os tradicionais critérios sociais metropolitanos quando se tratava de avaliar a posição de um indivíduo; a negociação era mais eficaz que a imposição; o carisma tomava o lugar da autoridade delegada; as linhas entre o legal e o ilegal misturavam-se. (RUSSELL-WOOD, 2014, p. 90-91).

Russell-Wood registra que o “Atlântico era uma região disputada”, enfatizando o caráter de uma região líquida para o espaço compreendido entre o Golfo de Benin e a Bahia, prioridade da análise de Verger. Apesar dos muitos obstáculos e perigos, o Atlântico representava uma oportunidade para quem dominasse a tecnologia de navegação marinha. Com

o passar do tempo, a costa brasileira – especialmente a Bahia – criou redes no âmbito dos dois continentes. O comércio original era tripartite, entre Portugal, África e Brasil, tendo Lisboa como centro; porém, com o tempo, desenvolveram-se redes diretas entre Bahia e o antigo Dahomé.

Complementando Verger, em uma perspectiva de “longa duração”, conforme Braudel, a ocupação do oceano constituía condição obrigatória para a realização da empreitada imperial portuguesa. A geografia favorecia Portugal frente às demais nações europeias e o Atlântico acabou se tornando o centro gravitacional do império.

Referências

BRAUDEL, Fernand. **O espaço e a história no Mediterrâneo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1969.

CASTRO, M.; SANTOS, M. Um Verger, dois olhares: a construção da africanidade brasileira por um estrangeiro. **Cadernos CRH**, v. 29, n. 76, 2016.

FLAKSMAN, Clara. Um homem plural: sobre a “obra-vida” de Pierre Berger. **Revista de Antropologia** – USP, v. 59, n. 1, p. 300-307, 2016.

GODINHO, Vitorino. O ‘Mediterrâneo’ saariano e as caravanas do ouro. **Revista de História** – USP, v. 11, n. 23, 1955.

HOURLANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

LOMBARD, Maurice. **The Golden age of Islam**. [1971]. Princeton: Markus Wiener Publishing, 2009.

LOMBARD, Maurice. A evolução urbana durante a alta Idade Média. **Revista de História** – USP, v. 11, n. 23, 1955.

LOMBARD, Maurice. O ouro muçulmano do VII ao XI século: as bases monetárias de uma supremacia econômica. **Revista de História** – USP, v. 6, n. 13, 1953.

MOTO, Carlos. Fernand Braudel: um intelectual que deixou marcas. In: MOTO, C. **História e contra-história**. São Paulo: Globo, 2010, p. 291-296.

RUSSELL-WOOD, John. Através de um prisma africano: uma nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil colonial. *In*: RUSSELL-WOOD, J. **Histórias do Atlântico português**. São Paulo: Editora UNESP, 2014, p. 235- 278.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos (dos séculos XVII a XIX)**. 4. ed. Salvador: Corrupio, 2002.

NAMBOODIRIPAD E AS REFORMAS EM KERALA

Elamkulam Manakkal Sankaran Namboodiripad (1909-1998), mais conhecido pelo apelido EMS, foi escritor, historiador, crítico literário e político comunista na Índia. Por dois mandatos, foi primeiro ministro do estado de Kerala, sendo responsável por reformas na estrutura agrária e no sistema educacional, as quais possibilitaram ao estado apresentar os melhores indicadores de desenvolvimento humano do país. Foi o primeiro – e, por longo período, o único – político comunista eleito pelo voto popular após a independência.

Kerala constitui uma estreita faixa de planícies litorâneas no sul da Índia, limitada por montanhas e contando mais de 30 milhões de habitantes. Historicamente foi formado por cidades-estado que desenvolveram uma cultura em comum no entorno de portos marítimos. Desde antes do império romano, a região especializou-se em abastecer, com especiarias e tecidos estampados de algodão, comerciantes vindos por mar da China e da Península Árabe. Foi no porto de Calicut que aportou, em 1498, a primeira armada portuguesa, dirigida por Vasco da Gama. Em 1500, a segunda armada, sob ordens do capitão Pedro Álvares Cabral, estabeleceu, no porto de Cochim, a primeira feitoria portuguesa do Estado Geral da Índia.

EMS nasceu na vila de Elamkulam, no município litorâneo de Malappuma, em Kerala. Era o quarto filho de uma família aristocrática da alta casta dos Namboodiri – a elite latifundiária, proprietária das terras em Kerala. Os Namboodiri constituíam uma minoria adepta do hinduísmo ortodoxo, enquanto a população de trabalhadores rurais era majorita-

riamente muçulmana. Em um país que reconhece treze línguas oficiais, além de dezenas de dialetos, Namboodiripad escrevia tanto na língua Malayalam quanto na língua inglesa. Foi autor de vasta obra, composta por artigos, panfletos, manifestos e mais de 120 livros.

Jovem precoce, aos treze anos de idade, EMS associou-se à Yogakshema Sabha, uma associação beneficente da casta Namboodiri. Integrando um grupo de jovens engajados, acabou assumindo a direção da organização e defendendo bandeiras progressistas, tais como a alfabetização das mulheres, a abolição da poligamia, o direito de viúvas casarem-se novamente e a eliminação das rígidas regras do sistema de castas. EMS assumiu a direção do jornal da associação, que transformou em semanal, contribuindo com artigos, editoriais e crítica literária.

Em 1929, matriculou-se no curso de Ciências Sociais no Saint Thomas College, faculdade localizada na cidade de Thrissur, considerada a capital cultural de Kerala. Foi a primeira instituição de ensino superior cristã no estado, administrada pela Igreja Católica Siro-Malabar, em esforço para democratizar o acesso à educação para mulheres. EMS abandonou o curso, em 1932, para engajar-se no movimento nacionalista, inspirado pelas ideias de Gandhi, participando em bloqueios, marchas e protestos públicos. Sob o governo britânico, foi preso e sentenciado a dois anos de cadeia. Hakim (2016) registra que, no período de prisão, EMS teve contato com jovens militantes e líderes de grupos de esquerda, tendo acesso a ideias, textos e livros de orientação marxista.

Em 1935, EMS participou da mobilização organizada pelos fundadores do Partido Socialista, fomentando greves, assembleias e protestos no sul da Índia. Em 1937, participou de reunião clandestina que formou o braço do Partido Comunista da Índia em Kerala, doando sua herança em terras e imóveis ao partido. Nos anos seguintes, atuou na clandestinidade, participando da organização de centros rurais de alfabetização de adultos, bibliotecas comunitárias, grupos de teatro de rua e formação de novos quadros para o partido. No mesmo período, ingressou na Associação de Escritores Progressistas, publicando críticas literárias e resenhas.

Como parte dos acordos durante a II Guerra Mundial entre o Reino Unido e a União Soviética, a coroa britânica permitiu, após 1945, a legalização do Partido Comunista na Índia e a participação nas eleições para assembleias regionais – promessa que havia sido feita aos nacionalistas devido ao seu engajamento contra o fascismo na guerra. Na primeira campanha eleitoral, em 1946, o conservador Partido do Congresso adotou o slogan “Índia Unida”, e a Liga Muçulmana prometeu “Uma nação separada”, buscando apoio popular para criar o Paquistão. Enquanto isso, o Partido Comunista propunha, como plataforma, criar uma federação com autonomia para as regiões, adotando a reforma agrária e o salário mínimo.

Os candidatos comunistas obtiveram poucos assentos nas assembleias regionais, e, após a independência, em 1947, o partido passou a estimular a revolta armada em áreas rurais. Grupos de militantes comunistas armados mobilizaram trabalhadores rurais, que confiscaram depósitos de arroz de proprietários de terras. O partido foi proibido, e a reação por parte do exército causou a morte de dezenas de militantes e lideranças comunistas. EMS voltou à clandestinidade e a polícia anunciou recompensa por sua captura. Em 1951, o partido decidiu renunciar à luta armada e participar das primeiras eleições livres do país, mantendo a organização de protestos e greves para a mobilização popular.

Com base em sua detalhada pesquisa histórica acerca das origens da língua e da cultura Malayalam, EMS publicou, em 1952, o livro *A questão nacional em Kerala*, contribuindo de maneira decisiva para a mobilização da opinião pública favorável à criação de um novo estado. Kerala foi formado tardiamente, em 1956, pela integração do território de Malabar com as regiões autônomas de Cochin e Travancore.

Somente em 1957 foram realizadas eleições estaduais, em regime parlamentarista, sendo eleito o primeiro governo democrático comunista da história. Tendo conquistado sessenta assentos próprios, com apoio de cinco deputados independentes, o Partido Comunista obteve a maioria dos votos no legislativo estadual e nomeou EMS como chefe do governo

de Kerala. Ele ficou conhecido pelo estilo de vida espartano, morando em pequena casa alugada pelo partido na capital.

A orientação política do partido liderado por EMS estava pragmaticamente alinhada às orientações da III Internacional Comunista – essencialmente, ao comunismo soviético. Com o tempo, decepcionado com os desmandos do stalinismo, nos anos 1950/60, buscou aproximação com o governo da China (KARAT, 2009). O partido previa a iminência de uma revolução democrática-burguesa em Kerala, que deveria implementar transformações econômicas e políticas de caráter antifeudal, preparando o terreno para a futura transição ao socialismo. Na interpretação do partido, a prioridade era para uma agenda considerada burguesa, para o combate ao sistema de castas, ao latifúndio, à servidão por dívidas dos meeiros, à discriminação das mulheres e aos demais mecanismos de uma sociedade altamente excludente. A ampliação e massificação da participação dos trabalhadores seria facilitada mediante o enfretamento às classes dominantes pela abertura de canais de participação popular, pela consolidação da democracia burguesa e pela gradual melhoria das condições de vida dos camponeses (NAMBOODIRIPAD, 1986a).

Desenvolvimento territorial como fruto do conflito político

Desde a sua criação, o estado de Kerala foi marcado por conflitos políticos únicos no país. O Partido Comunista da Índia venceu a primeira eleição, em 1957, com um plano de governo orientado a reforma agrária e políticas redistributivas. O partido de Namboodiripad foi eleito essencialmente por trabalhadores rurais, meeiros e operários. Passou a enfrentar a oposição, tanto pela esquerda do partido, que acusava EMS de “agente da burguesia”, como pelo Partido do Congresso, que congregava os interesses dos proprietários de terra, dos comerciantes, das altas castas e dos intelectuais cristãos. A “Campanha pela Liberdade”, comandada pela oposição, suscitou tamanhos conflitos e embates nas ruas que levou o estado à beira de uma guerra civil. Em 1959, pela primeira vez na história

da jovem democracia, o governo nacional decretou uma intervenção em um estado, retirando EMS do governo.

As reformas iniciadas em sua administração, porém, marcaram a política estadual por longo período. O Partido Comunista foi reeleito, em 1967, com base na mobilização popular que logrou manter ao longo da década. Fortaleceu a base de confiança por parte dos trabalhadores rurais e meeiros organizando greves, ocupação de terras e oposição à mecanização. Em 1969, foi possível aprovar legislação estadual de reforma agrária, implementada pelo governo seguinte em ritmo acelerado, mediante mobilização dos trabalhadores rurais pelo Partido Comunista.

Ao início dos anos 1970, a reforma agrária encerrou as relações feudais na agricultura, minando o poder da elite proprietária de terras e das castas superiores em Kerala. Uma diversificada legislação passou a regular e formalizar as relações de trabalho no campo, estabeleceu salário mínimo e fortaleceu os sindicatos. Heller (1995) enfatiza a particularidade dessa transição agrária em Kerala, pois não foi originária nem da modernização dos mercados e nem de uma nova burguesia, mas decorrente da mobilização das classes trabalhadores, das castas consideradas inferiores. Segundo o autor, o principal produto não foi o moderno capitalismo, mas, antes, uma maior qualidade da jovem democracia.

Os conflitos históricos, porém, não se esgotaram. Os principais beneficiários da reforma agrária em Kerala foram os meeiros e ocupantes da terra, porém, devido à alta densidade populacional, receberam, em média, lotes inferiores a um hectare. Os trabalhadores rurais, por sua vez, iniciaram campanha por aumento do piso salarial, o que os colocou em oposição aos novos proprietários de terra. A nova legislação trabalhista, de 1974, gerou melhores salários, mas também conflitos contínuos entre proprietários e trabalhadores rurais. Os trabalhadores das agroindústrias exportadoras de óleo de côco e castanha-de-caju combateram a mecanização do beneficiamento nas grandes empresas e tornaram-se conhecidos pelas greves frequentes.

O contraste entre a experiência de Kerala e a dos demais estados da Índia é significativo. A tradição de exploração dos meeiros, ou mesmo a servidão por dívida, continua predominante no campo, em muitas regiões do país. Em outros estados, geralmente, trabalhadores rurais são desorganizados e com baixo poder de mobilização, sendo que a maioria dos partidos mantém orientação conservadora, não confrontando os proprietários de terra.

Em Kerala, novos movimentos sociais passaram a reivindicar a universalização da educação, da saúde e dos serviços públicos, historicamente reservados às castas superiores. As experiências de sucesso por parte do Partido Comunista levaram os demais partidos, em diversas administrações, a ampliarem as políticas públicas de inclusão social no estado. Drèze e Sen (1989; 1996) registram que foi principalmente a contínua mobilização da população rural e de trabalhadores urbanos que tornou o estado de Kerala referência nacional e internacional em políticas públicas de desenvolvimento.

Nos anos 1960, Dr. Sen integrou o corpo de professores da Escola de Economia da Universidade de Nova Delhi, onde foi colega do economista Kakkadan Raj, um dos autores do primeiro plano nacional de desenvolvimento após a independência da Índia. De orientação keynesiana, Dr. Raj coordenou, em 1971, a criação, na capital de Kerala, do Centro de Estudos do Desenvolvimento (CDS), visando formar pesquisadores que contribuíssem para as políticas públicas estaduais com embasamento científico.

Com financiamento pelas Nações Unidas, o CDS realizou o primeiro estudo sobre a trajetória de desenvolvimento em Kerala, publicado em 1976. Os resultados dessa pesquisa tiveram repercussão internacional, chamando atenção para o “Modelo de Kerala”. Em entrevistas nos anos 1990, Dr. Sen questionou a opinião popular de que Kerala seria um modelo, colocando em dúvida se a experiência única daquela sociedade poderia ser replicada em outros contextos. Mesmo assim, o conceito acabou popularizando-se no debate internacional.

Conforme síntese realizada por Parayil (2000), ao invés da industrialização ou de obras de infraestrutura, foram as políticas de educação,

saúde e combate à vulnerabilidade social que tornaram a sociedade de Kerala conhecida por:

- altos índices de qualidade de vida, apesar dos baixos índices de crescimento econômico;
- um conjunto de políticas públicas redistributivas e inclusivas, com capilaridade em todo o território;
- altos índices de participação popular e engajamento político entre todos os grupos sociais.

A partir de estudos conduzidos pelo Dr. Raj, em parceria com o Dr. Sen e o economista paquistanês Mahbubul Haq, nos anos 1990, o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas passou a divulgar o Índice de Desenvolvimento Humano. A trajetória de Kerala tornou-se conhecida por alcançar altos índices de escolaridade, saúde pública e expectativa de vida aliados a baixos índices de mortalidade infantil e de natalidade – o que se deve à implementação de políticas públicas universais.

Referências

DRÉZE, J.; SEN, A. **Indian development: selected regional perspectives**. New Delhi: Oxford University Press, 1996.

DRÉZE, J.; SEN, A. **Hunger and public action**. New York: Oxford University Press, 1989.

GULATI, I.; ISSAC, T. EMS Namboodiripad: revolutionary intellectual. **Economic & Political Weekly**, v. 33, n. 13, 1998.

HARIM, Kotta. E.M.S.: Naboodiripad and the practice of communism in Kerala. **Social Orbit**, v. 2, n.1, p. 157-178, 2016.

HELLER, Patrick. From class struggle to class compromise: redistribution and growth in a South Indian State. **The Journal of Development Studies**, v. 31, n. 5, p. 645-672, 1995.

JEFFREY, Robin. Matriliney, Marxism, and the birth of the Communist Party in Kerala (1930-1940). **Journal of Asian Studies**, v. 38, p. 1, p. 77-98, 1978.

KARAT, Prakash. EMS: the marxist pathfinder. **The Marxist**, v. 25, jul. 2009. Disponível em: <https://www.cpim.org>. Acesso em: 15 maio 2019.

LINDBERG, Anna. Class, caste, and gender among cashew workers in the South Indian state of Kerala (1930-2000). **International Review of Social History**, v. 46, p. 155-184, 2001.

MENCHER, Joam. Namboodiri Brahmins: an analysis of a traditional elite in Kerala. **Journal of Asian and African Studies**, v. 1, p. 183-196, 1966.

NAMBOODIRIPAD, E. **A history of the Indian freedom struggle**. [1977]. Trivandrum: Social Scientist Press, 1986.

NAMBOODIRIPAD, E. The Left in India's freedom movement and in free India. **Social Scientist**, v. 14, n. 8/9, p. 3-17, ago. 1986(a).

NOSSIER, T. **Communism in Kerala: a study in political adaptation**. London: C. Hurst & Co., 1982.

PARAYIL, Govidan (ed.) **Kerala: the development experience**. London: Zed Books, 2000.

PAZICH, Loni. Ação afirmativa na educação superior: o caso de Kerala na Índia. **Educação e Sociedade**, v. 36, n. 130, p. 139-159, 2015.

VÉRON, René. The 'New Kerala Model': lessons for sustainable development. **World Development**, v. 29, n. 4, p. 601-617, 2001.

WILLIAMS, Michelle. **The roots of participatory democracy: democratic communists in South Africa and Kerala, India**. New York: Palgrave MacMillan, 2008.

AS PEQUENAS DEMOCRACIAS DE ROKKAN A SENGHAAS

Stein Rokkan (1921-1979) nasceu na vila pesqueira de Vågan, no arquipélago de Lofoten, litoral norte da Noruega. Localizado acima do círculo ártico, na periferia da Noruega – por sua, vez periferia europeia –, o arquipélago é composto por mais de 80 ilhas, os picos de uma cadeia de montanhas submersas que se elevam até mil metros acima do mar. As baías do arquipélago oferecem ambiente de reprodução para vastos cardumes do Atlântico Norte. Historicamente, a região constituiu-se em um centro produtor de bacalhau, que chegou a representar 80% das exportações da Noruega, abastecendo, durante a Idade Média, os países do sul do continente.

O pai de Rokkan era professor em escola particular; posteriormente, trabalhou como editor do jornal *Fremover*, publicado há mais de um século na cidade de Narvik. Precoce, aos quinze anos, Rokkan escreveu um ensaio na escola analisando a obra do filósofo inglês John Stuart Mills, e seu professor declarou que não tinha condições de avaliá-lo. Em 1939, mudou-se para a capital a fim de estudar Filologia e Francês na Universidade de Oslo. Após as aulas, trabalhava na biblioteca universitária, onde ficou conhecido por traduzir obras da filosofia. Além das línguas nórdicas, falava inglês, francês e alemão, bem como lia obras em espanhol e italiano.

Durante a ocupação nazista, a universidade foi fechada e Rokkan refugiou-se nas Lofoten. Ao final da II Guerra Mundial, retomou os estudos na capital, concluindo, com louvor, o mestrado em 1948, com uma dissertação sobre as implicações políticas da teoria do filósofo inglês David Hume – o que, segundo seus biógrafos, ampliou seu interesse pela origem do engajamento político e pelas condicionantes da participação civil em democracias.

O filósofo Arre Naess, pioneiro do movimento ambientalista europeu e orientador e mentor de Rokkan por muitos anos, articulou para que este fosse contratado como assistente de projeto financiado por bolsa da UNESCO. Equipes em universidades em Paris, Chicago e Londres estudavam o debate político sobre democracia no contexto da recém-iniciada Guerra Fria. Rokkan foi responsável pelo processamento de centenas de questionários enviados a pesquisadores e políticos em diversos países, sendo um dos autores do relatório final. Segundo Hagtvet (2014), durante o projeto, Rokkan aprofundou a ideia de que o comportamento do eleitor não depende apenas de características pessoais – como renda ou *status* social –, mas também do contexto do sistema político e do processo histórico de formação do país – concepção que marcou os rumos de suas pesquisas futuras.

Rokkan iniciou sua carreira acadêmica, em 1951, como assistente no recém-criado Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Oslo. Destacou-se pela combinação de conhecimento teórico com a habilidade para aproveitar as novas ferramentas da computação na análise de grande volume de dados estatísticos. Em 1956, foi contratado como professor de sociologia da Universidade de Bergen, onde consolidou o programa de pesquisa sobre eleições e o comportamento de eleitores, organizando a criação de um banco de dados sobre comportamento eleitoral na Europa desde 1873.

Os mais conhecidos estudos de Rokkan sobre a formação das democracias de massa na Europa datam dos anos 1960. Suas pesquisas passaram a valorizar o contexto histórico e cultural dos sistemas partidários nacionais, originando, nos anos 1970, uma série de estudos com enfoque diacrônico da formação das nações europeias. Essa segunda fase da produção de Rokkan foi marcada pela concepção da tríade Economia-Território-Cultura como as dimensões-chave para interpretar a diferenciação dos países europeus.

De acordo com essa interpretação, o processo de diferenciação administrativo e militar do território possibilita a formação de centros de poder, formas de governo e fronteiras específicas para cada país. A diferenciação econômica e tecnológica gera estruturas agrárias e redes

urbanas que condicionam relações específicas de comércio e fluxos financeiros. A diferenciação linguística, religiosa e simbólica, por sua vez, gera culturas enraizadas no respectivo território.

Decorre daí a síntese, elaborada por Rokkan, de que a formação da Europa moderna pode ser interpretada a partir de três dimensões, que denomina Economia, Território e Cultura. O desenvolvimento do Estado-nação pode ser interpretado como o gradual processo de penetração, nas periferias, de paradigmas estabelecidos pelos centros. Áreas centrais da economia e da cultura impõem, progressivamente, controle militar e taxação de impostos sobre as áreas periféricas, assegurando a consolidação de fronteiras. As fronteiras, por sua vez, facilitam ou postergam a criação de sistemas políticos democráticos, de acordo com as clivagens sociais características do território. O principal paradoxo da Europa, segundo Rokkan, reside na contínua expansão das redes financeiras e de comércio, as quais subverteram barreiras naturais e fronteiras, em oposição ao crescente regionalismo e nacionalismo que visam reforçar fronteiras.

Após 1945, estabeleceu-se, no debate político internacional, o paradigma de que a modernização absorveria as peculiaridades regionais e homogeneizaria os Estados-nação em um modelo único. Nos anos 1970, as contribuições do comparativismo, ou macrocomparativismo (FAUSTO; DEVOTO, 2004), trazidas por pesquisadores como Immanuel Wallerstein e Stein Rokkan, recuperaram a relevância dos estudos regionais. Utilizando um enfoque comparativo, Rokkan buscava compreender como o complexo sistema do Estado-nação foi construído ao longo de mais de um milênio na Europa, após o fim do império romano, sendo posteriormente adotado nas demais regiões do globo.

O modelo teórico construído por Rokkan ao longo de quase três décadas buscou interpretar a diversidade do desenvolvimento político das nações europeias, em especial a partir do ponto de vista das periferias. Seu objetivo central consistiu em identificar tanto igualdades quanto divergências entre os processos de construção das nações e sua posterior democratização em um continente de pequena extensão territorial. Seu

interesse esteve concentrado em identificar a origem das diferenças estruturais entre os países e seus modelos individuais de desenvolvimento.

Conforme sintetiza Hagtvet (2014), a busca de Rokkan por construir um modelo histórico, político e sociológico pode ser resumida em quatro temas centrais:

- A Noruega em uma perspectiva comparativa, com prioridade para as escolhas históricas por parte das elites políticas; a expansão do direito ao voto e a inclusão política das classes trabalhadoras; os canais institucionais de decisão e participação na política nacional.
- O desenvolvimento político da Europa Ocidental, que Rokkan classificou como as “pequenas democracias”, priorizando a interpretação da política da democracia de massas via a formação de partidos; as clivagens políticas nacionais e a participação das elites na democratização.
- A formação da Europa, em que Rokkan concentra-se na formação dos Estados-nação e no desenvolvimento de centros, na rede de cidades que cobre o continente do norte da Itália até o centro da Inglaterra; a formação de periferias; o desenvolvimento do “capitalismo atlântico” que desloca os centros de poder do Mediterrâneo para o Atlântico norte.
- A territorialidade e as tensões entre centros e periferias, visando identificar as dimensões da economia, do território e da cultura na formação das nações; a formação de fronteiras geográficas em oposição à integração capitalista da Europa.

De acordo com a síntese elaborada pelo professor Peter Flora, um dos principais intérpretes da obra de Rokkan:

O modelo compreende toda a história de formação das nações, dos Estados-nação e da democracia de massas na Europa: ele constitui um esforço para interpretar as vari-

áveis centrais do longo e complexo processo que gerou a atual configuração territorial, econômica e política europeia. (FLORA, 1981, p. 398).

Segundo Rokkan, a diferenciação entre os territórios ao longo das dimensões econômica, política e cultural ocorre essencialmente por decisões tomadas pelas respectivas elites em momentos cruciais da evolução histórica. Decisões que, com o tempo, podem se revelar como erros de gestão macroeconômica ou escolhas infelizes, embora moldem a sociedade por longos períodos. Essas decisões fomentaram ou atrasaram os processos que possibilitam a consolidação de uma unidade territorial.

Em primeiro lugar, tem-se a formação de um Estado e de seu aparato administrativo, que viabiliza o reconhecimento e a defesa de fronteiras nacionais. O segundo desafio consiste no estímulo à unidade nacional, seja por meio da padronização de uma língua nacional, seja pela adoção de uma religião oficial, seja pela criação de um sistema público de educação. Segue-se o desafio para institucionalizar canais de participação, representação e oposição política. O quarto desafio consiste na redistribuição de parcela da riqueza nacional, seja pela adoção de um sistema redistributivo para as regiões – por exemplo, mediante uma federação –, seja pela equalização das chances de crescimento econômico para o cidadão mediante o Estado de Bem-Estar Social.

O enfoque teórico de Rokkan prioriza a interpretação do desenvolvimento político dos diferentes territórios que constituem a Europa e suas interações com o desenvolvimento econômico e cultural. Nesse sentido, suas pesquisas integram uma teoria do desenvolvimento, sendo influenciadas pela preferência por destacar não a unidade, mas a diversidade. Segundo ressalta Flora (2000), por exemplo, Rokkan pesquisou as razões pelas quais a formação de Estados-nação teve início na periferia do antigo Sacro Império Romano-Germânico, como nos casos de Portugal e Áustria. De modo similar, interessou-se mais em estudar por que o direito ao voto foi universalizado após sucessivas etapas em certos países, enquanto foi

adotado de modo repentino em outros, ao invés de analisar a expansão do direito ao voto como um todo na Europa. Para Flora, a prioridade de Rokkan às variações estruturais entre regiões configura relevante ajuste no grau de abstração e generalização da maioria das macroteorias pre-valetentes nas ciências sociais.

A política como fenômeno espacial no Brasil

Em 1965, Rokkan foi responsável por organizar conferência internacional, patrocinada pela UNESCO, visando estabelecer o estado da arte em estudos comparativos de processos nacionais de desenvolvimento. Seguiu-se uma série de simpósios específicos, que culminaram em uma segunda conferência, em 1970, visando debater o quanto os elementos da experiência europeia poderiam ser utilizados na pesquisa sobre processos de desenvolvimento em outros continentes. Os resultados foram publicados em dois volumes, em 1973, editados por Rokkan e S. Eisenstadt, sob o título *Building States and Nations*. No segundo volume, um dos capítulos foi redigido pelo cientista político mineiro Simon Schwartzman, no mesmo período em que concluía sua pesquisa de doutorado na Universidade da Califórnia. Inicialmente sua tese foi publicada com o título *São Paulo e o Estado nacional*; a segunda versão recebeu o título *Bases do autoritarismo brasileiro*.

A tese de Schwartzman (1973) argumenta que a análise de subsistemas regionais implica uma reviravolta teórica, de tal modo que o conhecimento gerado não é apenas “melhor” do que a análise da política nacional, mas propicia uma forma diferente de compreensão. A partir dessa constatação, propõe uma interpretação do caso brasileiro a partir de quatro regiões diversas: São Paulo, como centro econômico dinâmico; Rio de Janeiro, tido, por longo tempo, como centro urbano e político nacional em aliança com as oligarquias regionais do país; Minas Gerais, como a tradicional economia agrícola em decadência, mas com forte influência no cenário nacional; e, por fim, o Rio Grande do Sul, região militarizada na distante fronteira e cujas elites, por longo período, influenciaram a política nacional.

Schwartzman registra que um aspecto de construção nacional de alguns países europeus – as redes urbanas nas fronteiras do continente com elevado grau de militarização da sociedade, as quais Rokkan identifica em Portugal e na Áustria – lembra a rede de cidades gaúchas situadas na metade sul do estado e que delimitam a divisão territorial com as colônias espanholas. Ressalta que os políticos gaúchos que exerceram influência na esfera nacional eram originários da oligarquia formada na metade sul – região marcada pelos campos naturais, pelas vastas estâncias de pecuária extensiva e pelo vazio demográfico, os quais constituíam o cenário de conflitos militares, levantes e guerras constantes ao longo do século XIX.

Em obra posterior, Schwartzman (1975) argumenta que a interpretação da formação política brasileira necessariamente depende da análise das contradições entre o centro econômico dinâmico, centralizado em São Paulo, e o centro do poder político, no eixo Rio de Janeiro-Brasília. O autor enfatiza que, em São Paulo, historicamente, surgiram fortes pressões contra as tendências centralizadoras do governo federal, seja por parte do empresariado, seja por parte do movimento sindical.

Esse enfoque, de acordo com Schwartzman, é relevante na medida em que, contrariando a análise de perspectiva marxista, o Estado, no sistema político brasileiro, não é mero agente de uma classe, mas mantém uma dinâmica própria, compreensível apenas pelo exame da sua formação histórica. Parte de uma perspectiva weberiana de que o Estado brasileiro é essencialmente patrimonial, com interesses próprios no controle da transição para a modernidade, em continuidade com a história portuguesa.

No contexto desse argumento, importa resgatar que Bandeira (1994) buscou compreender as causas para o declínio secular da importância relativa da metade sul na economia e política do RS, interpretando o comportamento de segmento central da elite regional. Os pecuaristas seriam agentes econômicos que preferem uma rentabilidade mais baixa, porém segura, oriunda da pecuária extensiva nos campos naturais, a enfrentar os riscos de perda de capital implícitos nos investimentos necessários para a introdução de cadeias produtivas alternativas que dinamizem a economia regional.

Assim, torna-se possível entender o comportamento conservador dos pecuaristas no Pampa – donos de largas extensões de terra e sustentáculos da oligarquia regional –, o qual não decorre de uma eventual incompetência ou de desconhecimento administrativo. Decorre de uma decisão gerencial com uma racionalidade particular, que privilegia a segurança de um rendimento mais baixo, porém suficiente para a reprodução do latifúndio, em detrimento de uma rentabilidade potencialmente mais arriscada na agricultura empresarial ou na indústria.

Torna-se fácil identificar o momento histórico em que se definiram as condições que iriam determinar, nas décadas seguintes, o declínio da Região Sul no contexto da economia e da sociedade gaúchas. Esse momento transcorreu por volta da virada do século, quando uma conjugação de fatores contribuiu para transformar Porto Alegre no principal centro industrial do estado, ao mesmo tempo em que fazia com que começasse a atrofiar-se a incipiente indústria das principais cidades da [Metade] Sul. (BANDEIRA, 1994, p. 31).

Tal argumento explicaria o abandono precoce da industrialização, iniciada no eixo Pelotas-Rio Grande, mas posteriormente deslocada para Porto Alegre, bem como a adoção tardia de alternativas para a diversificação da economia da metade sul, como a lavoura de arroz nas várzeas.

Herrlein Jr. (2000) complementa o argumento apresentando a tese de que a industrialização, no entorno de Porto Alegre, não apenas impactou na trajetória de modernização da sociedade gaúcha, mas também possibilitou estruturar um modelo regional único, que manteve, ao longo do século XX, o RS como a quarta economia regional do país. O que não minimizou, segundo Oliven (1993), uma tradição de reclamações, por parte da oligarquia regional, de que o RS estaria sendo prejudicado pelas políticas federais.

O comparativismo com casos não-europeus

O cientista político alemão Dieter Senghaas integrou a proposta teórica de Innis, que enfatiza o papel dependente de economias especializadas em poucos produtos primários de exportação e o papel exercido por oligarquias regionais na tomada de decisão em momentos históricos cruciais para o rumo do desenvolvimento territorial. Senghaas (1982) utilizou esse marco referencial para comparar as trajetórias do desenvolvimento entre a Dinamarca e o Uruguai, países cujas economias dependeram essencialmente da exportação de produtos primários para a Inglaterra ao longo dos séculos XIX e XX.

Segundo Senghaas, em meados do século XIX, tanto a Dinamarca como o Uruguai dispunham de fatores de crescimento similares: limitada extensão territorial, baixa densidade populacional, ausência de riquezas minerais e ampla parcela dos solos agriculturáveis. Em ambos os casos, o impulso inicial para o crescimento econômico e a modernização da sociedade decorreu de uma limitada pauta de exportação para a Inglaterra, a potência global da época. Enquanto o Uruguai especializou-se na exportação de carne bovina, couros e lã, a Dinamarca priorizou a exportação de trigo, laticínios e embutidos.

Senghaas questiona a razão pela qual, ao longo de um século, os dois países, com condicionantes econômicas similares, desenvolveram sociedades democráticas diferentes entre si. A Dinamarca aparece integrando o centro do capitalismo, enquanto o Uruguai figura como país periférico no sistema global.

Parte da resposta proposta pelo autor residiria na diferença entre as estruturas agrárias. Em 1780, mais de 75% da área agrícola da Dinamarca pertencia a apenas oitocentas famílias da nobreza. Influenciado pelo Iluminismo francês, porém, sem o conflito armado pelo qual passaria a França, a elite dinamarquesa promoveu a libertação dos servos rurais, bem como um processo de reforma agrária que democratizou o acesso à terra e criou a classe dos agricultores familiares. No Uruguai, porém, manteve-se a estrutura das estâncias de pecuária extensiva nos campos naturais.

A estrutura agrária desigual gerou prioridades diferentes para as respectivas elites. Sem experimentar uma revolução, a Dinamarca passou da monarquia absolutista para o parlamentarismo. O cooperativismo abarcou quase a totalidade da nova agricultura familiar no que se refere ao investimento para beneficiamento dos produtos resultantes da intensificação da pecuária de leite e da criação de suínos. No Uruguai, a elite deu continuidade à pecuária extensiva de baixa intensidade tecnológica, priorizando a redução dos riscos. Manteve-se a importação de produtos de luxo ingleses bem como o acesso a crédito no mercado financeiro de Londres para financiar a infraestrutura nacional – como ferrovias e eletrificação –, fazendo do Uruguai um protetorado informal britânico.

Pesquisadores como Anderson (1975) e Stabler (1986) ressaltam outra parte da resposta, que residiria na precoce alfabetização da população rural mediante escolas comunitárias na Dinamarca. Em 1814, o ensino fundamental, dos sete aos catorze anos, tornou-se obrigatório. Foram criadas escolas profissionalizantes para jovens agricultores baseadas na pedagogia da alternância, houve contínua expansão do sistema de educação técnica e universalização do acesso ao ensino superior, fomentando a capacidade de adaptação e inovação da economia dinamarquesa.

De acordo com Gato (2011), destaca-se o sistema de ensino público aos adultos, que contribuiu, por volta de 1850, para erradicar o analfabetismo na Dinamarca. Com o estabelecimento do parlamentarismo, em 1901, o partido dos agricultores familiares recebeu ampla votação e tornou-se parte do governo. Em 1939, o educador Peter Manniche rotulou a peculiaridade do processo de desenvolvimento dinamarquês como “um laboratório social” (MANNICHE, 1969).

Concluindo, Senghaas (1982) enfatiza que a comparação entre os casos da Dinamarca e do Uruguai permite inferir que não são primordialmente fatores geográficos ou demográficos que determinam trajetórias do desenvolvimento territorial de pequenas democracias; são, essencialmente, decisões tomadas pela elite em momentos de crise – momentos cruciais

do processo histórico que determinam, por longo prazo, as oportunidades e as limitações para mudanças no âmbito social, político e econômico.

Referências

ANDERSON, Robert. **Denmark: success of a developing nation**. Cambridge: Schenkman Publishing Company, 1975.

BANDEIRA, Pedro. As raízes históricas do declínio da Região Sul. In: ALONSO, J.; BENETTI, M.; BANDEIRA, P. (org.). **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994, p. 7-48.

DAALDER, Hans. Stein Rokkan 1921-1979: a memoir. **European Journal of Political Research**, v.7, n. 4, p. 337-355, 1979.

DAHL, Robert. Stein Rokkan. **Journal Political Science and Politics**, p. 110-111, 1980.

ERSSON, Svante. Revisiting Rokkan: on the determinants of the rise of democracy in Europe. **Historical Social Research**, v. 20, n. 2, p. 161-187, 1995.

FAUSTO, B.; DEVOTO, F. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Editora 34, 2004.

FLORA, Peter (org.). **Staat, Nation und Demokratie in Europa: die Theorie Stein Rokkans aus seinen gesammelten Werken rekonstruiert von Peter Flora**. Frankfurt: Suhrkamp, 2000.

FLORA, Peter. Stein Rokkans Makro-Model der politischen Entwicklung Europas: ein Rekonstruktionsversuch. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialforschung**, v. 33, n. 3, p. 397-398, 1981.

GATO, Rui. **N. F. S. Grundtvig e as escolas populares dinamarquesas: contributos para a educação dos adultos**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação), Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

HAGTVET, Bernt. Stein Rokkan. Store Norske Leksikon. 28 set. 2014. Disponível em: https://nbl.snl.no/Stein_Rokkan. Acesso em: 20 maio 2019.

HALLER, M.; HÖLLINGER, F. Zentren und Peripherien in Europa. **Historical Social Research**, v. 20, n. 2, p. 8-54, 1995.

HERRLEIN JUNIOR, Ronaldo. **Rio Grande do sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil meridional?** Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

KOMMISRUUD, Arne. **Historical sociology**: a Rokkanian approach to Eastern European development. Lanham: Lexington Books, 2009.

MANNICHE, Peter. **Denmark**: a social laboratory. [1939]. Oxford: Pergamon, 1969.

OLIVEN, Ruben. São Paulo, o Nordeste e o Rio Grande do Sul. **Ensaios FEE**, v. 14, n. 2, p. 397-409, 1993.

ROKKAN, Stein. **Staat, Nation und Demokratie in Europa**. Frankfurt: Suhrkamp, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Forense, 1975.

SCHWARTZMAN, Simon. Regional contrasts within a continental-scale state: Brazil. *In*: ROKKAN, S.; EISENSTADT, S. (ed.). **Building states and nations**. Los Angeles: Sage Publications, 1973, p. 209-231. v. 2.

SENGHAAS, Dieter. **Von Europa lernen**: entwicklungsgeschichtliche Betrachtungen. Frankfurt: Suhrkamp, 1982.

STABLER, Ernest. **Founders**: innovators in education (1830-1980). Edmonton: The University of Alberta Press, 1986.

STORM, Eric. Regionalism in history, 1890-1945: the cultural approach. **European History Quarterly**, v. 33, n. 2, p. 251-265, 2003.

WINKLER, Jürgen. Stein Rokkan (1921-1979). *In*: BLEEK, W.; LIETZMANN, H. (ed.). **Klassiker der Politikwissenschaft**: von Aristoteles bis Easton. München: C.H. Beck, 2005.

HIRSCHMAN E O SURTO DE INSTITUIÇÕES NO NORDESTE

Albert Otto Hirschman nasceu em Berlim, em 1915, em uma família de classe média alta. O pai era cirurgião em um dos principais hospitais da cidade. Apesar de os pais serem judeus, foi batizado como protestante. Coursou o *Lycée Français* de Berlim – uma escola de elite – e concluiu o ensino médio pouco antes de o regime nazista chegar ao poder. Iniciou disciplinas em Economia na Universidade de Berlim e envolveu-se na organização de jovens do Partido Social-Democrata, o mesmo grupo do futuro primeiro-ministro Willy Brandt.

O falecimento do pai e as primeiras medidas antisemitas do governo persuadiram Hirschman a emigrar para a França em abril de 1933. Em Paris, matriculou-se na *École des Hautes Études Commerciales*, onde, segundo narra seu biógrafo, as aulas de geografia econômica exerceriam um impacto duradouro sobre Hirschman. A sensibilização em relação à importância do território físico e às peculiaridades sociais dos países fortaleceu sua tendência a olhar com ceticismo para as teorias que definiam os pré-requisitos do desenvolvimento por indicadores macroeconômicos – como investimento ou poupança –, sem levarem em conta outros traços característicos do país. Concluída a graduação, em 1935, Hirschman recebeu uma bolsa na *London School of Economics*.

No ano seguinte, decidiu participar, como voluntário, da Guerra Civil Espanhola, viajando de Londres para Barcelona a fim de alistar-se nas Brigadas

Internacionais. Desistiu após as primeiras semanas, quando sua unidade ia ser transferida para a defesa de Madri. Os atritos internos e a influência crescente dos comunistas de orientação stalinista desiludiram-no (LEPENIES, 2009).

Entre 1936 a 1938, cursou o doutorado na Universidade de Trieste, na Itália. Seus primeiros textos acadêmicos foram sobre questões da economia italiana. Hirschman escolheu Trieste porque ali residia a irmã Ursula, que havia se mudado para a cidade com o marido, o filósofo italiano Eugenio Colorni. Este pertencia a um grupo de antifascistas do qual Hirschman tornou-se membro. Ambos concordavam quanto à necessidade de se combater o regime fascista de Mussolini, mas sem recorrer a uma ideologia específica. Colorni foi preso, e Hirschman evitou o cárcere viajando às pressas para Paris.

Depois que os alemães invadiram a França, Hirschman alistou-se no exército francês, combatendo em uma unidade constituída por jovens voluntários alemães e italianos. Entre julho e dezembro de 1940, juntou-se a Varian Fry em Marselha. Financiados pelo Comitê de Resgate de Emergência, que havia sido formado por intelectuais norte-americanos e europeus emigrados, Fry e seus voluntários organizaram a fuga de mais de 200 mil refugiados da França. Não existia possibilidade legal de deixarem este país, mas as autoridades espanholas concediam vistos para Portugal, que possibilitava a travessia em navios para a América. O desafio, portanto, era encontrar formas de entrar na Espanha sem ser preso. A principal responsabilidade de Hirschman era organizar vistos e encontrar trilhas secretas para cruzar os Pireneus. Foi por uma dessas trilhas que o próprio Hirschman partiu para os Estados Unidos.

Em 1940, uma bolsa da Rockefeller Foundation possibilitou a Hirschman uma posição como pesquisador na Universidade de Berkeley, na Califórnia. Seu primeiro livro, *National power and the structure of foreign trade*, foi publicado em 1945. Em contraste com ideias liberais, de que o comércio internacional seria benéfico para todos os parceiros comerciais, Hirschman, usando o exemplo da Alemanha, mostrou que o peso econômico capacitou o império alemão a exercer uma influência política sobre países vizinhos. A descrição desses efeitos negativos do comércio e da dependência po-

lítica, resultantes das desigualdades econômicas, antecipou argumentos empregados, nos anos 1960, pela teoria da dependência.

Em 1943, Hirschman alistou-se novamente como voluntário e tornou-se cidadão norte-americano. Serviu no norte da África e na Itália, retornando aos EUA em 1946. Até 1952, trabalhou no *Federal Reserve Board*, em Washington, integrando a equipe do Plano Marshall para a reconstrução da Europa Ocidental. Durante esse período, aprofundou seu interesse pelas teorias do desenvolvimento econômico.

Assumindo o cargo de assessor econômico do governo da Colômbia, em 1952, mudou-se para Bogotá e estabeleceu uma empresa independente de consultoria. Viajava aos EUA para apresentar trabalhos em conferências sobre sua experiência com processos de desenvolvimento. Suas contribuições causaram debate na comunidade de economistas, sendo convidado, pela Universidade de Yale, a condensar suas observações em um livro: o clássico *Strategy of economic development*. Depois dessa publicação, Hirschman recebeu a oferta de uma cátedra na Universidade de Columbia; depois, em Harvard; e, por fim, em Princeton.

Decisões quanto ao desenvolvimento na região Nordeste

Em 1959, a fundação Twentieth Century Fund organizou um grupo de pesquisadores americanos especializados em estudos latino-americanos visando debater o estado da arte quanto aos problemas do desenvolvimento no continente. Um tema que surgiu repetidamente nas reuniões foi se seria possível identificar o enraizamento de políticas públicas na América Latina; ou seja, a hipótese de que existiria uma forma específica de articulação de coalizações políticas que priorizasse determinadas políticas públicas para lidar com os problemas do desenvolvimento territorial no contexto latino-americano.

Impressionado com as dificuldades do grupo em fazer generalizações quanto à hipótese, Hirschman propôs um estudo comparativo quanto à

capacidade de atuação do Estado em solucionar os problemas para “tornar realidade sociedades progressistas, justas e livres”.

Nosso inquérito aceita como tal a estrutura política existente, com todos os seus defeitos, e pergunta, se e como, o peso e a urgência de certos problemas da política econômica podem ainda assim levar à ação construtiva. A nossa hipótese básica de trabalho deve ser a de que, dentro de limites bem amplos, a existência de defeitos de estrutura política não constitui impedimento absoluto ao progresso no trato dos problemas de política econômica. (HIRSCHMAN, 1965, p. 17).

O projeto foi aprovado, englobando a análise da ação do Estado na democratização do acesso à terra pela reforma agrária na Colômbia e a estratégia do governo do Chile para controlar a inflação. No Brasil, a pesquisa buscava interpretar a ação do Estado em enfrentar a pobreza na região Nordeste, promovendo, por meio de uma autarquia federal, o desenvolvimento regional.

O trabalho de campo foi realizado, ao longo de 1960, por Hirschman, com assessoria de Charles Lindblom, da Universidade de Yale. Entrevistaram gestores públicos, lideranças políticas, sindicalistas e intelectuais no México, na Colômbia, no Chile, na Argentina e no Brasil – onde chegaram quando da fase final do governo de Juscelino Kubitschek. A Universidade de Columbia concedeu licença de um ano a Hirschman para análise do material e redação dos estudos de caso.

Em meados de 1962, ele retornou aos três países para sanar dúvidas e coletar material adicional. O estudo foi publicado em janeiro de 1963, sendo traduzido e publicado dois anos mais tarde no Brasil (HIRSCHMAN, 1965), com dedicatória ao economista Celso Furtado – quem, àquela altura, já se encontrava no exílio. O problema de pesquisa foi sintetizado como:

Em seu decurso, os processos de desenvolvimento econômico e de modernização impõem aos encarregados de tomar de-

cisões uma ampla variedade de problemas políticos; o êxito da promoção do desenvolvimento depende nitidamente, em grande parte, de como tais problemas são enfrentados e conduzidos [...] Existe algum ‘estilo’ ou ‘estratégia’ especificamente brasileira, colombiana, chilena, ou latino-americana de resolver problemas? [...] O desejo de documentar essa afirmação leva diretamente ao principal interesse desse livro, ou seja, à investigação do comportamento dos homens de governo que tomam as decisões nas situações em que têm de resolver problemas. (HIRSCHMAN, 1965, p. 13/15).

Já na Introdução, Hirschman ressalta que diversos dos resultados obtidos nos estudos de caso não permitem generalização; ou seja, as políticas públicas analisadas são dependentes do seu contexto. Enfatiza haver partido do pressuposto de que não existem pré-requisitos para o bom governo; toda a sociedade pode avançar no desenvolvimento territorial, tal como ela está constituída. Inicia o capítulo sobre o estudo de caso no Brasil definindo que: “O problema original do Nordeste, e durante longo tempo o único percebido com clareza, foi o fenômeno climático da seca periódica” (HIRSCHMAN, 1965, p. 23). Argumenta que a experiência de políticas públicas de enfrentamento à seca detém longo histórico, o que justificaria o estudo do conhecimento acumulado.

Interessava a Hirschman, principalmente, entender o que chamou de “surto de instituições”, ocorrido no período entre 1900 e 1960; ou seja, interpretar a criação de novas organizações federais a cada grande seca, como o DNOCS, a CODEVASF, a CHESF, a SUDENE e o Banco do Nordeste. A criação de uma nova instituição a cada grande seca “seria motivada pela descoberta de novas tarefas e novas maneiras de encarar o problema?” (HIRSCHMAN, 1965, p. 32).

Em suas conclusões, Hirschman argumenta que, frente a problemas prementes, os gestores públicos são motivados a agir de forma intempestiva, dada a necessidade de prevenir, ou suprimir, o protesto popular. A primeira

reação a problemas prementes de desenvolvimento econômico são ações paliativas, como as frentes de trabalho ou a distribuição de cestas básicas no Nordeste – ações executadas sem um mínimo de análise ou estudo do problema em questão. Trata-se de uma estratégia adaptativa, conhecida, nos estudos da administração, como *muddling trough*. Decorre daí o retorno recorrente do problema, em geral, de forma cada vez mais grave.

Em segundo lugar, frente à persistência do problema, os gestores públicos buscam uma solução única e direta, a “cura”. Em geral, olham para outros países, dos quais acabam copiando ideias, planos e novos modelos organizacionais, em que os meios levam precedência sobre os fins.

Para Hirschman, a capacidade de aprendizado, por parte do Estado, acaba minada tanto pela ansiedade dos gestores em implementar uma solução pronta como pela insistência de consultores internacionais com seus próprios interesses. Ele registra, nos três estudos de caso, que o abandono de uma política originalmente saudada como cura milagrosa, como salvação, segue argumentos recorrentes. Busca-se uma nova solução simplificada, sem necessariamente concluir o enfoque prévio. Mediante o fracasso da construção de açudes e reservatórios de água no Nordeste, eles passam a ser criticados, embora continuem sendo construídos com verbas públicas. Organizações federais, criadas a cada seca, mesmo sem obterem impacto positivo, continuam funcionando.

É acima de tudo na recordação da experiência brasileira que se é levado ao espanto pela aparente falta de memória dos formuladores políticos e por sua insistência em proclamar a futilidade e quase a inexistência de esforços anteriores. Cada vez é proposta uma nova agência ou é lançado um novo programa com grandes esperanças e a melhor das intenções, parecendo quase esquecido o fato de que similares esperanças e previsões animaram os esforços anteriores. Há poucas tentativas em esmiuçar quer o que correu bem, quer a razão dos desapontamentos. Ao propor a criação da Sudene, por

exemplo, Kubitschek disse repetidamente que a ajuda ao Nordeste consistira até então em pouco mais que medidas improvisadas de socorro [...]. Tal afirmação, repetindo quase palavra por palavra anteriores dos presidentes Penna, Pessoa e Vargas, cinquenta, quarenta e trinta anos antes, parece quase cômica, tendo em vista os enormes esforços anteriores. (HIRSCHMAN, 1965, p. 278).

Para Hirschman, a insistência, por parte de lideranças políticas, em minimizar e, se possível, esquecer os esforços prévios pode ter a sua utilidade na medida em que relativiza a nova política ou a nova organização, fazendo com que poucos acreditem que ela será realmente exequível. Além disso, valoriza temporariamente o novo gestor, até que sua solução mostre-se igualmente fracassada.

Referências

- BIANCHI, Ana. As muitas travessias de Albert Hirschman. **Revista Economia Ensaios**, v. 27, n. 2, p. 7-16, 2013.
- BIANCHI, Ana. Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 131-150, 2007.
- HIRSCHMAN, Albert. **Política econômica na América Latina**. Tradução Carlos Aguiar, Jorge Fortes. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.
- LEPENIES, Philipp. Possibilismo: vida e obra de Albert O. Hirschman. **Novos Estudos** – CEBRAP, v. 83, p. 65-88, 2009.
- MALUF, Renato. Hirschman e a dessacralização da epopeia do desenvolvimento por um desenvolvimentista. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 1, p. 43-63, 2015.

REGIONALISMOS EM CONFLITO NOS EUA

Integrando ideias e concepções originárias da fase inicial da colonização, a doutrina do Destino Manifesto – *Manifest Destiny*, em inglês – foi uma expressão cunhada, em 1845, por um jornalista que, em editorial, protestava contra investimentos dos governos da França e da Inglaterra em suas colônias no continente americano, pois estariam limitando a expansão dos EUA. O termo tornou-se popular, carregado de múltiplos significados, especialmente o de que a nova nação teria a missão de mudar o mundo. Valorizava-se, assim, a concepção de que os EUA seriam uma nação única na história, conhecida como o “excepcionalismo americano”, devido à integração das correntes imigratórias que trouxeram as culturas europeias para o Novo Mundo.

Segundo essa doutrina, a nação norte-americana seria abençoada por deter a razão e a autonomia para declarar a independência e criar uma república, em oposição à intolerância religiosa e às monarquias do Velho Mundo. Essa jovem nação teria sido escolhida para beneficiar a humanidade com suas ideias e seu estilo de vida, trazendo a liberdade, a democracia e a qualidade de vida para todos. Tratava-se de um novo modelo de desenvolvimento, sendo o continente norte-americano a terra prometida a esse novo povo.

Ao longo do século XIX, a concepção do Destino Manifesto serviu como justificativa popular para a contínua apropriação das terras, na esteira da expansão da colonização da costa do Atlântico até o litoral do Pacífico. Posteriormente, justificou o nascente imperialismo presente na

ocupação de territórios do México, na anexação do Havaí, bem como na guerra contra a Espanha, além da apropriação de terras da Colômbia para construção do canal do Panamá. Tal concepção enfatizava tratar-se de uma nova nação, com uma nova cultura: o “americanismo”.

Regionalismos e diversidade cultural

Com base em dados coletados nos anos 1950/60, Wilbur Zelinsky, professor de geografia da Universidade Estadual da Pensilvânia, publicou estudo pioneiro sobre a diversidade da geografia cultural dos EUA. Nele, apresentou a dedicatória “ao país que mais amo” (ZELINSKY, 1973, p. ix), possivelmente se precavendo contra críticas por parte de defensores da concepção do americanismo. Contrariando a interpretação unitária dos EUA, Zelinsky apresentava um país dividido em regiões culturais, que transcendiam divisões político-administrativas.

As culturas regionais seriam compostas por valores e ideias próprias, que implicam especificidades regionais na política e na economia. Para a interpretação dessa diversidade, Zelinsky propôs a tese da Primeira Ocupação Efetiva do Território – *Doctrine of First Effective Settlement*, em inglês. Segundo esse enunciado, quando colonizadores deslocam a população original de um território, logrando ocupar aquele espaço de modo permanente, as especificidades culturais desses primeiros colonizadores terão significado crucial para a geografia social.

Verifica-se a continuidade na permanência das características culturais, dos valores e das normas dos primeiros colonizadores, mesmo com tamanho reduzido dessa população inicial. De acordo com Zelinsky, a permanência de características culturais dos primeiros ocupantes da região pode ser constatada em longo prazo, influenciando o comportamento da população futura daquele território. Importa ressaltar, aqui, os conceitos de possibilidades e de influência, e não uma ideia de determinismo.

Partindo dessa hipótese, Zelinsky identifica três polos de colonização dos EUA a partir do litoral do Atlântico, decorrentes de projetos de ocupa-

ção originalmente concorrentes – ou mesmo opostos – entre si. Trata-se de polos que teriam originado culturas regionais distintas, as quais, até hoje, influenciam as características políticas, sociais e econômicas do país.

- Região da Nova Inglaterra – Contempla o litoral nordeste, que foi ocupado, entre 1620 e 1750, majoritariamente por agricultores familiares britânicos com tradições religiosas ortodoxas, formando as primeiras instituições, regras de governo local, igrejas, tribunais, escolas e universidades e cujos valores políticos, religiosos e econômicos dominaram o período crítico de formação da cultura política nacional entre 1780 e 1880. O porto de Boston foi o polo difusor de pessoas, ideias e valores para a região e, posteriormente, para o país.
- Região dos *Midlands* – Contempla originalmente as “terras do meio”, a região central situada entre o litoral nordeste e a costa sul e cujo centro cultural esteve no estado da Pensilvânia. Teve o porto de Filadélfia como polo dinâmico e foi originalmente ocupada por grupos de imigrantes calvinistas de origem diversa, vindos, entre outros, da Holanda e dos países nórdicos. Posteriormente, entre 1680 e 1830, foi marcada pelo predomínio de agricultores familiares e colonizadores das regiões centrais da Inglaterra – conhecidas como *Midlands* – e do oeste da Alemanha. Apesar da proximidade geográfica, a região no entorno do porto New York, devido a suas características próprias, recebe uma classificação diferenciada.
- Região Sul – Trata-se do projeto de colonização mais antigo, iniciado em 1607, e que acabou por ocupar a área geográfica mais extensa, indo do litoral do Atlântico até o Texas. Originado pela ocupação da Virgínia, com o porto de Jamestown, expandiu-se pelo litoral sul, tendo o porto de Charleston como polo dinâmico. Modelo empresarial de colonização privada, foi conduzido por investidores da bolsa de Londres, baseando-se na exportação de matérias-primas oriundas de extensas propriedades de agricultura patronal. Expandiu-se pela lucratividade das lavouras

de tabaco e algodão, com uso de mão de obra de escravos trazidos da África, copiando modelo comercial desenvolvido nas ilhas do Caribe para a lavoura da cana-de-açúcar – que, por sua vez, foi inspirada nos engenhos portugueses do Brasil.

Para Zelinsky, apesar de compartilharem uma tradição cultural, política e econômica britânica, esses três projetos de colonização não buscavam a unidade e, durante os primeiros dois séculos de ocupação, suas respectivas elites dirigentes não imaginavam que um dia contribuiriam para a constituição de um país unificado.

De modo complementar, Ellis (2000) argumenta que, pelo fato de que as colônias originais enfrentavam um inimigo em comum – a Coroa inglesa – , criaram – a contragosto e sob pressão – uma confederação para avançar a guerra da independência, entre 1776 e 1786. Sem plano previamente acordado, acabaram por criar um novo país – a primeira república federativa, desde o início cindida quanto a decisões pertinentes ao conceito de liberdade, em especial à questão da escravidão. A Guerra Civil, entre 1861 a 1865, foi vencida pela união das regiões da agricultura familiar do norte do país, garantindo a abolição da escravidão, a integridade do território e a expansão rumo ao Pacífico.

Zelinsky desenvolve o argumento de que, a partir de três culturas regionais, mediante a ocupação dos demais espaços do continente, originaram-se duas outras culturas regionais: o Meio Oeste e o Oeste.

- Região do Meio Oeste – contempla a porção centro-norte do país, incluindo regiões vizinhas no Canadá. Corresponde à cultura mediana da nação por ter sido formada, entre 1800 e 1900, por migrantes das três regiões culturais originais. Teve o porto de Chicago como um de seus polos dinâmicos, sendo colonizada não a partir do litoral, mas de rotas internas.
- Região do Oeste – ocupa cerca de metade do território nacional e constituiu-se fortemente, no imaginário, como o oeste selvagem, sem lei, onde vaqueiros de grandes fazendas da

pecuária extensiva e colonos estavam em conflito entre si e com a população indígena. A colonização iniciou-se a partir do sul, por estâncias de pecuária mexicanas, e, posteriormente, pelo litoral do Pacífico, a partir da corrida do ouro na Califórnia.

Com base nessa tipologia de cinco macrorregiões culturais, Zelinsky classifica a ideia da homogeneidade da identidade norte-americana como um mito popular, ressaltando, nas últimas páginas, que não pretende oferecer uma conclusão, mas esboçar o quadro da diversidade. O livro encerra-se de modo elegante, propondo a questão: “Quem somos nós, os americanos?” (ZELINSKY, 1973, p. 140).

A cautela ao final do estudo talvez possa ser compreendida pelo contexto da publicação – ocorrida no auge da Guerra Fria e da Guerra do Vietnã – , cuja racionalidade residia no discurso da preservação do *american way of life* – pretensamente, uma estratégia americana de desenvolvimento. Segundo Hofstadter (1964), a cultura política americana é caracterizada por uma tendência paranoica em identificar, recorrentemente, conspirações externas que colocariam em risco o paradigma econômico norte-americano.

As nove nações

Uma década após Zelinsky ter estimulado o debate sobre culturas regionais, Joel Garreau publicou livro que se tornou um best-seller, com o provocativo título *As nove nações da América do Norte*. Garreau foi editor do jornal *Washington Post* durante os anos 1970, recebendo relatos dos jornalistas que viajavam pelo país atrás de reportagens acerca das culturas regionais, as quais despertaram sua curiosidade.

Garreau (1981) relata que dedicou dois anos ao projeto para viajar pelo país e mapear essas diferenças, propondo o argumento de que existiriam nove culturas regionais distintas na América do Norte. Estas não seguem as fronteiras administrativas – ao norte, com o Canadá, ou ao sul, com o México – nem respeitam os limites entre os cinquenta estados. O autor

vai além do conceito de cultura regional e afirma serem nove nações. Além das cinco regiões descritas originalmente por Zelinsky, o autor identifica:

- Quebec – a maior e mais industrializada região do Canadá, limítrofe aos EUA, formada por uma população que majoritariamente fala francês. Nos anos 1970/80, parcela da população sentia-se coagida pelo predomínio cultural do inglês nas regiões do país, a ponto de propor referendo popular sobre a possibilidade de separar-se do Canadá – o que foi evitado mediante intenso esforço político e econômico para manter a federação.
- Litoral do Pacífico – estreita faixa entre o oceano Pacífico e a cadeia das Montanhas Rochosas na Califórnia; social e economicamente diferenciada da Região do Oeste. Trata-se da região economicamente mais dinâmica do país, com aglomerados produtivos que combinam indústrias de tecnologia, de informática e de entretenimento.
- Arquipélago – região sob influência econômica da Flórida, que inclui desde o porto de Miami, as ilhas do Caribe e o litoral da América Central, até o litoral norte da Venezuela.
- *Mex-America* – amplo território que engloba desde o sul da Califórnia até a região central do México. Após a capital do México, a cidade de Los Angeles congrega a segunda maior população de cidadãos mexicanos da região.

Garreau enfatiza que a divisão em nove nações corresponde a modelos de crescimento econômico e culturas políticas diferenciadas, em conflito entre si pela hegemonia na federação. Essa seria a forma como a América do Norte efetivamente funciona, para além dos limites administrativos municipais ou estaduais. De acordo com o autor, cada uma dessas nações implica redes de poder e de finanças próprias, além das folclóricas distinções por sotaque ou culinária, estabelecendo alianças ou conflitos entre si na gestão dos territórios.

As onze nações da América do Norte

Três décadas mais tarde, o historiador Colin Woodard publicou análise significativamente mais detalhada dos regionalismos na América do Norte, registrando três federações – o Canadá, os EUA e o México – divididas em onze nações (WOODARD, 2011). O autor abandona a precaução das publicações anteriores e enfatiza rivalidades e oposições entre essas regiões, afirmando que o fato mais surpreendente sobre a história dos EUA e seus vizinhos não é a unidade – apesar da extensão territorial –, mas as clivagens regionais que perduram por longos períodos.

Woodard enfatiza que, desde os anos 1960/70, a divergência entre as regiões, nos EUA, vem se intensificando; agora, no formato de conflitos econômicos e culturais sobre temas correlatos ao conceito de liberdade, como o formato do Estado de Bem-Estar Social, a política agrícola ou o grau de militarização da política externa. Esses conflitos traduzem-se em marcantes diferenças entre políticas públicas nos diferentes entes federativos e na crescente agressividade partidária das campanhas presidenciais.

Em seu livro, Woodard procede a uma detalhada análise diacrônica, com dados para cada uma das regiões ao longo de quatro períodos formativos da história do continente: a colonização original do litoral do Atlântico, entre 1590 e 1769; as alianças entre as regiões, fundando um novo país, de 1770 a 1815; a expansão ao oeste, de 1816 a 1877; e os conflitos modernos, entre 1878 a 2010.

As nações identificadas pelo autor são:

- Nação dos *Yankees* – contempla o litoral nordeste dos EUA, colonizado por calvinistas e integrantes de outras seitas protestantes ortodoxas que buscavam criar uma utopia cristã. Desde o início da ocupação, formou-se uma cultura que prioriza a democratização da educação, a autonomia dos governos locais e a confiança no Estado para a promoção do bem-estar comum. Disputa agressivamente, com o Sul profundo (*Deep South*), o controle sobre o governo federal.

- Nova Holanda – configura-se como uma exceção, tendo Nova Iorque e seu entorno como um enclave, uma cidade-estado, desde cedo um entreposto comercial global. Abarca uma cultura multiétnica, propensa à especulação e ao capital de risco, profundamente tolerante, influenciando o debate intelectual, a moda, as artes e a inovação em escala global.
- Nação dos *Midlands* – contempla a região colonizada, em grande parte, por agricultores familiares de cultura britânica e alemã que fugiam do controle da monarquia, sendo céticos quanto à intromissão do Estado na economia e tolerantes com a diversidade religiosa. Constitui a essência da classe média americana, marcada pela apatia política e a ênfase no mérito pessoal. Com tradição de lideranças políticas de postura moderada entre as regiões vizinhas mais ciosas de suas identidades ao norte e ao sul, essa região, historicamente, originou a ocupação da região central do Canadá.
- Nação da Maré – contempla a faixa litorânea do Atlântico centrada no estado da Virgínia, de cultura fundamentalmente conservadora e que preza a autoridade e as tradições, conferindo pouco valor à igualdade social ou à participação política. Foi colonizada comercialmente por filhos da nobreza inglesa que não detinham acesso a terras e que reproduziam uma sociedade com valores aristocráticos enriquecida às custas do trabalho escravo. Atualmente de pouca relevância no cenário nacional, seus representantes políticos e seus valores foram influentes no período colonial.
- Grande Appalachia – contempla a região das Montanhas Apalaches, colonizada, inicialmente, por famílias escocesas e irlandesas com tradição de oposição à repressão e ao controle exercidos pela nobreza inglesa. Trata-se de uma cultura que se expandiu por longas distâncias ao oeste e até o norte do Texas, nutrindo sentimento contrário ao Estado, valorizando a autonomia das famílias em regiões de difícil acesso, sendo propensa a criar igrejas pentecostais e a valorizar a carreira militar. É uma

região ciosa de sua identidade cultural, sendo frequentemente objeto de piadas na mídia por ser considerada atrasada.

- Sul profundo – contempla a região cuja colonização iniciou-se por jovens empreendedores que expandiram grandes plantações comerciais de tabaco e algodão – sistema de produção baseado no trabalho escravo –, seguindo modelo originário das colônias britânicas no Caribe. Trata-se de uma cultura baseada na crença da superioridade racial branca e protestante, que valoriza os privilégios da classe proprietária de terras, desvalorizando a participação política ou as inovações sociais. Expandiu seu sistema produtivo de *Apartheid* por quase metade do continente, desde o litoral do Atlântico até o Texas. Esgotada a fronteira agrícola, suas lideranças políticas, no século XIX, planejavam a expansão do sistema produtivo até a América Central e o Caribe, mas acabaram derrotados na Guerra Civil.
- Nova França – contempla a região centrada no nacionalismo francês do Québec. Trata-se de uma cultura originada dos agricultores familiares do norte da França, fortemente influenciada pelas nações indígenas e que valoriza tanto a igualdade econômica quanto a participação política. Representa a cultura regional mais democrática do continente, por muito tempo dominada pela nobreza inglesa – o que estimula ressentimentos e uma ambivalência a favor da independência.
- Nação do El Norte – trata-se da mais antiga entre as culturas regionais, compreendendo o território ocupado por estâncias de pecuária mexicanas e uma fronteira em disputa com a cultura aglo-saxônica da Grande Appalachia. Há a predominância da ambivalência cultural, mesclando elementos das culturas de ambos os lados da fronteira.
- O litoral da esquerda – contempla o território estreito ao longo da costa do Pacífico, incluindo as grandes metrópoles progressistas da Califórnia. Trata-se de uma cultura que integra a valorização intelectual da educação – oriunda da região da

Nova Inglaterra – com o ideal do individualismo capitalista. É o berço da revolução tecnológica do Vale do Silício e do cinema de Hollywood.

- Oeste remoto – contempla a vasta região semiárida, inóspita, cuja colonização somente foi possível mediante pesados investimentos em infraestrutura, tais como ferrovias, barragens, sistemas de irrigação e mecanização. Assim, o controle dos fluxos econômicos da região dependeu de grandes investidores nas cidades do litoral Atlântico ou das políticas públicas do governo federal. Criou-se uma economia dependente de subsídios, mas cujos representantes políticos adotam discurso marcado pela crítica à ingerência federal.
- Nação original – trata-se da mais antiga ou da mais recente das nações, dependendo do ponto de vista. Compreende vasto território inóspito, abarcando as planícies geladas do norte do Canadá e do Alasca, ocupadas por terras indígenas com crescentes direitos à autogestão.

Com base em diversos tipos de mapeamentos, como, por exemplo, o resultado municipal do perfil do voto em eleições nacionais, as variações lingüísticas e o tipo de legislação estadual adotada quanto à liberdade sindical, Woodard afirma que, historicamente, as peculiaridades são mais consistentes para a interpretação das características regionais do que o emprego dos limites administrativos dos estados.

Buscando interpretar o fato de que os EUA constituem um país de imigração e que, mesmo assim, é possível identificar padrões de continuidade no comportamento dos cidadãos durante décadas, ou mesmo durante um século, Woodard recorre ao marco referencial proposto por Zelinsky. Seguindo esse argumento, mesmo com a diluição dos colonizadores originais na população que se formou posteriormente nesse território, certas distinções culturais, econômicas e políticas podem ser observadas até os dias atuais. Em uma época de alta intensidade do uso da tecnologia para comunicação e informação pessoal, ainda se observa

que imigrantes tendem a ajustar-se à cultura dominante na respectiva região, enquanto os emigrantes internos tendem a escolher comunidades pela afinidade com os valores que trazem de casa.

Referências

ELLIS, Joseph. **Founding brothers: the revolutionary generation**. New York: Alfred Knopf, 2000.

GARREAU, Joel. **The nine nations of North America**. New York: Avon Books, 1981.

HOFSTADTER, Richard. The paranoid style in American politics. **Harper's Magazine**, p. 77-86, nov. 1964.

WOODARD, Colin. **American nations: a history of the eleven rival regional cultures of North America**. New York: Penguin Books, 2011.

ZELINSKY, Wilbur. America's vernacular regions. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 70, n. 1, p. 1-16, 1980.

ZELINSKY, Wilbur. **The cultural geography of the United States**. Revised edition. New Jersey: Prentice-Hall, 1973.

SUBCULTURAS POLÍTICAS E DISTRITOS INDUSTRIAIS ITALIANOS

Carlo Trigilia nasceu, em 1951, na cidade de Siracusa, porto histórico localizado na ilha da Sicília, que integra a periferia do sul da Europa no Mediterrâneo, a meio caminho do litoral norte da África. Formou-se em sociologia, mas mesclou a carreira de professor universitário com o engajamento político, tendo sido Ministro da Coesão Territorial. Em sua obra, enfatiza o enraizamento de processos de inovação, sendo considerado expoente da Nova Sociologia Econômica italiana, “economic sociology should build ‘local models’ instead of constructing general laws” (BARBERA, 2000, p. 15).

Nos anos 1980, Trigilia integrou projeto de pesquisa acerca do contexto social e político de territórios na Itália, cujos crescimento econômico e inovação estiveram baseados, na década anterior, em distritos industriais marcados pela aglomeração de micro e pequenas empresas. O trabalho foi realizado como continuação das pesquisas de Arnaldo Bagnasco, que havia proposto a definição de uma “terceira Itália” – a *Terza Italia* –, qualificando a diferenciação clássica entre o norte industrializado e o sul agrícola (BAGNASCO, 1977).

Mediante financiamento pela Fondazione Feltrinelli, os estudos de caso de industrialização difusa foram realizados em dois territórios com culturas políticas diversas: o vale do Bassano, no Veneto (BAGNASCO; TRIGILIA, 1984), e o vale do rio Elsa, na região da Toscana (BAGNASCO; TRIGILIA, 1985; 1990). Além de resultarem em livros temáticos, os estudos originaram

publicação focada no argumento quanto à construção social do mercado (BAGNASCO, 1988), bem como uma revisão dos estudos por um fórum promovido pela Organização Internacional do Trabalho (TRIGILIA, 1990).

Segundo síntese posterior realizada por Trigilia (1989), os territórios do centro e nordeste da Itália, que podem ser caracterizados pela especialização produtiva de empresas familiares, são identificáveis por duas subculturas políticas bem delimitadas: as regiões de tradição política comunista, ou regiões vermelhas, no centro do país, compreendendo as regiões da Toscana, Emilia e Umbria; e as de tradição católica, ou regiões brancas, predominantes no Nordeste, com Veneto, Trentino e Friuli.

O crescimento econômico, a inovação nos sistemas de produção e a especialização desses territórios em produtos de alto valor agregado – como objetos de decoração, acessórios de moda ou móveis – não decorreram do planejamento por parte dos empreendedores ou de políticas públicas. De acordo com Bagnasco e Trigilia, aconteceram apesar do Estado. Segundo Trigilia, foram decorrentes de ajustes estruturais espontâneos realizados pelas empresas familiares, nos anos 1950/60, em um mercado europeu cada vez mais exigente e competitivo.

A ausência de acesso a políticas nacionais de desenvolvimento em longo prazo permitiu, às pequenas e médias empresas, ocuparem nichos mediante especialização tecnológica e flexibilidade na ocupação da mão de obra. Aproveitando economias de escala e sinergias, formaram-se distritos industriais especializados em atender pedidos de grandes compradores nacionais e, posteriormente, internacionais. Esses aglomerados produtivos desenvolveram-se em zonas rurais, em cidades médias que mantinham laços econômicos, sociais e políticos com as vilas rurais do entorno. Os trabalhadores eram membros da família expandida, residentes na região – frequentemente agricultores em tempo parcial ou seus filhos, buscando renda adicional à atividade agrícola.

O argumento central reside no *embeddedness* da industrialização difusa e, dessa forma, do desenvolvimento territorial não planejado pelo Estado.

Pequenas empresas estão, em geral, enraizadas em um contexto institucional específico, que interage com o mercado e condiciona os impactos que esse terá na vida das pessoas. Em síntese, ocorre uma construção social do mercado, conforme Bagnasco, que modelos dualistas do mercado tendem a não detectar [...]. Proponho o conceito de “neo-localismo” no intuito de ilustrar as complexas interdependências entre os mecanismos de regulação na esfera local, em especial, às formas de mediação dos interesses [trabalhistas] em setores que apresentam destacada flutuação de demanda. (TRIGILIA, 1989, p. 178-179).

De acordo com esse argumento, importa, a tradição política microrregional com origens no início do processo de industrialização, nos primórdios do século XX. Essa cultura política molda uma paisagem institucional complexa (partidos, associações comerciais, organizações culturais e beneficentes), tributária de uma matriz ideológica específica. As regiões centrais, que inicialmente votavam preferencialmente em candidatos socialistas, tornaram-se, no pós-guerra, bastiões do Partido Comunista, enquanto, nas regiões do Nordeste, há uma tradição da subcultura católica.

A industrialização difusa em áreas rurais foi marcada pela integração entre mecanismos de mercado, instituições sociais e governos locais. As instituições sociais e políticas oferecem recursos simbólicos, culturais e materiais para expansão do empreendedorismo e flexibilização das relações trabalhistas. A diversidade de fontes de renda agrícola e não agrícola das famílias permite minimizar os custos de reprodução social do trabalhador em períodos de pouca demanda pelos produtos industrializados. Dessa forma, reduzem-se os custos da mão de obra.

Características adicionais que marcam os distritos industriais residem na transversalidade de valores comunitários na cultura microrregional, que tende a minimizar as diferenças de classe, a baixa polaridade dos conflitos trabalhistas e os elevados índices de mobilidade social. Nos

territórios analisados por Bagnasco e Trigilia, a forma específica de mediação nos conflitos trabalhistas era moldada pela subcultura política, influenciando, também, na forma de atuação dos sindicatos locais, bem como no desempenho das prefeituras.

De acordo com Trigilia, ambas as subculturas existem em toda a Itália, mas, nas regiões estudadas, adquirem certa especificidade. Não estão restritas a certas classes; ao contrário: assumem feições territoriais. Esses territórios possuem similaridades históricas, como o predomínio da agricultura familiar e de meeiros; uma densa rede de núcleos urbanos compreendendo artesãos, manufaturas familiares e comerciantes; uma forte identidade e um sentimento de pertencimento; além de tradições políticas específicas (republicana, radical, anarquista ou católica). Após a unificação do país, a interação territorial específica entre esses fatores favoreceu o fortalecimento de uma subcultura católica em algumas regiões, ou a subcultura socialista em outras.

Trigilia utiliza categoria proposta por Karl Polanyi, enfatizando que, apesar de todas as suas diferenças, ambas as subculturas tiveram em comum o fato de que, ao início da expansão do capitalismo italiano, buscaram defender as sociedades microrregionais das mudanças decorrentes da penetração pelas forças do mercado. Visavam, assim, prevenir ou minimizar a proletarianização e a desintegração social, mediante formas diversas de organização.

Nas regiões 'vermelhas', esse processo ocorreu através da formação de sindicatos, associações de trabalhadores, sociedades de ajuda mútua, cooperativas e organizações de base que marcaram o municipalismo socialista do início do Século XX. Nas regiões 'brancas' igualmente foram fundados sindicatos, mas predominaram caixas rurais e cooperativas de crédito, associações de agricultores, cooperativas e organizações beneficentes, ligadas, de uma forma ou outra, à paróquia. (TRIGILIA, 1989, p. 180).

Políticos representativos de ambas as subculturas estabeleceram relações com o governo central, buscando proteção para suas respectivas microrregiões por meio de leis ou políticas públicas específicas. Para Trigilia, essa relação típica entre centro e periferias decorre do fato de que ambas as subculturas, por razões diversas, estavam excluídas do aparelho centralizado de poder nacional ao início do século.

A partir dos anos 1950, com a exclusão do Partido Comunista do governo nacional, as prefeituras controladas pelo partido exerceram papel importante em apoiar a mobilização local e canalizar demandas às instituições do governo nacional. Para Trigilia, de modo geral, nos anos 1960/70, nas regiões marcadas pelo crescimento das empresas familiares, as prefeituras administradas por políticos das subculturas comunista ou católica tiveram melhor desempenho em atender aos interesses locais.

A industrialização difusa, apoiada na família estendida e nas comunidades rurais, limitou os problemas a serem enfrentados pelas prefeituras, em comparação com os municípios em regiões de industrialização pesada no Norte ou nas áreas pobres do Sul. Nos municípios vermelhos ou brancos, não ocorreu migração em grande escala; além disso, tanto os níveis de emprego quanto os de consumo mantiveram-se constantes por longos períodos, facilitando a tarefa das prefeituras em apoiar as aglomerações produtivas locais.

Em síntese, as políticas municipais buscavam maximizar o acesso aos recursos locais por meio da coalização de empresas familiares, o que incluía pressionar os governos estaduais e o governo central. Durante as épocas de crise, de baixo volume de encomendas, as políticas sociais representavam importante apoio à mão de obra local até a chegada do próximo ciclo de crescimento, possibilitando desde a manutenção de creches, a alimentação escolar, o transporte público, a habitação social, até a mediação junto a sindicatos ou bancos.

Nos períodos de crescimento econômico, as prefeituras foram relevantes em providenciar o estabelecimento de distritos industriais, a formação profissionalizante ou o apoio a consórcios de exportação. Municípios tradicionalmente administrados por políticos vermelhos são

propensos a uma maior intervenção direta no planejamento urbano e na produção dos serviços públicos, tendendo a gerar maiores *deficit* e dívidas. Prefeituras nas regiões brancas, tradicionalmente, são afeitas a favorecer subsídios públicos para instituições caritativas e beneficentes católicas, que proveem diversos serviços públicos não estatais, tendendo a menores *deficit* no orçamento.

No contexto italiano, governos estaduais detêm o potencial de apoiar soluções para os problemas de escala e inovação tecnológica, inerentes à industrialização difusa. Essa parece demandar uma esfera de Estado intermediária entre o governo nacional e as prefeituras. Pela análise de Trigilia, até o final dos anos 1980, os governos estaduais, com baixa capacidade para intervirem na economia, ainda não haviam explorado esse potencial.

Frente ao dinamismo do mercado europeu e à crescente concorrência com produtos chineses, Trigilia previu problemas crescentes de escala para a manutenção do apoio político aos distritos industriais – previsão que, segundo Caciagli (1993), Dunford e Greco (2006), acabou se confirmando mediante a modernização da economia italiana.

A expansão da industrialização no país, a integração europeia que possibilitou o crescente bem-estar econômico, bem como os recorrentes escândalos de corrupção no governo central, contribuíram para erodir hábitos, tradições e as subculturas branca e vermelha. O Partido Comunista foi dissolvido, fragmentando o eleitorado de esquerda; a queda do Muro de Berlim encerrou a ameaça soviética, fragmentando o eleitorado católico. Fomentava-se, assim, o surgimento de partidos de direita no Nordeste, propondo pautas regionais e estimulando a secessão entre o Norte industrial e o Sul empobrecido.

Construindo espaços radicais: a *Casa del Popolo*

Pesquisadora da Universidade da Flórida, a professora Margaret Kohn estudou os antecedentes das subculturas italianas. Kohn (2003) analisa a estratégia da *Casa del Popolo*, centros cooperativos de apoio ao

trabalhador criados, no período entre 1880 e 1920, nas regiões centro e nordeste da Itália. Mantida pela contribuição dos associados, a *Casa del Popolo* congregava, em um mesmo prédio, salas para alfabetização de adultos, oficinas profissionalizantes durante o dia, biblioteca, cooperativa de crédito, orientação jurídica, gráfica, farmácia, restaurante popular, além de salão para assembleias, teatro e festas.

Kohn argumenta que, ao final do século XIX, devido à unificação tardia do país e à industrialização limitada a poucas regiões, parcela significativa da população não tinha acesso a postos de trabalho industriais. Na Itália, não ocorria uma proletarização em grande escala, como diagnosticado por Marx em relação à Inglaterra. Nas quatro décadas entre a unificação e o regime fascista, a Itália permanecia uma economia essencialmente agrícola, com mais de metade da força de trabalho ocupada na agropecuária. Apenas após a II Guerra Mundial, a força de trabalho na indústria superou o número de trabalhadores no campo.

Seguindo argumento proposto por Gramsci, Kohn ressalta que, nesse contexto, as categorias interpretativas derivadas da experiência da Inglaterra não se aplicam necessariamente à Itália nesse período. Para Kohn, foi o cooperativismo que possibilitou, à larga parte dos trabalhadores italianos, a organização de seus interesses. Protestos e mobilização popular resultaram das mudanças pelas quais a economia italiana passava de forma acelerada, integrando-se de forma subordinada à economia europeia sem que a criação de postos de trabalho ou a melhoria salarial compensassem a elevação do custo de vida. O cooperativismo tornou-se uma referência central para a ação coletiva frente à premente questão social.

Kohn enfatiza que o movimento cooperativista apresenta uma relação ambígua com os mercados. Por um lado, pode representar uma alternativa solidária, sem fins lucrativos, para enfrentar fenômenos como a alta dos preços, a inflação e os monopólios comerciais. Ao mesmo tempo, precisa atuar no âmbito da lei de oferta e demanda. A ideia do cooperativismo beneficia-se das relações solidárias pessoais, enraizadas na cooperação comunitária, embora se constitua em um fenômeno organizacional moderno.

Desemprego e subemprego nos centros urbanos, estagnação inflacionária, crise na agropecuária e especulação de terras estavam entre os principais efeitos da modernização italiana ao início do século XX. O cooperativismo de base comunitária buscava enfrentar esses impactos da mudança econômica. Embora lideranças liberais estimulassem o cooperativismo como uma estratégia de autoajuda e paróquias católicas apoiassem círculos operários e cooperativas como alternativa ao conflito de classes, Kohn enfatiza que o cooperativismo possui um cerne socialista. A maioria dos afiliados, como lideranças da Liga Nacional de Cooperativas Italiana, eram eleitores do Partido Socialista.

Para Kohn, ao início do século XX, o desafio político nos centros urbanos da metade norte da Itália residia na formação de vínculos entre grupos díspares: os trabalhadores migrantes do meio rural, sem qualificação profissional; os operários profissionalizados da indústria; os artesãos autônomos. As *Casa del Popolo* constituíam um espaço de encontro, formação e socialização de grupos que tinham pouco contato cotidiano, sem a imposição das hierarquias estabelecidas dentro das indústrias. Os militantes socialistas que organizavam os centros cooperativados tiveram pouco sucesso em mobilizar os trabalhadores rurais ou agricultores familiares, que participavam prioritariamente das organizações ligadas às paróquias católicas. No entanto, os centros cooperativos possibilitavam a interação entre pessoas que residiam em espaços urbanos díspares, trabalhavam em empresas hierarquizadas ou de forma individual.

Com o estabelecimento de laços pessoais e relações de confiança, bem como com a formação de novas lideranças, Kohn argumenta que o movimento cooperativista lograva superar barreiras linguísticas e raízes regionais, criando uma identidade coletiva para os trabalhadores, com vinculação socialista. Com o passar dos anos, o próximo objetivo residia na busca pelo voto em eleições municipais, visando estabelecer políticas públicas que priorizassem problemas cotidianos e imediatos da população trabalhadora. A esfera municipal representava o espaço central

que permitia organizar e transformar práticas individuais cotidianas de socialização política em políticas públicas.

Kohn (1999) também revisou os dados coletados pelo pesquisador Robert Putnam para seu influente estudo *Comunidade e democracia na Itália moderna*, no qual Putnam propõe a concepção do capital social como variável explicativa de alta qualidade de governança regional. A autora registra seu estranhamento em relação ao caráter apolítico de comunidade cívica diagnosticada por Putnam nos estados italianos, contabilizando associações comunitárias, entidades beneficentes e caritativas, porém não incluindo espaços de resistência ou de socialização política, como sindicatos, cooperativas, associações feministas ou círculos operários.

Kohn argumenta que Trigilia integra tradição de cientistas sociais italianos que consideram as subculturas políticas em suas análises, aspecto não considerado por Putnam em sua obra. A autora revisou os dados utilizados por Putnam mediante referencial teórico oriundo da obra de Gramsci, concluindo que:

- a correlação entre a densidade territorial de organizações recreativas, culturais ou beneficentes com bons governos estaduais é fraca;
- existe pouca correlação entre organizações da subcultura católica com alta qualidade de governos regionais;
- a relação entre um histórico de uma subcultura comunista com maior qualidade de desempenho do setor público seria alta, confirmando proposição de Gramsci sobre a relevância de organizações da sociedade civil em aliança com um partido progressista.

Kohn (1999) sintetiza seus argumentos afirmando que o legado de uma democracia regional de alta qualidade na Itália pode residir em um histórico de resistência, ou seja, de combate ao clientelismo e a partidos corruptos no território. Não seria o capital social do associativismo ge-

nérico que faz a democracia funcionar, mas a capacidade, desenvolvida no território, de questionar o monopólio de poder por parte das elites econômicas. O mecanismo causal não seria a confiança ou o número de leitores de jornal, mas a capacidade de resistência.

Origens agrárias das subculturas políticas italianas

Fredrick Solt, professor de Ciência Política na Universidade de Iowa, retroagiu ainda mais no tempo na pesquisa das origens das subculturas políticas italianas. Solt (2004) também reavaliou a base de dados coletados por Putnam, porém tratou separadamente os dados oriundos de regiões da metade norte e os de regiões da metade sul. O argumento central reside na disparidade entre essas regiões, que não permitiria padronizar uma análise pela média entre territórios diversos.

Segundo a análise de Solt, quando separados os dados para as duas partes da Itália, a correlação estatística, calculada por Putnam, entre engajamento cidadão e qualidade da governança pública não se confirma. Nas regiões da metade sul, a desconfiança e o distanciamento do cidadão quanto ao governo desencoraja participação política, enquanto estimula maior engajamento cívico em organizações comunitárias, recreativas e beneficentes. Na metade norte, ocorre o inverso.

Não logrando confirmar as hipóteses do capital social de Putnam, Solt utiliza os dados para propor nova chave interpretativa: a estrutura agrária historicamente construída nos territórios. O modelo de distribuição e posse da terra, no século XIX, determinou a fragmentação ou a concentração de poder econômico e político nas regiões após a unificação do país. Nas regiões com tradição de agricultura familiar, os benefícios decorrentes da modernização nacional, como o acesso à educação pública, foram distribuídos de forma mais equitativa, favorecendo instituições locais e regionais mais autônomas, reduzindo o clientelismo e fragilizando o poder das oligarquias regionais.

Segundo Solt, a herança da estrutura socioeconômica das regiões explana, de modo mais adequado, a variabilidade da qualidade de governança entre os estados da Itália moderna. Reforça-se, assim, o argumento, apresentado por pesquisadores italianos (RAUD, 1999; GURISATTI *et al.*, 2001; COCCO; GALVÃO, 2001), de que o enraizamento territorial da *Terza Italia*, decorrente da interação de forças sociais presentes naqueles territórios, não permite sua replicação como política pública.

Referências

BAGNASCO, Arnaldo. Social capital in changing capitalism. **Social Epistemology**, v. 17, n. 4, p. 359-380, 2003.

BAGNASCO, Arnaldo. **La costruzione sociale del mercato**: studi sullo sviluppo di piccola impresa in Italia. Bolonha: Il Mulino, 1988.

BAGNASCO, Arnaldo. **Tre Italie**: la problematica territoriale dello sviluppo italiano. Bolonha: Il Mulino, 1977.

BAGNASCO, A.; TRIGILIA, C. Entrepreneurship and diffuse industrialization. **International Studies of Management and Organization**, v. 20, n. 4, p. 22-48, 1990.

BAGNASCO, A.; TRIGILIA, C. (ed.). **Società e politica nelle aree di piccola impresa**: il caso della Valdelsa. Milão: Franco Angeli, 1985.

BAGNASCO, A.; TRIGILIA, C. (ed.). **Società e politica nelle aree di piccola impresa**: il caso di Bassano. Veneza: Arsenale, 1984.

BARBERA, Filippo. Economic sociology in Italy. **Economic Sociology**: European Electronic Newsletter, v. 1, n. 2, p. 13-18, 2000.

CACIAGLI, Mario. Ein, zwei, vieleItalien. In: WEHLING, H. (org.). **Länderprofile**: politische Kulturen in- und Ausland. Stuttgart: Kohlhammer, 1993, p. 69-85.

COCCO, G.; GALVÃO, A. Sobre a “tropicalização” do desenvolvimento local: algumas reflexões a respeito do modelo italiano. In: SILVEIRA, C.; REIS, L. (orgs.). **Desenvolvimento local**: dinâmicas e estratégias. Rio de Janeiro: RITS, 2001, p. 69-84.

DUNFORD, M.; GRECO, L. **After the Three Italies**: Wealth, Inequality and Industrial Change. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

GURISATTI, P.; ANASTASIA, B.; CACCIA, G.; CORÒ, G. Transferibilidade e universalidade do modelo de desenvolvimento do nordeste italiano: algumas notas para políticas públicas na cidade do Rio de Janeiro. **Textos para debate N. 3**. Rio de Janeiro: LABTeC/UFRJ, 2001.

KOHN, Margareth. **Radical space**: building the house of the people. Ithaca: Cornell University Press, 2003.

KOHN, Margareth. Civic republicanism versus social struggle: a Gramscian approach to associational life in Italy. **Political Power and Social Theory**, v. 13, p. 21-238, 1999.

RAMELLA, Francesco. Empresas, inovação e território na alta tecnologia: o caso da Itália. **Sociologias**, v. 19, n. 46, p. 166-197, 2017.

RAUD, Cécile. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil**: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

SOLT, Frederick. Civics or structure? Revisiting the origins of democratic quality in the Italian regions. **British Journal of Political Science**, v. 34, n. 1, p. 123-135, 2004.

TRIGILIA, Carlo. Why the Italian Mezzogiorno did not achieve a sustainable growth. **Cambio**, v. 2, n. 4, p. 137-148, 2012.

TRIGILIA, Carlo. Social capital and local development. **European Journal of Social Theory**, v. 4, n. 4, p. 427-442, 2001.

TRIGILIA, Carlo. Work and politic in the Third Italy's industrial districts. *In*: PYKE, F.; BECATTINI, G.; SENGENDERGER, W. (ed.). **Industrial districts and inter-firm cooperation in Italy**. Geneva: IIES/OIT, 1990, p. 160-184.

TRIGILIA, Carlo. Small-firm development and political subcultures in Italy. *In*: GOODMAN, E.; BAMFORD, J.; SAYNOR, P. (ed.). **Small firms and industrial districts in Italy**. London: Routledge, 1989, p. 174-193.

TRIGILIA, Carlo. **Grandi partiti e piccole imprese**: comunisti e democristiani nelle regioni a economia diffusa. Bolonha: Il Mulino, 1986.

VEIGA, José. A face territorial do desenvolvimento. **Interações**, v. 3, n. 5, p. 5-19, 2002.

A TESE DE ZOMIA ENTRE MONARQUIA E ANARQUISMO

Professor em ciência política e antropologia na Universidade de Yale, James C. Scott tornou-se conhecido, entre os anos de 1970 e 1980, por estudos sobre formas cotidianas de resistência de populações rurais no sudoeste asiático contra o planejamento e o controle estatal (MENEZES, 2002).

Três décadas mais tarde, Scott (2009) expandiu o debate com o argumento de que regiões montanhosas da Ásia, que recentemente haviam sido nomeadas como Zomia na bibliografia especializada, constituem território de fuga e oposição das populações rurais ao controle estatal nas planícies. Em 2010, recebeu o Prêmio Fukuoka, no Japão, pelo conjunto de sua obra acerca de culturas camponesas na Ásia.

Como certos planos de desenvolvimento falharam

Scott relata que o impulso inicial para suas pesquisas teve origem na pergunta quanto à razão pela qual o Estado, especialmente no Sul e Sudeste Asiático, historicamente buscou controlar grupos sociais nômades. Cita os inúmeros projetos e programas, em diferentes países, cujo objetivo era assentar populações que, tradicionalmente, estavam em movimento entre os territórios na busca por pastagens e água para os rebanhos. Essas políticas públicas sempre foram autoritárias quanto à tentativa de modificar sociedades inteiras, visando tornar sedentários os grupos nômades, e, em geral, falharam.

O título do livro *Seeing Like a State* (SCOTT, 1998) sintetiza o argumento de que, desde os primórdios da modernidade, além de assentar nômades, o Estado busca homogeneizar, padronizar e normatizar a sociedade, aperfeiçoando, dessa forma, a capacidade de o setor público ler, no sentido figurativo, a população. A contínua padronização das unidades de medida, dos nomes próprios e dos registros públicos tornou possível maior precisão na produção de mapas, censos e estatísticas, permitindo ao Estado ampliar gradualmente sua capacidade de planejamento.

Nesse sentido, de acordo com Scott, o Estado pré-moderno seria parcialmente cego. O aparelho estatal conhecia poucos detalhes sobre a população, as suas posses, as suas terras, o volume das safras ou mesmo a sua localização exata. De modo generalizado, faltava ao Estado um mapeamento integral do território e da população que lhe permitisse transformar dados em políticas públicas, o que contribuía para que as intervenções estatais fossem cruéis e absolutistas. O livro detalha como, durante a formação do Estado-nação na Europa dos séculos XVI a XIX, o setor público desenvolveu e aperfeiçoou ferramentas para mensurar, catalogar e registrar o território e a sua população – o que exigiu a simplificação da realidade para cadastros, tabelas e mapas padronizados.

Scott argumenta que a paulatina simplificação da realidade em planos, projetos e programas permitiu ao Estado expandir tanto a base de arrecadação de impostos como a seleção de jovens para o serviço militar, ampliando as capacidades do Executivo. Isso possibilitou, por outro lado, a progressiva ampliação e especialização de políticas públicas em novas áreas, tais como serviços de saúde pública e assistência social. No entanto, o autor reforça que o mapeamento do território e de sua população pelo aparelho estatal para a produção de registros e arquivos não logra representar a realidade em sua complexidade. O mapeamento simplifica, categoriza a realidade de acordo com as prioridades do órgão público setorial, permitindo ao Estado, com o passar do tempo, não apenas diagnosticar a realidade, mas, cada vez mais, intervir ativamente para direcionar sociedade e economia.

O autor detalha que “falha é uma palavra muito leve para o tipo de desastre produzido por políticas públicas que tenho em mente” (SCOTT, 1998, p. 3). Apresenta como exemplos a coletivização forçada dos agricultores na Rússia – conduzida pelo governo Stalin entre 1928 e 1936 – ; o Grande Salto – a industrialização forçada na China, conduzida pelo governo Mao entre 1958 e 1962 – ; e a política de reassentamento de populações nômades em vilas planejadas de modo uniforme na Tanzânia (1969/76), em Moçambique (1981/90) e na Etiópia (1985/91). Segundo Scott, trata-se de um conjunto de experiências de engenharia social que figuram entre as maiores tragédias do século XX, tanto em relação à perda de vidas humanas quanto à destruição de modos de vida.

Em continuidade, Scott contemporiza que outras políticas autoritárias desse período não produziram resultados tão dramáticos, embora tenham igualmente impactado territórios com projetos e programas falhos. Descrevendo os “resíduos do lixo do desenvolvimento” (SCOTT, 1998, p. 3), como programas de desenvolvimento rural com perímetros de irrigação abandonados, o autor ressalta a importância simbólica de cidades planejadas – Chandigarh, na Índia, e Brasília, no Brasil – , sob influência das tendências autoritárias do arquiteto Le Corbusier.

Scott questiona a razão pela qual significativo número de políticas públicas, frequentemente apresentadas como essenciais para o desenvolvimento territorial, puderam gerar consequências desastrosas para a população, especialmente para os grupos mais vulneráveis que, em tese, deveriam ser os principais beneficiários das mudanças operadas por políticas de desenvolvimento. Para atender a esse problema de pesquisa, propõe que políticas públicas de desenvolvimento podem ter consequências negativas nos casos em que ocorre a simultaneidade de quatro condicionantes:

1. ordenamento administrativo da natureza e da sociedade – a simplificação da realidade pelo Estado por meio de mapas, tabelas e planos não correspondentes à dinâmica vivida e que tanto podem gerar um cadastro para distribuição de cestas

básicas como podem possibilitar o registro que facilita o genocídio contra uma minoria;

2. ideologia hipermodernista – a arrogância de tecnocratas e da burocracia pública, convencidos da base científica e da neutralidade técnica do progresso por eles planejado, prevê a contínua expansão da produção e da produtividade, confiando na superação de restrições naturais ou de eventual oposição por parte de grupos sociais e na possibilidade do design racional de novas ordens sociais em territórios a serem planejados em sua integralidade. Essa ideologia prioriza projetos padronizados, como, por exemplo, grandes barragens, polos de logística ou cidades planejadas em retângulos;
3. Estado autoritário – formado por um governo capaz de utilizar sua força para transformar, a qualquer preço, planos hipermodernistas em realidade, com o fim justificando os meios; segundo Scott, a junção dos três elementos citados até aqui causou, historicamente, os maiores danos à população em períodos de crise e transição, como, por exemplo, após uma guerra, uma recessão econômica ou a criação de um novo país;
4. sociedade civil frágil – períodos de crise econômica ou choques políticos frequentemente enfraquecem as organizações da sociedade civil, incapazes de mobilizar a população para resistir ao avanço da máquina pública e a seus planos hipermodernistas.

Em resumo, para Scott, a ampliação das capacidades do Estado-nação, ao longo da sua formação, igualmente ampliou os riscos de o autoritarismo – seja de direita, seja de esquerda – criar planos ou políticas de desenvolvimento que geralmente acabam por não atingir suas metas. Porém, somente em territórios nos quais as quatro condicionantes ocorrem simultaneamente, as mais perversas das políticas de desenvolvimento conseguiram ser impostas.

A arte de não ser governado

Scott (2009) aprofunda e amplia temas integrantes de sua agenda de pesquisa: a resistência camponesa como fuga, a dissimulação ou o silêncio no âmbito de um novo território denominado Zomia. Em 2002, o professor de Sociologia do Desenvolvimento da Universidade de Amsterdã, Willem van Schendel, propôs a denominação Zomia para uma vasta região montanhosa que se estende do norte do Vietnã até as fronteiras entre a China e a Índia. Historicamente, essa região montanhosa foi considerada periférica às civilizações das planícies especializadas na monocultura de arroz irrigado, sendo pouco valorizada em estudos acadêmicos devido à sua localização remota. Zomia engloba planaltos e encostas habitadas por povos diversos, em rica mistura de línguas, culinárias e costumes tribais, contemplando sociedades consideradas primitivas ou rebeldes, relevantes ao Estado apenas enquanto folclore tradicional ou atração turística.

Van Schendel (2002) ressalta não se tratar de mera colcha de retalhos de periferias contínuas, mas de uma região com identidade, cultura e economia próprias, que engloba cerca de 100 milhões de pessoas e merece espaço no estudo do desenvolvimento territorial. Scott (2009) aprofunda esse argumento ao enfatizar que o mosaico de nações, línguas e costumes dessa vasta região atende ao propósito de não chamar atenção para o fato de a estratégia de desenvolvimento desses povos consistir, em sua essência, em não serem governados pelos Estados estabelecidos nas planícies. Priorizam, portanto, permanecer pouco visíveis.

Scott propõe que as características culturais e econômicas dessas nações das montanhas – entre as quais o nomadismo, o frequente movimento de comunidades inteiras, a agricultura de roças em meio à mata, a criação de animais soltos, a multiplicação de línguas pouco estudadas, a ausência de escrita e a diversidade religiosa sem estruturas centralizadas – representam uma estratégia de desenvolvimento adotada, ao longo da história, por nações que preferiram a mobilidade para escapar do controle exercido pelo Estado nas planícies. Assim, não se submetiam

ao pagamento de impostos, ao recrutamento de jovens para o serviço militar, às epidemias nas cidades insalubres e ao trabalho forçado exigido para a construção das obras monumentais das grandes religiões.

Nesse sentido, apesar do crescente interesse acadêmico mediante a produção de mapas que retratam Zomia, para Samuel (2015), não se trata apenas de delimitar geograficamente uma nova região. Zomia constituiria, antes de tudo, uma concepção de desenvolvimento, uma visão política que rejeita a dominação pela violência institucionalizada pelo Estado. Scott (2009) enfatiza tratar-se de uma região de dimensão para além das fronteiras nacionais criadas no período colonial, cuja consistência e duração no tempo foi, até recentemente, invisível – o que corresponderia às intenções dessa estratégia.

Resumindo-se o argumento de Scott, Zomia não constitui repositório folclórico de sociedades arcaicas cujas burocracias imperiais da China ou da Tailândia classificavam de bárbaras, mas uma resposta à expansão dos Estados baseados em vastas lavouras de arroz irrigado das planícies, que demandavam grandes quantidades de trabalhadores braçais e, portanto, elevada densidade populacional. As nações das montanhas mantinham intercâmbio com as civilizações centradas nas cidades das planícies, fornecendo produtos florestais no comércio de escambo, mas preferiam não ser assentadas sob controle das autoridades civis e religiosas dos reinos – posteriormente, as administrações coloniais; depois, os novos Estados. As muitas nações que vivem nas montanhas possuem parentesco entre si, estão em intercâmbio social e cultural, mantendo relações diversas, desde que não surja um chefe ou uma autoridade central que busque anexar e controlar as demais nações.

Scott (2009) avança seu marco referencial incluindo, nessa análise, não apenas as montanhas de Zomia, mas outras regiões, como os Montes Apalache, nos EUA, ou a Cordilheira do Atlas, no norte da África – região de refúgio e resistência de variadas nações berberes ao longo da história de formação de civilizações no Mar Mediterrâneo. O autor inclui, ainda, a Cordilheira dos Andes, onde registra estratégia inversa: os reinos predecessores dos Incas e da colônia espanhola dominavam os planaltos e as encostas desprovidas de vegetação, de fácil trânsito, taxaço e ocupação,

enquanto, nas planícies da bacia Amazônica, viviam nações autônomas, sem obrigação para com o pagamento de impostos ou o trabalho forçado.

A tese de Zomia enquanto região que rejeita a soberania estatal continua despertando embates acadêmicos. A revista *Journal of Global History*, editada pela Universidade de Cambridge, dedicou dossiê ao debate do livro de Scott no ano seguinte. Autores de renome internacional, como Brookfield (2011) ou Brass (2012), apontam inconsistências metodológicas na tese de Scott. Argumentam que a precariedade dos registros sobre as nações nas montanhas não poderia ser utilizada como explicação para eventuais falhas na análise da estratégia de desenvolvimento.

Felicidade nas encostas do Himalaia

Coincidentemente ou não, na área de transição entre Zomia e o imperialismo da China, teve origem um debate instigante para estudiosos do desenvolvimento. Em 1972, foi nominado o quarto rei do Butão, Jigme Singye Wangchuck. Aos dezesseis anos, concluindo seus estudos na Inglaterra, foi surpreendido pela morte do pai. Frente aos baixos indicadores de industrialização e desenvolvimento de seu país, em uma de suas primeiras entrevistas, o jovem monarca cunhou o termo Índice de Felicidade Bruta – em oposição ao usual Produto Interno Bruto – como indicador do desenvolvimento territorial. O conceito implica que os processos de modernização em um território devem ser avaliados não apenas quanto à sua dimensão econômica, mas incluir outras dimensões do bem-estar humano para mensurar o grau de desenvolvimento.

O reino do Butão ocupa território montanhoso entre China e Índia, na porção leste da cordilheira do Himalaia. Possui uma extensão geográfica similar à do estado do Rio de Janeiro e conta uma população de cerca de 750.000 pessoas. Historicamente, foi uma sociedade sob influência dos governos monásticos do Tibete, com diferentes territórios governados por nobres e monastérios budistas. Para fazer frente à formação de novos Estados com governos centralizados que ocorria na região, adotou, em 1907, a monarquia,

unificando o país. Em 2006, o rei Singye Wangchuck abdicou do trono. Seu filho foi coroado como quinto rei e adotou uma nova constituição, marcando a transição pacífica da monarquia para a democracia parlamentarista.

Desde 2005, a agência central de estatística do Butão realiza censos anuais quanto à percepção da população sobre o bem-estar e a felicidade. Em 2008, a nova constituição instituiu o Índice de Felicidade Bruta como objetivo central do governo. As políticas públicas passaram a ser analisadas quanto ao seu impacto sobre esse índice. Dado o interesse internacional quanto ao tema, o governo publica material informativo com o argumento cauteloso de que o índice teria dupla função: tanto a de ser “um instrumento de utopia pública” como a de ser “uma orientação para políticas públicas” (CBS, s.d.).

Isso vem estimulando o debate internacional quanto ao país servir ou não como “modelo” de desenvolvimento alternativo, ou mesmo como uma opção ao clássico capitalismo industrial (BROOKS, 2013), decepcionando os intérpretes mais entusiastas dos relatórios e estudos divulgados em inglês que imaginavam tratar-se de uma nova receita para o desenvolvimento territorial (DAGA, 2014; WHITE, 2014). Como em todos os países, a sociedade e a economia do Butão são marcadas por conflitos e contradições. Segundo Zhou (2014), o próprio governo do Butão enfatiza o fato de o termo Felicidade Bruta representar antes um conceito para o debate crítico sobre as contradições entre a modernização e o desenvolvimento do que uma receita a ser replicada.

Referências

- BRASS, Tom. Scott’s “Zomia”, or a populist post-modern history of nowhere. **Journal of Contemporary Asia**, v. 42, n. 1, p. 123-133, 2012.
- BROOKFIELD, Harold. Scott and others on history in the Southeast Asian uplands: a review essay. **The Asia Pacific Journal of Anthropology**, v. 12, p. 489-494, 2011.

BROOKS, Jeremy. Avoiding the limits to growth: Gross National Happiness in Bhutan as a model for sustainable development. **Sustainability**, v. 5, p. 3640-3664, 2013.

CENTRE FOR BUTHAN STUDIES. **Gross National Happiness Index explained in detail**. [S.d.]. Disponível em: <https://www.grossnationalhappiness.com>. Acesso em: 30 jun. 2019.

DAGA, Gauvar. **Towards a new development paradigm: critical analysis of Gross National Happiness**. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração Pública), Jindal School of Government and Public Policy, Haryana (Índia), 2014.

LORGEN, Christy. **The experience of villagisation: lessons from Ethiopia, Mozambique and Tanzania**. Report. London: Oxfam, 1999.

MENEZES, Marilda. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. **Raízes**, v. 21, n. 1, p. 32-44, 2002.

SAMUEL, Geoffrey. Zomia: new constructions of the Southeast Asian highlands. **Asian Highlands Perspectives**, v. 37, n. 1, p. 221-249, 2015.

SCOTT, James. **The art of not being governed: an anarchist history of upland Southeast Asia**. New Haven: Yale University Press, 2009.

SCOTT, James. **Seeing like a state: how certain schemes to improve the human condition have failed**. New Haven: Yale University Press, 1998.

VAN SCHENDEL, Willen. Geographies of knowing, geographies of ignorance: jumping scale in Southeast Asia. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 20, n. 6, p. 647-668, 2002.

WHITE, Mark. The problems with measuring and using happiness for policy measures. **Mercatus Working Paper**, George Mason University, Arlington, 2014.

ZHOU, Haiou. A framework of happiness survey and evaluation of Gross National Happiness. **Discussion Paper N. 50**, Department of Economics, Monash University, 2010.

EDITORA UNIVERSITÁRIA DA PUCRS – EDIPUCRS

A Editora Universitária da PUCRS já publicou mais de 1.500 obras impressas e mais de 250 livros digitais.

Siga a EDIPUCRS nas redes sociais, fique por dentro das novidades e participe de promoções e sorteios.



www.pucrs.br/edipucrs



www.facebook.com/edipucrs



www.twitter.com/edipucrs



www.instagram.com/edipucrs

Para receber as novidades no seu *e-mail*, cadastre-se pelo nosso *site* ou envie um *e-mail* diretamente para comunica.edipucrs@pucrs.br.

Acesse o *QR Code* abaixo e conheça os livros impressos, os *e-books* pagos/gratuitos, os periódicos científicos, os próximos lançamentos e os conteúdos exclusivos da EDIPUCRS.



Av. Ipiranga, 6.681 – Prédio 33
Caixa Postal 1429 – CEP 90619-900
Porto Alegre – RS – Brasil
Telefone: (51) 3320-3523
E-mail: edipucrs@pucrs.br